



## Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate

**Oswaldo Giacóia**

Superar a condição humana, uma fantasia antiga

**Vera Portocarrero**

Ciências, um conhecimento sempre inacabado

**Márcio Seligmann-Silva**

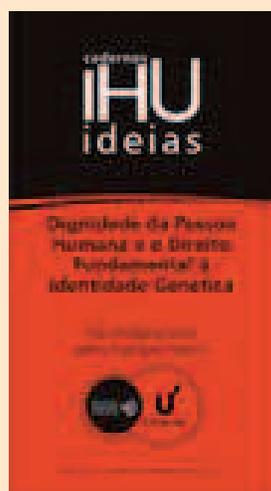
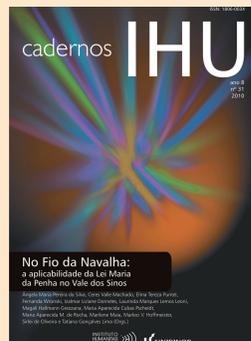
A literatura de testemunho e a afirmação da vida

E mais:

>> **Pedro Cavalcanti Ferreira:**  
O Brasil deve apostar mais no setor de serviços

>> **Giuseppe Cocco:**  
*Commonwealth*: alternativa pós-capitalista

# CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

[WWW.IHU.UNISINOS.BR](http://WWW.IHU.UNISINOS.BR)

**Expediente**

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da **Revista IHU On-Line**: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br). Redação: Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br) e Patrícia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br). Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patrícia Fachin. Atualização diária do site: Inácio Neutzling, Greyce Vargas (greyzellen@unisinos.br), Rafaela Kley e Cássio de Almeida. **IHU On-Line** pode ser acessada às segundas-feiras, no site [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br). Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: [ihuonline@unisinos.br](mailto:ihuonline@unisinos.br). Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br) - ramal 4121.

LEI DE  
INCENTIVO  
À CULTURA



Ministério  
da Cultura



## Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

### A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | **Oswaldo Giacóia**: Superar a condição humana, uma fantasia antiga

PÁGINA 09 | **César Candioto**: A subjetivação ética como desgoverno biopolítico da vida humana

PÁGINA 12 | **Fabián Ludueña**: Vontade antropológica e biopolítica

PÁGINA 14 | **Sylvio Gadelha da Costa**: A cultura do empreendedorismo na educação

PÁGINA 16 | **Karla Saraiva**: O poder nanofísico e a sujeição do indivíduo

PÁGINA 18 | **Carlos Noguera**: Modernidade: uma sociedade educativa

PÁGINA 20 | **Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann e Morgana Hattge**: A articulação entre inclusão e biopolítica

PÁGINA 23 | **Vera Portocarrero**: Ciências, um conhecimento sempre inacabado

PÁGINA 25 | **José Roque Junges**: Agenciamentos imunitários e biopolíticos do direito à saúde

PÁGINA 29 | **Márcio Seligmann-Silva**: A literatura de testemunho e a afirmação da vida

PÁGINA 31 | **Ricardo Timm**: O juízo absoluto e a paralisia da linguagem

### B. Destaques da semana

» Brasil em Foco

PÁGINA 35 | **Pedro Cavalcanti Ferreira**: O Brasil deve apostar mais no setor de serviços

» Livro da Semana

PÁGINA 38 | **Giuseppe Cocco**: *Commonwealth* e o horizonte de uma alternativa pós-capitalista

» Coluna do Cepos

PÁGINA 40 | **Luis Martins**: Mercado e Espaço Público: modelos alternativos para os Mídia na União Europeia

» Destaques On-Line

PÁGINA 42 | Destaques On-Line

### C. IHU em Revista

» Evento

PÁGINA 45 | **Eliane Fleck**: Práticas xamanísticas nas missões

» Perfil

PÁGINA 47 | **Carlos Lessa**

» Perfil

PÁGINA 50 | **Wilson Engelmann**



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# A.

## Tema de Capa

## Superar a condição humana, uma fantasia antiga

Os atuais delírios tecnológicos de onipotência são variantes da desmesura, que procurava galgar nossa condição humana, analisa Oswaldo Giacóia. No solo do (des)governo biopolítico grassa o tipo político do último homem, niilista e conformado com seu aburguesamento

POR MÁRCIA JUNGES

**B**iopoder e pós-humanismo foi o tema da conferência do filósofo Oswaldo Giacóia dentro da programação do XI Simpósio Internacional IHU: o (des)governo biopolítico da vida humana, em 14-09-2010. Sobre o tema, ele concedeu a entrevista que segue, por e-mail, à IHU On-Line. Em seu ponto de vista, “o solo do desgoverno bio-político é o espaço sócio-histórico e político dos últimos homens, porque nele vem à luz, como figura do mundo, a experiência do cansaço, do tédio do homem em relação a si mesmo, daquilo que Nietzsche caracterizou como ‘desejo do fim’”. E completa: “Uma das acepções do niilismo é essa: o ideal do humano reduzido à intensidade minimalista da sobrevivência; o ideal de felicidade rebaixado ao hedonismo consumista, à incapacidade de elaborar uma experiência de sofrimento, ao desejo obsessivo de bem estar, conforto burguês e segurança, o acobertamento no anonimato do coletivo, a diluição de toda verdadeira personalidade, a negação da diferença pela tirania identitária do uniforme”. A respeito do paradoxo entre nossa condição “humana, demasiado humana” e da tentativa de transcendê-la através do pós-humanismo, Giacóia acentua: “Essa aspiração à superação da condição humana é uma fantasia antiga. Uma de suas figuras é a hybris. Talvez possamos pensar as fantasias tecnológicas de onipotência, que atualmente nos assaltam, como uma variante dessa desmesura”.

Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Giacóia é mestre e doutor em Filosofia por esta instituição. É pós-doutor pela Universidade Livre de Berlim, Universidade de Viena e Universidade de Lecce, Itália, e livre docente pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde leciona no Departamento de Filosofia. Especialista em Nietzsche, sobretudo no seu pensamento político, publicou, entre outros: *Nietzsche - Para a Genealogia da Moral* (São Paulo: Editora Scipione, 2001), *Nietzsche como psicólogo* (2ª ed. São Leopoldo: Unisinos, 2004), *Sonhos e pesadelos da razão esclarecida: Nietzsche e a modernidade* (Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005) e *Nietzsche & Para Além do Bem e Mal* (2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Em regra geral, como se imbricam biopoder e pós-humanismo em nossa época? Quais são os principais limites e possibilidades que ficam evidentes quando se fala no pós-humano?**

**Oswaldo Giacóia** - Penso que podemos detectar a zona de confluência entre o bio-poder e o pós-humanismo acompanhando a série de movimentos detectáveis na constelação que deu forma à sociedade política. Se interpretarmos a auto-compreensão da modernidade cultural em termos de humanização da natureza e naturalização das relações

humanas, de acordo como programa filosófico e ético-político do Esclarecimento; se percebemos que a essa auto-consciência está ligado o nascimento das ciências humanas, com seus operadores e verdade e efeitos de poder; e se acrescentarmos a isso a apropriação política da vida biológica pelo tipo de soberania que se forma no capitalismo contemporâneo, então podemos vislumbrar alguns dos limites desse humanismo nos processos atuais de instrumentalização da base somática da personalidade humana, da gestão econômica da vida em termos de bio-política e dos processos de auto-

transformação do gênero humano, em sua auto-compreensão. Livros como *A condição pós-moderna* (8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004). de J. F. Lyotard<sup>1</sup>, *O futuro da natureza humana* (São Paulo: Martins Fontes, 2004) de Jürgen

<sup>1</sup> Jean-François Lyotard (1924-1998): filósofo francês, autor de uma filosofia do desejo e significado representante do pós-modernismo. Escreveu, entre outros, *A fenomenologia* (Lisboa: Edições 70, 1954), *O inumano: considerações sobre o tempo* (Lisboa: Estampa, 1990), *Heidegger e 'os judeus'* (Lisboa: Instituto Piaget, 1999) e *A condição pós-moderna* (8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004). (Nota da IHU On-Line)

Habermas<sup>2</sup>, *O princípio responsabilidade* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2006) de Hans Jonas<sup>3</sup> e *O poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: UFMG, 2002) de G. Agamben<sup>4</sup> são indicadores expressivos desses limites, bem como de possibilidades de pensar e agir.

### IHU On-Line - No pós-humanismo o

2 Jürgen Habermas (1929): filósofo alemão, principal estudioso da segunda geração da Escola de Frankfurt. Herdando as discussões da Escola de Frankfurt, Habermas aponta a ação comunicativa como superação da razão iluminista transformada num novo mito que encobre a dominação burguesa (razão instrumental). Para ele, o logos deve contruir-se pela troca de ideias, opiniões e informações entre os sujeitos históricos estabelecendo o diálogo. Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética. Confira no site do IHU, [www.unisinos.br/ihu](http://www.unisinos.br/ihu), editoria *Notícias do dia*, o debate entre Habermas e Joseph Ratzinger, o Papa Bento XVI. Habermas, filósofo ateu, invoca uma nova aliança entre fé e razão, mas de maneira diversa como Bento XVI propôs na conferência que realizou em 12-09-2006 na Universidade de Regensburg. (Nota da IHU On-Line)

3 Hans Jonas (1902-1993): filósofo alemão, naturalizado norte-americano, um dos primeiros pensadores a refletir sobre as novas abordagens éticas do progresso tecnocientífico. A sua obra principal intitula-se *Das Prinzip Verantwortung. Versuch einer Ethik für die technologische Zivilisation*, publicada em português como *O princípio responsabilidade* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2006). (Nota da IHU On-Line)

4 Giorgio Agamben (1942): filósofo italiano. É professor da Facoltà di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002); *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005); *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007); *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007); e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007 o site do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível para download em <http://migre.me/uNk1>. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista "Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito", com o filósofo Fabrício Carlos Zanin. Para conferir o material, acesse <http://migre.me/uNkY>. Confira, também, a entrevista *Compreender a atualidade através de Agamben*, realizada com o filósofo Rossano Pecoraro, disponível para download em <http://migre.me/uNme>. A edição 81 da Revista IHU On-Line, de 27-10-2003, tem como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: A lei política moderna*, disponível em <http://migre.me/uNo5>. (Nota da IHU On-Line)

homem pensa paradoxalmente em abandonar a sua condição humana. Como podemos compreender essa aspiração tendo em consideração a radicalidade da nossa condição "humana, demasiadamente humana"?

Oswaldo Giacóia - Essa aspiração à superação da condição humana é uma fantasia antiga. Uma de suas figuras é a *hybris*. Talvez possamos pensar as fantasias tecnológicas de onipotência, que atualmente nos assaltam, como uma variante dessa desmesura. Num artigo de jornal do ano de 1959, Heidegger<sup>5</sup> escreveu: "No início do ano, a propósito de um foguete espacial russo, o presidente do conselho soviético declarou: 'nós somos os primeiros no mundo a ter impresso no céu, da terra à lua, uma trajetória de fogo.' O editorial de um dos grandes jornais da República Federal da Alemanha, em sua primeira frase, comentou isso da seguinte maneira: 'Ninguém pode refutar a jactância de Nikita Khrushchchev<sup>6</sup> - o fato de que a União Soviética conseguiu imprimir no céu, da terra à lua, uma trajetória de fogo.'" O autor do edi-

5 Martin Heidegger (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947), *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, a IHU On-Line publicou na edição 139, de 2-05-2005, o artigo *O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo*, disponível para download em <http://migre.me/uNtf>. Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-06-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível para download em <http://migre.me/uNtv>, e 187, de 3-07-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNtC>. Confira, ainda, o nº 12 do Cadernos IHU Em Formação intitulado *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNtL>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em <http://migre.me/FC8R>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do Ciclo de Estudos Filosofias da diferença - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. (Nota da IHU On-Line)

6 Nikita Serguêievitch Khrushchov (1894-1971): secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) entre 1953 e 1964 e líder político do mundo comunista até ser afastado do poder por sua perspectiva reformista e substituído na direção da URSS pelo político conservador Leonid Brejnev. (Nota da IHU On-Line)

torial tem razão de pensar que 'ninguém pode refutar' essa pretensão. Porém, o que significa aqui refutação? Antes de tudo, torna-se necessário para nós pensar o conteúdo da declaração de Khrushchchev, no qual, em verdade, ele próprio não pensa: não existe mais nem 'a terra', nem 'o céu', no sentido da habitação poética do homem sobre essa terra. A exploração realizada pelo foguete é a concretização, há três séculos, daquilo que acha-se disposto (*gestellt*), sempre mais unilateral e deliberadamente como sendo a natureza, e que, no presente, foi instalado (*bestellt*) como fundo de reserva universal, inter-estelar. A trajetória dos foguetes lança brutalmente no esquecimento 'terra e céu'. Os pontos entre os quais ela se desenrola não são nem uma nem a outra. O artigo em questão deveria começar assim: não há senão um pequeno número de homens - e eles não dispõem de poder -, que têm hoje a capacidade e a resolução para pensar, e para fazer pelo pensamento a experiência de uma mudança do mundo, que 'não inicia uma nova era', mas conduz uma época já estabelecida em direção de seu extremo acabamento."<sup>7</sup> Eu acredito que análises como essa nos dão muito a pensar.

IHU On-Line - Outros teóricos afirmam que o pós-humanismo seria uma espécie de celebração da hibridação, a consciência de que o homem não é a medida do mundo, nem de si mesmo. Nesse aspecto, representaria um sem limite de possibilidades criativas, ocupando inclusive o lugar de Deus. Qual é a sua percepção dessa faceta "transcendente" do pós-humanismo?

Oswaldo Giacóia - É nesse horizonte que se inscrevem as perspectivas pós e transhumanas, a troca de carbono por silício, que tornaria potencialmente imortal o corpo orgânico. A isso, poderia se aliar uma reconfiguração da consciência, descentrada de sua identificação com a unidade subjetiva, ultrapassando o atrelamento aos cinco sentidos, conectada em redes neurais, simultaneamente com a miríade de centros virtuais de registro e processamento de informações. Para os membros do Extropy Institut, funda-

<sup>7</sup> Neuer Züricher Zeitung, 26 de setembro de 1959. (Nota do autor)

do pelo filósofo e cientista Max More<sup>8</sup> no Vale do Silício, USA, a atual base somática da personalidade pode ser considerado como “hardware” em processo de obsolescência, que deve ser substituído por um equipamento de tipo *homo roboticus*, imune a panes e disfunções orgânicas, capaz de desenvolver auto-consciência, ultrapassar e substituir o *homo sapiens*, como este o fez com o *australopithecus* na trajetória ascendente da escala evolutiva (cf. <http://www.extropy.org>).

Por outro lado, dentre as tentativas contemporâneas de uma ética da finitude à altura dos desafios da sociedade tecnológica, a posição de Hans Jonas é emblemática. Jonas assume precisamente como tarefa a urgência de estabelecer limites ético-jurídicos para a pesquisa tecnológica, em rompimento com a postura antropocêntrica e a concepção instrumental da técnica. Ele se pergunta: até que ponto é eticamente justificável tornar disponível a base somática da personalidade? Para as futuras gerações de humanos, quais seriam as consequências éticas e existenciais implicadas na modificação tecnológica das condições e referências tradicionais, que até hoje determinaram a auto-compreensão e a auto-estima da humanidade, com seus aspectos positivos e negativos, luminosos e sombrios?

**IHU On-Line - Se o ser humano é seu próprio experimento, qual seria o espaço de Deus na atualidade?**

**Oswaldo Giacóia** - Que o ser humano possa fazer experiências consigo mesmo não só não é nenhuma novidade, como também não constitui nenhuma razão suficiente para que do horizonte da aventura humana na história desapareça o âmbito e o espaço do divino, e portanto da experiência religiosa.

**IHU On-Line - Por outro lado, qual é**

<sup>8</sup> **Max More**: Futurista estratégico internacional reconhecido por escrever, palestrar e organizar eventos sobre os desafios fundamentais das tecnologias emergentes. More defende que nossas potencialidades tecnológicas estão distantes da nossa maneira padrão de pensar sobre as possibilidades futuras. É co-fundador e o atual presidente do Instituto de Extropia, no Texas, Estados Unidos - uma rede de diversos pensadores inovadores comprometidos a criar soluções para os problemas humanos. (Nota da IHU On-Line)

**“O conceito de grande saúde em Nietzsche é uma recusa da normalização e normatização, tal como a empreende a modernidade política. Ela é o conceito de uma estilística da existência, de uma vinculação profunda entre filosofia e vida - em particular na forma da existência filosófica”**

**o espaço para uma existência trágica e mais autêntica, como aquela teorizada por Nietzsche<sup>9</sup> remetendo-se**

<sup>9</sup> Friedrich Nietzsche (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus conceitos além-do-homem, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou, até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da IHU On-Line, de 13-12-2004, intitulado *Nietzsche: filósofo do martelo e do crepúsculo*, disponível para download em <http://migre.me/s7BB>. Sobre o filósofo alemão, conferir ainda a entrevista exclusiva realizada pela IHU On-Line edição 175, de 10-04-2006, com o jesuíta cubano Emilio Brito, docente na Universidade de Louvain-La-Neuve, intitulada “Nietzsche e Paulo”, disponível para download em <http://migre.me/s7BH>. A edição 15 dos Cadernos IHU em formação é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*, e pode ser acessada em <http://migre.me/s7BU>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em <http://migre.me/FC8R>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do Ciclo de Estudos Filosófias da diferença - Pré-evento do XI

aos gregos, numa sociedade cada vez mais controlada pelo biopoder?

**Oswaldo Giacóia** - Acredito que, do ponto de vista de Nietzsche, uma das figuras do trágico em nossos dias consiste em que *possamos* nos alçar à consciência sem véus da extensão e do significado de nossa conquistada potência de auto-determinação. Precisamente no ponto mais avançado dessa experiência é necessário evitar dois extremos: o recurso a valores que não oferecem mais sustentação, por sobrevividos, por um lado; por outro lado, adquirir uma potência de segundo grau que torna possível resgatar uma noção de medida e domínio de si, evitando o delírio infantil de onipotência.

**IHU On-Line - Como podemos pensar a subjetividade e a alteridade nessa perspectiva de (des)governo biopolítico?**

**Oswaldo Giacóia** - Tomo a liberdade de responder citando uma passagem da comunicação que apresentei na Unisinos no evento que teve por tema **O (des)governo biopolítico da vida humana**: “Que forma poderia ter um programa emancipatório renovado, capaz de restaurar a energia e o poder de libertário das forças verdadeiramente revolucionárias, evitando as insidiosas armadilhas da política? Num posicionamento recente, Giorgio Agamben se refere a uma tarefa e a uma tática que produz a inversão do que denomina a biopolítica maior, aquela do Estado e do direito, em prol de uma biopolítica menor, chamada de resposta ou de reapropriação: ‘É a partir desse terreno incerto, da zona opaca de indiferenciação que nós devemos hoje reencontrar o caminho de uma outra política, de um outro corpo, de uma outra palavra. Eu não poderia renunciar sob nenhum pretexto a essa indistinção entre o público e o privado, corpo biológico e corpo político, *zôê* e *bios*. É aí que devo reencontrar meu espaço - ao ou em nenhum outro lugar. Só uma política partindo dessa consciência pode me interessar.’<sup>10</sup> Essa biopolítica

Simpósio Internacional IHU: **O (des)governo biopolítico da vida humana**. Na edição 330 da Revista IHU On-Line, de 24-05-2010, leia a entrevista *Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência*, concedida pelo Prof. Dr. Oswaldo Giacóia e disponível para download em <http://migre.me/Jzvg>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>10</sup> Agamben, G. *Une Biopolitique Mineure*. En-

menor parte de um problema que também Foucault havia tratado com escrupulosa atenção: a questão do sujeito. Agamben, porém, pretende que a questão do sujeito, hoje, especialmente em vista de uma nova biopolítica, só pode ser colocada em termos de processos de subjetivação e de desubjetivação, ou antes, como um resto, um afastamento, uma distância aberta entre processos de subjetivação e desubjetivação”.

**IHU On-Line - Sob quais aspectos o biopoder é um mecanismo determinista? Nessa lógica, qual é o espaço da autonomia e da liberdade para nós, sujeitos a ele submetidos?**

**Oswaldo Giacóia** - Não me parece que estejamos diante de um mecanismo determinista, que nos retira qualquer dimensão de alternativa. Pergunto-me, porém se podemos hoje dizer que essa nova dimensão seja ainda a dimensão do sujeito, tal como o compreendemos como sujeito assujeitado das ciências humanas, das disciplinas e da regulamentação previdenciária? E, a esse respeito, acredito que seja válido um recurso a Foucault para indicar na direção de novos devires, de processos de subjetivação como ascese, como relação consigo e cuidado de si. Foucault não emprega a palavra sujeito como pessoa ou forma de identidade, mas, ao invés disso, prefere os termos “subjetivação” processo e “Si”, no sentido de relação (relação a si), para designar uma relação da força consigo mesma, uma “dobra” da força, um movimento de re-flexão, que tem um matiz fundamentalmente re-volucionário.

**IHU On-Line - Quais são as maiores diferenças entre o conceito de grande saúde de Nietzsche com essa normalização e normatização promovidas hoje, reflexivas do biopoder?**

**Oswaldo Giacóia** - O conceito de grande saúde em Nietzsche é uma recusa da normalização e normatização, tal como a empreende a modernidade política. Ela é o conceito de uma estilística da existência, de uma vinculação profunda entre filosofia e vida - em particular na forma da existência filo-

retien avec Giorgio Agamen, realize par Stany Grelet & Mathieu Potte-Bonneville. In: Vacarme 10, hiver 2000. Mot313.html, p. 5. (Nota do entrevistado)

“Do ponto de vista de Nietzsche, uma das figuras do trágico em nossos dias consiste em que possamos nos alçar à consciência sem véus da extensão e do significado de nossa conquistada potência de auto-determinação”

sófica. Portanto, um ethos do cuidado consigo e com o mundo.

**IHU On-Line - Seria o mundo (des)governado pela biopolítica o solo propício para grassarem o último homem e o niilismo? Por quê?**

**Oswaldo Giacóia** - O solo do desgoverno bio-político é o espaço sócio-histórico e político dos últimos homens, porque nele vem à luz, como figura do mundo, a experiência do cansaço, do tédio do homem em relação a si mesmo, daquilo que Nietzsche caracterizou como “desejo do fim”. Uma das acepções do niilismo é essa: o ideal do humano reduzido à intensidade minimalista da sobrevivência; o ideal de felicidade rebaixado ao hedonismo consumista, à incapacidade de elaborar uma experiência de sofrimento, ao desejo obsessivo de bem estar, conforto burguês e segurança, o acobertamento no anonimato do coletivo, a diluição de toda verdadeira personalidade, a negação da diferença pela tirania identitária do uniforme.

#### LEIA MAIS...

>> Confira outra entrevista concedida por Oswaldo Giacóia à IHU On-Line.

\* Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência. Edição número 330, revista IHU On-Line, de 24-05-2010, disponível em <http://bit.ly/a20L4m>

Participe dos eventos do IHU.  
Informações em [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)

# A subjetivação ética como desgoverno biopolítico da vida humana

O trinômio disciplina-biopoder-governamentalidade é analisado por César Candiotto, que assinala haver uma tendência capciosa em nossa sociedade, que busca moldar nossa forma de viver, influenciando escolhas, aspirações, desejos e crenças

POR MÁRCIA JUNGES

“**A** subjetivação ética constitui a forma mais suscetível de despoticizar o governo da individualização. Arrisco-me a dizer que a criação de uma relação diferente com o ato de consumir em nossa sociedade poderia ser uma das formas do desgoverno biopolítico da vida humana, porque implicaria em nova qualificação do desejo, distante de sua modulação governamentalizada e mimeticamente colonizadora da vida interior”.

A afirmação é do filósofo César Candiotto na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**. Há uma tendência “capciosa” em nossa sociedade que tenta “modelar nossa maneira de viver”, invadindo inclusive nossas escolhas, aspirações, desejos e crenças. “De um lado, o indivíduo é regulado enquanto zoé, vida natural, ser vivente; de outro, é modelado como bíos, na sua maneira de viver”. Candiotto resume o trinômio disciplina-biopoder-governamentalidade: “A disciplina normaliza os corpos, o biopoder regula a vida e a governamentalidade administra as possibilidades das ações livres”. O tema foi objeto da conferência *O biopoder e a governamentalidade dos sujeitos*, ministrado por Candiotto em 15-09-2010, dentro da programação do XI Simpósio Internacional IHU: o (des)governo biopolítico da vida humana.

Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Candiotto é graduado em Filosofia por essa instituição, e em Teologia pela PUC do Chile. cursou mestrado em Educação pela PUCPR e doutorado em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e na Universidade de Paris XII com a tese *Foucault e a verdade*. Organizou as obras *Mente, cognição, linguagem* (Champagnat: Curitiba, 2008) e *Ética: abordagens e perspectivas* (Champagnat: Curitiba, 2010). Confira a entrevista.

## IHU On-Line - Como se dá a presença do biopoder na governamentalidade dos sujeitos no século XXI?

**César Candiotto** - Dificilmente existe uma modalidade de biopoder que pertença exclusivamente ao século XXI. Mais prudente é apontar algumas tendências que reconfiguram práticas recorrentes do século passado: uma primeira é o investimento exacerbado em torno da vida biologicamente regulada por parte da aliança entre ciências médicas, empresas e governos, como será detalhado na terceira questão proposta. Outra tendência, mais capciosa, é a tentativa comum nas sociedades atuais de modelar nossa maneira de viver, nossas escolhas e aspirações, desejos e crenças. Regula-

ção dos processos vitais e modelação da maneira de viver são as duas principais ramificações do poder na governamentalidade dos sujeitos de nossa época. De um lado, o indivíduo é regulado enquanto zoé, vida natural, ser vivente; de outro, é modelado como bíos, na sua maneira de viver. Ocorre que muitas vezes a governamentalidade dos sujeitos é realizada a partir do cruzamento das duas tendências: tanto nosso ser-herdado (Ricoeur<sup>1</sup>) quanto nosso ser-livre (Sar-

<sup>1</sup> Paul Ricoeur (1913-2005): filósofo francês. Sobre ele, conferir um artigo intitulado *Imaginar a paz ou sonhá-la?*, publicado na IHU On-Line 49ª edição, de 24-02-2003, disponível para download em <http://bit.ly/9m0DBP> e uma entrevista na 50ª edição, de 10-03-2003, disponível para download em <http://bit.ly/ce-xldt>. A edição 142, de 23-05-2005, publicou a

tre<sup>2</sup>) já não são tão “nossos”. Genética e ciências afins são capazes de alterar nosso patrimônio genético, colocando

editoria Memória sobre Ricoeur, em função de seu falecimento. Confira o material em <http://bit.ly/aXJH1>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> Jean-Paul Sartre (1905-1980): filósofo existencialista francês. Escreveu obras teóricas, romances, peças teatrais e contos. Seu primeiro romance foi *A náusea* (1938), e seu principal trabalho filosófico é *O ser e o nada* (1943). Sartre define o existencialismo em seu *ensaio O existencialismo é um humanismo*, como a doutrina na qual, para o homem, “a existência precede a essência”. Na *Crítica da razão dialética* (1964), Sartre apresenta suas teorias políticas e sociológicas. Aplicou suas teorias psicanalíticas nas biografias *Baudelaire* (1947) e *Saint Genet* (1953). *As palavras* (1963) é a primeira parte de sua autobiografia. Em 1964, foi escolhido para o prêmio Nobel de literatura, que recusou. (Nota da IHU On-Line)

em jogo nossa identidade pessoal; por sua vez, máquinas de expressão (Deleuze<sup>3</sup>), como o marketing e a propaganda, procuram criar um campo de possibilidades no qual pensamos ser livres, mas no exterior do qual qualquer possível é descaracterizado.

**IHU On-Line - Tendo em vista a tecnologia da informação e a globalização, quais peculiaridades poderiam ser apontadas sobre o biopoder hoje?**

**César Candioto** - De um lado, as tecnologias da informação possibilitam visualizar o alcance da atuação do biopoder a partir da rapidez das notícias e da plasticidade das imagens; de outro elas atuam no sentido de perpetuar antigas formas de governamentalidade dos sujeitos em razão de seu nascimento, de seu “sangue”. Em recente artigo do jornal *Gazeta do Povo*, encontramos a seguinte manchete: “Quanto vale seu sangue?” Ela se refere ao professor William Adams, da Universidade George Washington, que publicou no *Journal of Communications* uma pesquisa sobre a cobertura televisiva de desastres naturais. Esperava-se que, quanto maior o número de mortos nesses desastres, maior deveria ser o tempo da cobertura da imprensa televisiva. Contudo, um dos resultados surpreendentes é que esse fator representa somente 3% na variação do tempo de cobertura por parte dos telejornais. A conclusão é que o valor de uma morte está relacionado à nacionalidade, ao sangue da vítima. A morte de um europeu equivale à morte de três europeus orientais, nove latino-americanos, 11 árabes do Oriente Médio e 12 asiáticos.

Para além desse artigo, podemos depreender que, se a morte tem um valor diferente em razão da nacionalidade, significa que raciocínio similar poderia ser atribuído à vida. Trata-se da perpetuação da operacionalização do biopoder do século XVIII, quando a soberania passou a ter como princípio a Nação. Foucault e Agamben entendem que os Estados

<sup>3</sup> Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bérngson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou idéias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outros. (Nota da IHU On-Line)

## “A proliferação dos códigos de conduta organizacionais atuais não tem como única razão de existir os imperativos morais, mas principalmente os imperativos mercadológicos”

democráticos liberais encontraram sua legitimidade não a partir da concepção abstrata do sujeito de direitos como átomo social, mas em razão da pertença a uma nacionalidade. Quer dizer, o direito é conferido pelo nascimento, ser nascido nesse ou naquele território. As tecnologias da informação e os processos de globalização não mudaram essa realidade, somente a fortaleceram.

**IHU On-Line - A partir disso, poder-se-ia falar em uma exacerbação do biopoder? Por quê?**

**César Candioto** - É verdade que o campo de atuação do biopoder foi ampliado em virtude dos avanços da engenharia genética, da microbiologia, da nanotecnologia e áreas afins, que demandam uma séria, mas cautelosa, reflexão a respeito do direito ao patrimônio genético, da utilização de células embrionárias para a fabricação de células-tronco e assim por diante. Provavelmente, vivamos numa sociedade mais medicalizada que no passado: obesidade beira o pecado, ausência de consultas rotineiras é identificada com irresponsabilidade, furtar-se às práticas de vacinação assemelha-se ao delito, a inadequação aos padrões de beleza estéticos significa descuido de si mesmo. Contudo, as ciências médicas que demandam o cuidado, são as mesmas que colocam em risco a vida dos cidadãos, sua exposição à morte. A indústria farmacêutica, por exemplo, afirma cuidar da vida de maneira segura e legítima, mas para isso utiliza

cobaias humanas sem consentimento informado em países periféricos do mundo onde a legislação é laxa.

Sandra Caponi<sup>4</sup>, no artigo *A biopolítica da população* (publicado na revista *Ciência & saúde coletiva*, p. 447) mostra que “A situação dos contaminados pela Aids na África, submetidos às novas pesquisas científicas do AZT entre 1995 e 1998, é um dos exemplos contemporâneos mais instigantes de vida matável, vida espécie, insignificante. O fato de que esses experimentos tenham sido feitos justamente na África, e que a comunidade internacional praticamente pouco se importou com as mortes resultantes da experiência com placebos, demonstra que a vida matável tem uma geografia específica; que o discurso em torno dos direitos humanos, dentre eles a dignidade da vida, é sobreposto ao biopoder, que torna essa mesma vida insignificante. Que os direitos, garantidos entre os iguais e que têm voz, sobrevive à custa daqueles tornados desiguais e sem possibilidade nenhuma de reagir.” Portanto, a exposição ao risco de populações biologicamente delimitadas é um dos maiores exemplos de exacerbação do biopoder.

**IHU On-Line - Em que sentido a “ortopedia moral” expressa uma necessidade de cumprimento de imperativos morais e até mesmo mercadológicos?**

**César Candioto** - Quando Foucault, pela primeira vez, se referiu à “ortopedia moral”, quis mostrar que os imperativos morais da sociedade burguesa dos séculos XVIII e XIX eram indissociáveis de tecnologias de poder disciplinares que visavam à constituição de um indivíduo normal e adaptado aos processos de industrialização da época mediante o investimento no corpo: controle do espaço e do tempo, atenção à minúcia dos atos e gestos, criação de um campo de visibilidades, tudo para que o corpo se torne pro-

<sup>4</sup> Sandra Noemi Cucurullo de Caponi: filósofa graduada pela Universidade Nacional de Rosário, mestre e doutora em Lógica e Filosofia da Ciência pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com a tese *Do trabalhador indisciplinado ao homem prescindível*. É pós-doutora pela Universidade Picardie Jules Verne, na França. Leciona na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É autora de *Da Companhia à Solidariedade* (2da. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004). (Nota da IHU On-Line)

ditivo e a vontade, obediente. Se entendermos por imperativos morais os valores, princípios e regras de uma sociedade específica em razão da constituição de sua identidade coletiva, não podemos deduzir que o cumprimento desses imperativos exija necessariamente uma ortopedia moral. Quando uma pessoa segue regras porque foi educada para discernir quais valores as sustentam e, a partir daí, se propõe torná-las *suas* em razão de uma escolha racional e deliberada, não estamos diante da ortopedia moral. Em contrapartida, o mesmo raciocínio não se aplica quando se tratam de imperativos mercadológicos. Produtividade, competitividade, empreendedorismo e criatividade têm sido constituídos como imperativos mercadológicos tão relevantes nas sociedades atuais que demandam continuamente uma ortopedia moral, mediante contínuas avaliações de desempenho, investimento infundável em capital humano, cumprimento irretocável de todas as regras organizacionais de acordo com códigos de deontologia específicos, e, principalmente, mensuração da qualidade do comportamento e da conduta pelos resultados práticos - econômicos - a serem alcançados.

Se as disciplinas controlavam os corpos por meio de um jogo de visibilidades em espaços fechados ou semiabertos, os imperativos mercadológicos administram a vida a partir do controle das virtualidades de uma vida em razão do qual nela investem ou deixam-na perecer. A proliferação dos códigos de conduta organizacionais atuais não tem como única razão de existir os imperativos morais, mas principalmente os imperativos mercadológicos. Na sociedade atual os imperativos morais são muitas vezes indissociáveis dos imperativos mercadológicos, ainda que irreduzíveis aos mesmos.

**IHU On-Line - O controle das mentes seria a forma mais requintada e paralisante do biopoder? Por quê?**

**César Candiotti** - Em *As revoluções do capitalismo* (Rio de Janeiro: Record, 2008), de Maurizio Lazzarato<sup>5</sup>, essa hi-

<sup>5</sup> Maurizio Lazzarato: sociólogo e filósofo italiano que vive e trabalha em Paris, onde realiza pesquisas sobre a temática do trabalho imaterial, a ontologia do trabalho, o capitalis-

**“De um lado, as tecnologias da informação possibilitam visualizar o alcance da atuação do biopoder a partir da rapidez das notícias e da plasticidade das imagens; de outro, elas atuam no sentido de perpetuar antigas formas de governamentalidade dos sujeitos em razão de seu nascimento, de seu ‘sangue’”**

pótese está razoavelmente implícita. Mas antes dele, ela já é observável nos trabalhos de Michel Foucault, quando ele mostra que disciplina, biopoder e governamentalidade não são somente ênfases diferentes da atuação do poder na história do Ocidente, de modo que a forma posterior substituiria à anterior. Antes, constituem modos de operacionalização do poder que atuaram na constituição dos sujeitos. A disciplina normaliza os corpos, o biopoder regula a vida e a governamentalidade administra as possibilidades das ações livres. Contudo, as coisas não são tão lineares assim. Sabemos que a disciplina é irreduzível à produção de corpos úteis ao objetivar também a constituição de “almas” dóceis mediante o enfraquecimento da vontade própria e o fortalecimento da obediência. Igualmente, o biopoder não somente regula a vida no sentido que a medicina a entende. Sabemos que pensadores como Nietzsche, Tarde e

mo cognitivo e os movimentos pós-socialistas. Escreve também sobre cinema, vídeo e as novas tecnologias de produção de imagem. É um dos fundadores da revista *Multitudes*. (Nota da IHU On-Line)

Bergson<sup>6</sup>, situaram no fundamento do vivo a memória e a atenção, como potência de atualização do virtual. Até mesmo a biologia de Haeckel<sup>7</sup> afirma que a essência do vivo é a memória, a preservação física do passado no presente e a gravação das mensagens presentes para o futuro. Nesse aspecto o investimento da memória mental é somente um desdobramento da regulação da vida. Contudo, esse desdobramento pode ser bem compreendido quando Foucault entende o poder a partir da governamentalidade. Esta trabalha com as possibilidades do agir nas quais estão envolvidas a memória e a atenção. São essas novas dimensões do vivo que se encontram cada vez mais capturadas e colonizadas pela opinião pública. Depreende-se que o conjunto dessa operacionalidade do poder não somente procura moldar os corpos e regular a vida, mas também modular as forças da memória e da atenção e os fluxos de desejos e crenças. O noopoder - como nomeia Lazzarato a esse processo de modulação das mentes nas sociedades de controle atuais - não seria um novo poder, mas um desdobramento requintado do próprio biopoder em razão do qual o investimento na memória mental prevalece em relação à normalização da memória corporal, das sociedades disciplinares.

**IHU On-Line - Quais seriam as resistências (ou desgovernos) mais pujantes ao governo biopolítico da vida humana?**

**César Candiotti** - São todas aquelas que emergem de processos de subjetivação a partir dos quais o indivíduo elabora um trabalho ético sobre si mesmo. Muitas resistências políticas tornaram-se inoperantes porque não

<sup>6</sup> Henri Bergson (1859-1941): filósofo e escritor francês. Conhecido principalmente por *Matière et mémoire* e *L'Évolution créatrice*, sua obra é de grande atualidade e tem sido estudada em diferentes disciplinas, como cinema, literatura, neuropsicologia. Sobre esse autor, confira a edição 237 da IHU On-Line, de 24-09-2007, *A evolução criadora, de Henri Bergson. Sua atualidade cem anos depois*, disponível para download em <http://migre.me/Jzy0>. (Nota da IHU On-Line)

<sup>7</sup> Ernst Heinrich Philipp August Haeckel (1834-1919): naturalista alemão que ajudou a popularizar o trabalho de Charles Darwin e um dos grandes expoentes do cientismo positivista. (Nota da IHU On-Line)

foram precedidas de um “desgoverno [ético] da individualização”. Por governo da individualização, Foucault entendeu todos os procedimentos políticos atuantes nas diferentes práticas sociais que pretendem nos fixar uma identidade. Ao operar pela individualização, esses procedimentos buscam obstaculizar a constituição da individualização ou da singularidade. Contudo, Foucault entende que o poder, no sentido de governamentalidade, supõe sempre sujeitos suscetíveis de agir livremente diante da ação de outrem. Significa que, se o governo biopolítico atual procura regular nossa vida principalmente pela modulação das forças mentais da memória e da atenção, as resistências ou processos de subjetivação, por sua vez, podem agir no mesmo campo de aplicação do biopoder. Quando os indivíduos travam um permanente embate agonístico entre as forças do desejo e as potências da liberdade, têm como efeito a constituição de diferentes “modos de viver”. Essas modulações vitais resultantes do trabalho ético, na medida em que não visam à constituição de uma identidade (de um ser), mas de um modo de ser (uma estilística da existência) não inapreensíveis pelo governo da individualização; elas possibilitam uma requalificação do desejo, do querer e da atenção por parte das forças da liberdade. A subjetivação ética constitui a forma mais suscetível de despotencializar o governo da individualização. Arrisco-me a dizer que a criação de uma relação diferente com o ato de consumir em nossa sociedade poderia ser uma das formas do desgoverno biopolítico da vida humana, porque implicaria em nova qualificação do desejo, distante de sua modulação governamentalizada e mimeticamente colonizadora da vida interior.

#### LEIA MAIS...

>> Confira outra entrevista concedida por César Candiotto à IHU On-Line.

\* *Foucault e a governamentalidade biopolítica.* Edição número 324, revista IHU On-Line, de 12-04-2010, disponível em <http://bit.ly/cuwk4>.

## Vontade antropotécnica e biopolítica

O filósofo Fabián Ludueña relaciona a vontade antropotécnica e a biopolítica, questionando se, ao invés de uma biopolítica, não está surgindo uma nova ordem política mundial

POR MÁRCIA JUNGES | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

A antropotécnica é um conjunto de “técnicas mediante as quais as comunidades da espécie humana e os indivíduos que a compõem atuam sobre sua própria natureza com o fim de guiar, expandir, modificar ou domesticar seu substrato biológico com vistas à produção daquilo que, primeiro, a filosofia e logo as ciências biológicas e humanas costumam denominar ‘homem’”. A explicação é do filósofo argentino Fabián Ludueña, professor da Universidade de Buenos Aires - UBA, na Argentina. Em sua opinião, “se a memória for dissociada de uma reflexão sobre a temporalidade, corremos o risco de submeter-nos a uma visão distorcida de um presente centrado sobre si mesmo. Neste sentido, a memória só pode ser produtiva quando se torna não só a memória do vivido ou do passado nacional ou étnico, senão também uma forma de memória ancestral, unicamente acessível ao que me agrada denominar a ultra-história das culturas”. Ludueña acentua que precisamos nos perguntar se o “destino das sociedades contemporâneas está marcado pela problemática biopolítica ou, se pelo contrário, não estaria se configurando, no solo do nosso presente, uma nova ordem política mundial, na qual a noção mesma de vida está sofrendo inelutáveis transformações que podem conduzir até sua superação, pelo menos nas formas tradicionais em que as temos conhecido”. As declarações podem ser conferidas na íntegra na entrevista a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line, debatendo aspectos apresentados no minicurso *A vontade antropotécnica: a teologia política cristã e o nascimento da ordem biopolítica moderna*, ministrado por Ludueña em 16-09-2010, dentro da programação do XI Simpósio Internacional IHU: o (des)governo biopolítico da vida humana.

Fabián Ludueña é licenciado em Sociologia pela UBA, mestre e doutor em História da Civilização pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris - EHESS com a tese *Théologie politique et théologie économique chez Marsile Ficin (1433-1499)*. É autor de *Homo Oeconomicus. Marsilio Ficino, la teología y los misterios paganos (1433-1499)* (Madri: Miño y Dávila Editores, 2007). Confira a entrevista.

### IHU On-Line - O que podemos entender por vontade antropotécnica?

**Fabián Ludueña** - Trata-se de um conceito que, em muitos sentidos, define melhor o meu trabalho do que o de biopolítica. Entendo com ele as técnicas mediante as quais as comunidades da espécie humana

e os indivíduos que a compõem atuam sobre sua própria natureza com o fim de guiar, expandir, modificar ou domesticar seu substrato biológico com vistas à produção daquilo que, primeiro, a filosofia e logo as ciências biológicas e humanas costumam denominar “homem”. O processo de

hominização e a própria história da espécie *Homo sapiens* até a atualidade coincide, então, com a história das antropotecnologias (econômicas, sociais, educacionais, jurídico-políticas, éticas) que buscaram, incessantemente, fabricar o humano como *ex-tasis* da condição animal.

**IHU On-Line - Qual é a relação entre a teologia política cristã e o nascimento da ordem biopolítica moderna?**

**Fabián Ludueña** - Sem dúvida, de modo muito geral, podemos dizer que o messianismo cristão dos primeiros tempos fez frente ao problema da lei e da instauração de uma comunidade política de ordem absolutamente inédita até esse momento, através da colocação em jogo do conceito de *zoé aionios*, de vida eterna. Em consequência, por meio desta noção revolucionária, todos os conceitos políticos do mundo romano se viram alterados em função da aparição de uma nova concepção da relação entre o direito e a vida, que impregnará o destino das sociedades ocidentais até a atualidade.

**IHU On-Line - Em que medida a memória se torna importante dentro desse cenário biopolítico?**

**Fabián Ludueña** - As práticas da memória têm sido fundamentais por um sem-número de razões, sobretudo a partir das experiências políticas do século XX. Sem embargo, há certo perigo no auge do “momento memorialístico” que estamos experimentando na atualidade, caso este se realize sem o respaldo nos saberes histórico-filosóficos que desenvolveram metodologias e formas de aproximação ao passado que, necessariamente, se constroem segundo uma dialética diferente daquela da memória. Se a memória for dissociada de uma reflexão sobre a temporalidade, corremos o risco de submeter-nos a uma visão distorcida de um presente centrado sobre si mes-

**“Provavelmente estejamos frente a um sistema político global que produz elites diferenciadas - tanto ao nível dos saberes como dos hábitos de vida - e massas cada vez mais amplas de população lançadas fora de todo sistema econômico-político”**

mo. Neste sentido, a memória só pode ser produtiva quando se torna não só a memória do vivido ou do passado nacional ou étnico, senão também uma forma de memória ancestral, unicamente acessível ao que me agrada denominar a ultra-história das culturas.

**IHU On-Line - Em que aspectos a moderna biopolítica é preponderante na constituição da subjetividade do moderno sujeito?**

**Fabián Ludueña** - Os trabalhos de Michel Foucault mostraram até que ponto a governabilidade biopolítica tem estado no centro das preocupações dos Estados modernos. Neste sentido, tanto o governo das populações como o governo de si mesmo, a política e a ética dos modernos, sempre estiveram modelados segundo um esquema que seculariza, um modelo teológico-político próprio do cristianismo. Sem dúvida, o verdadeiro desafio consiste em perguntar-nos se verdadeiramente o destino das sociedades contemporâ-

neas está marcado pela problemática biopolítica ou, se pelo contrário, não estaria se configurando, no solo do nosso presente, uma nova ordem política mundial, na qual a noção mesma de vida está sofrendo inelutáveis transformações que podem conduzir até sua superação, pelo menos nas formas tradicionais em que as temos conhecido.

**IHU On-Line - Que relações estabelecerá entre o biopoder e a normalização dos sujeitos? Rumamos a uma sociedade que, cada vez mais, apaga as diferenças de cada pessoa, homogeneizando-as?**

**Fabián Ludueña** - As tendências normalizadoras próprias das sociedades disciplinares e biopolíticas da modernidade constituem, sem dúvida, uma parte importante da deriva atual do biopoder. Porém, ao mesmo tempo, não creio que seja possível afirmar que estamos simplesmente frente a um poder homogeneizante. Junto com este, convivem formas de diferenciação e zonas de singularização que são parte do esquema político das sociedades atuais. As formas de vida proliferam em sua luta contra os dispositivos que produzem certos modos de homogeneidade através dos meios massivos de comunicação, os quais somente agora começam, talvez ainda muito timidamente, a abandonar sua pré-história informacional para adentrar-se em novas e insuspeitadas formas de politização. Apesar disto, provavelmente estejamos frente a um sistema político global que produz elites diferenciadas - tanto ao nível dos saberes como dos hábitos de vida - e massas cada vez mais amplas de população lançadas fora de todo sistema econômico-político. A expulsão dos excluídos gera, sem dúvida, um cenário que atuará como fermento de futuros conflitos e violências, na medida em que avançar este século.

**WWW.IHU.UNISINOS.BR**

## A cultura do empreendedorismo na educação

Concorrência e competição norteiam relações de sociabilidade, e o outro se torna um obstáculo, denuncia Sylvio Gadelha da Costa. Indivíduos livres clamam por controle e vigilância, enquanto a cultura do empreendedorismo ganha espaço na educação

POR MÁRCIA JUNGES

**E**mpreendedorismo, concorrência e educação: faces da governamentalidade neoliberal e da biopolítica moderna foi o tema do minicurso conduzido pelo professor Dr. Sylvio Gadelha da Costa, da Universidade Federal do Ceará - UFC, em 16 de setembro, dentro da programação do XI Simpósio Internacional IHU: o (des)governo biopolítico da vida humana. Sobre o tema, concedeu à IHU On-Line, por e-mail, a entrevista que segue. Em seu ponto de vista, é cada vez mais fácil encontrar “indivíduos que não só se consideram livres, mas que, em certa medida, devido justamente a essa liberdade de que desfrutariam espontaneamente, consideram natural a ideia de que estão por sua própria conta, isto é, de que são, senão os únicos, os principais responsáveis pelo que sucede às suas vidas, para o melhor e para o pior”. Assim, as pessoas introjetam a ideia de que “é natural se viver em perigo, sob permanentes riscos e, portanto, numa permanente tensão entre, de um lado, a liberdade e, de outro, o controle e a segurança”. Resumindo, pontua o professor, veremos “indivíduos livres que desejam e que clamam por serem vigiados, monitorados, controlados”. As relações de sociabilidade são norteadas, mais do que nunca, pela concorrência e competição, quando o outro passa a ser visto como “um obstáculo a ser batido”. A cultura do empreendedorismo migrou do domínio econômico-empresarial para outras esferas, como a da educação.

Graduado em psicologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC, é mestre em Sociologia e doutor em Educação por essa mesma instituição com a tese *Educação e subjetivação: elementos para uma escuta extemporânea*. De sua produção bibliográfica, destacamos *Subjetividade e menor-idade: acompanhando o dever dos profissionais do social* (São Paulo: Annablume, 1998) e *Biopolítica, Governamentalidade e Educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault* (Belo Horizonte: Autêntica, 2009). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Por que o empreendedorismo, a concorrência e a educação são faces da governamentalidade neoliberal e da biopolítica contemporânea?**

**Sylvio Gadelha da Costa** - Antes de tudo, é bom ter em mente que a relação entre governamentalidade e biopolítica nem sempre aparece de forma clara nas formulações de Michel Foucault. De um lado, a biopolítica é por ele definida como aquela voltada para a gestão do corpo-espécie da população, tomado como suporte de processos biológicos, tais como natalidade, morbidade, mortalidade, relacionados, por sua vez, a epidemias, endemias, a questões relativas à saúde coletiva, à segurança pública, à previdência social etc. Quanto

à governamentalidade, ela me parece uma categoria analítica mais geral, cujo cerne reside, por um lado, na arte de governar, de dirigir, de conduzir a conduta dos indivíduos e das coletividades e, por outro lado, nas maneiras singulares mediante as quais os próprios indivíduos dirigem e regulam suas condutas. Todavia, essa arte de governar deve ser entendida num sentido plural, haja vista que, na história, podemos identificar várias modalidades de governo, tais como a pastoral, a assentada numa razão de Estado, a liberal e, mais recentemente, a neoliberal. Em *Nascimento da biopolítica*, Foucault, a meu ver, parece anexar e inscrever a biopolítica nessa questão mais ampla da governamentalidade, colocando a compreensão

da primeira como condicionada ao exame das razões governamentais que presidem o liberalismo (e o neoliberalismo). Seja como for, é preciso ter em mente que tanto os biopoderes como a governamentalidade neoliberal apresentam diversas facetas e/ou dimensões, além de atuarem simultaneamente nos níveis micro e macro.

No caso do empreendedorismo e da concorrência, o primeiro aparece como uma das formas de atualização da segunda, entendida como princípio formalizador essencial do mercado, crucial à instituição de uma governamentalidade ativa, isto é, de uma governamentalidade que intervém intensa e extensivamente na sociedade, na subjetividade e nas condutas dos indivíduos. Os ordolib-

rais já haviam dado o primeiro passo ao tentarem, com base nesse princípio, formalizar a sociedade utilizando o modelo da empresa; os economistas da Escola de Chicago, por seu turno, ao criarem a teoria do capital humano, radicalizam esse processo, pois propõem uma forma de governo, em que a educação comparece como vital, que termina por transformar os indivíduos em empreendedores de si mesmos, em “indivíduos microempresa” que competem acirradamente entre si a fim de se valorizarem no mercado.

### **IHU On-Line - Quais são os grandes objetivos dessa governamentalidade e biopolítica? Em que aspectos eles já têm surtido efeito?**

**Sylvio Gadelha da Costa** - Olhe ao seu redor! Cada vez mais você irá ver indivíduos que não só se consideram livres, mas que, em certa medida, devido justamente a essa liberdade de que desfrutariam espontaneamente, consideram natural a ideia de que estão por sua própria conta, isto é, de que são, senão os únicos, os principais responsáveis pelo que sucede às suas vidas, para o melhor e para o pior. Você irá ver indivíduos que assimilaram a ideia de que é natural se viver em perigo, sob permanentes riscos e, portanto, numa permanente tensão entre, de um lado, a liberdade e, de outro, o controle e a segurança. Numa palavra, você irá ver indivíduos livres que desejam e que clamam por serem vigiados, monitorados, controlados. Além disso, você irá ver indivíduos que, para praticamente tudo em suas vidas, fazem cálculos racionais da relação custo/benefício que suas ações - entendidas como investimentos - implicam, em termos de benefícios e de retorno na forma de fluxos de renda. Em decorrência, você irá ver que as relações de sociabilidade entre esses indivíduos são cada vez mais pautadas pela concorrência, pela competição, de modo a que o outro seja visto virtualmente como um obstáculo a ser batido. Você vai ver indivíduos empreendedores, cujos imperativos são acumular capital humano, consumir e endividar-se permanentemente como forma de investimento, competir, saber investir - sobretudo em si mesmo -, mostrar-se atraente como investimento (fazer marketing pessoal), sob a ame-

ça recorrente de serem descartados, marginalizados, excluídos. Pois bem, em suma, você irá ver indivíduos muito bem governamentalizados por uma lógica que tem no mercado seu princípio de inteligibilidade, sua chave de decifração.

### **IHU On-Line - Como o biopoder se expressa na educação atual?**

**Sylvio Gadelha da Costa** - Grosso modo, ele se expressa através de mecanismos que decidem que vidas são qualificadas como dignas de serem vividas (passíveis de inclusão) e que vidas são qualificadas como indignas de serem vividas (passíveis de exclusão). Na verdade, os biopoderes agem de forma mais complexa, pois excluem através de políticas de inclusão. Dentre as várias faces e/ou dimensões desse processo, eu tenho buscado chamar a atenção para a disseminação da “cultura do empreendedorismo”, cultura essa que tem migrado dos domínios estritamente econômico-empresariais para os demais âmbitos sociais, particularmente o da educação. Seria o caso de se investigar melhor que “pedagogias empreendedoras” vêm sendo destinada aos pobres e às classes média e alta.

### **IHU On-Line - Nesse sentido, como podemos compreender a mercantilização do ensino?**

**Sylvio Gadelha da Costa** - A mercantilização da vida, em geral, e também da infância e do ensino vêm sendo denunciada e analisada pelas ciências humanas e sociais, bem como pelos novos movimentos sociais já há algum tempo. Todavia, no mais das vezes, essa denúncia e essa problematização, pelo menos a meu ver, ainda teimam em não reconhecer o lugar e a função especiais que têm os processos e políticas de subjetivação capitalísticos, para falar com Deleuze<sup>1</sup> e Guattari<sup>2</sup>,

<sup>1</sup> Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outras. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> Félix Guattari (1930-1992): psicanalista francês, pensador, militante, admirado por movi-

mentos de esquerda alternativos, autor de um dos livros mais discutidos entre os anos 70/80, *O Anti-Édipo*, escrito em parceria com o filósofo francês Gilles Deleuze. Guattari visitou várias vezes o Brasil. (Nota da IHU On-Line)

na normalização, regulamentação, no controle e na modulação das vidas dos indivíduos e das coletividades. Por isso, ora se fala em sequestro da infância, ora se fala em “desaparecimento da educação”, quando na verdade o que está em jogo é a produção de novas concepções, novas imagens de “ser criança” e de novas concepções, novas imagens de “formar, educar”, concepções, imagens essas estreitamente relacionadas entre si. Seguindo Foucault, creio que podemos tentar subordinar essa questão da mercantilização, expressa pelo consumismo exacerbado, tomando-a como subordinada à questão da concorrência.

### **On-Line - No contexto do biopoder aplicado à educação, qual é o espaço que sobra para a autonomia do sujeito, seja o aluno ou o professor?**

**Sylvio Gadelha da Costa** - O espaço que sobra está sempre por ser inventado, produzido, maquinado e ele é, ou deve ser, sempre correlato e imanente aos pontos de incidência do poder, isto é, aos pontos de aplicação em que incidem as tecnologias governamentais e de controle, na superfície do *socius*. Como não há mais um fora do poder, esse espaço se encontra virtualmente em toda parte, inclusive nas escolas e em outras organizações que se dizem educativas e/ou formadoras. Esse espaço é real, mas, como é virtual, necessita ser atualizado a cada momento, sob as mais diversas formas e com componentes os mais heterogêneos, tomados aqui e ali, de experiências interessantes. É sempre uma questão de criação singular. Porém, a educação tem uma enorme dificuldade em pensar nesses termos, acostumada que está em encontrar a “chave do tamanho”, ou seja, aquela que abriria todas as portas, coisa que, a meu ver, não passa de uma grande ilusão. Assim, a criação de espaços para a autonomia passa também pela desconstrução dessa fantasia.

## O poder nanofísico e a sujeição do indivíduo

Professores tornam-se especialistas na arte de governar, sobretudo na modalidade de ensino à distância, afirma Karla Saraiva. Nos passos da modernidade líquida, a sujeição também se liquefaz

POR MÁRCIA JUNGES

“Os usos das tecnologias nos processos educativos são variados, amplos e estão em permanente reconfiguração”, revela a engenheira civil Karla Saraiva, na entrevista que concedeu, por e-mail, à IHU On-Line. Para ela, a internet é um marco seja em relação aos processos sociais, seja em termos do uso de tecnologias com viés educativo. Ela afirma que a “principal modificação que a internet está trazendo para dentro das salas de aula são o que se pode chamar de novos sujeitos”. Trata-se de “alunos que têm um entendimento do mundo e modos de viver bastante diferentes daqueles de gerações anteriores, sendo que essas transformações estão profundamente ligadas ao uso das tecnologias de comunicação e informação atuais”. Ainda sobre o tema da subjetividade, Karla aponta que, “na modernidade líquida, a sujeição também se torna líquida”. Essa sujeição acontece de forma sutil e, por isso mesmo, muitíssimo mais eficaz: “O poder microfísico de que nos fala Foucault, torna-se, possivelmente, nanofísico hoje”. E finaliza: “o uso das tecnologias educacionais encontra-se articulado com iniciativas para fazerem do professor um especialista nas artes de governar, o que é particularmente visível quando se trata do papel do professor na educação a distância”. Esse tema foi objeto do minicurso *As tecnologias nos processos educativos e a sujeição do indivíduo*, ministrado por Karla Saraiva em 15-09-2010, dentro da programação do XI Simpósio Internacional IHU: o (des)governo biopolítico da vida humana.

Graduada e mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Karla Saraiva é doutora em Educação pela mesma instituição com a tese *Outros tempos, outros espaços - internet e educação*. De sua produção acadêmica, destacamos *Educação à distância: outros tempos, outros espaços* (Ponta Grossa: UEPG, 2010). É professora e pesquisadora da Universidade Luterana do Brasil - Ulbra, em Canoas, no Rio Grande do Sul. Confira a entrevista.

### IHU On-Line - Como se dá a inserção das tecnologias nos processos educativos?

**Karla Saraiva** - Os usos das tecnologias nos processos educativos são variados, amplos e estão em permanente reconfiguração. Focando mais especificamente nas tecnologias digitais, elas são introduzidas ainda na década de 1970, com softwares educativos como o Logo. Mas seu uso, no Brasil, efetivamente se expande a partir da década de 1990, com a entrada da internet comercial no país. A internet, na minha opinião, funciona como um divisor de águas, tanto em relação a processos sociais de maior amplitude, como em termos de uso de tecnologias com

fins educativos. É com a internet que surge a noção de inclusão digital, pois somente a partir dela que se passa a pensar como excluídos aqueles que não usam computadores. A internet torna as tecnologias digitais um aspecto importante da vida social. A partir daí, a preocupação de colocar laboratórios de informática e dar acesso aos estudantes ao uso de computadores cresce rapidamente. No âmbito governamental, surge a preocupação de informatizar todas as escolas públicas e, até mesmo, de providenciar computadores portáteis para os alunos.

Atualmente, as tecnologias digitais são utilizadas tanto como apoio ao ensino presencial, quanto como meio

para a realização de cursos à distância. Cabe também salientar que, apesar de haver uma profusão de programas e sítios desenvolvidos com propósitos pedagógicos, muitas atividades que são propostas pelos professores utilizam recursos mais amplos. Muitos ainda se atêm a utilizar a internet como uma grande biblioteca, pedindo aos alunos realizarem pesquisas. A mim parece que seria muito mais efetivo que os professores pensassem trabalhos para o exercício do senso crítico em relação à informação. Em tempos de cibercultura, o problema não é obter informações, mas saber lidar com elas e avaliá-las. Contudo, avança o entendimento que existe. Porém, cabe salientar que

para pensar usos mais sofisticados e complexos desse meio é necessário que o professor tenha se apropriado dele, conheça e utilize os múltiplos recursos disponíveis. Professores habituados a utilizar a internet vêm introduzindo formas criativas de seu uso educacional, utilizando ferramentas como redes sociais, o YouTube, blogs e Twitter. Assim como observamos um permanente avanço nos hardwares e softwares, também o uso educacional das tecnologias digitais se transforma. Nos últimos anos, apareceram as chamadas lousas eletrônicas, que são quadros sobre o qual o professor pode escrever e projetar imagens ou sítios da internet. Também os celulares, que são até hoje os grandes vilões da sala de aula contemporânea, estão sendo reabilitados. Celulares com acesso à internet começam a ser utilizados como material pedagógico em algumas escolas. Enfim, como já escrevi no início desta resposta, os usos são variados, impossíveis de serem todos descritos e, mesmo, conhecidos. E estão em permanente transformação.

**IHU On-Line - Nesse sentido, o que muda na educação em tempos de internet?**

**Karla Saraiva** - Creio que a principal mudança que a internet vem promovendo não seja, neste momento, por meio de seu uso nas atividades didático-pedagógicas. A principal modificação que a internet está trazendo para dentro das salas de aula são o que eu chamaria de “novos sujeitos”. Ou seja, alunos que têm um entendimento do mundo e modos de viver bastante diferentes daqueles de gerações anteriores, sendo que estas transformações estão profundamente ligadas ao uso das tecnologias de comunicação e informação atuais. Televisões com uma infinidade de canais; internet que permite um acesso virtualmente ilimitado a informações e, também, canais de comunicação instantâneos com os mais diversos indivíduos; celulares com recursos que fazem convergir o telefone, a internet e a TV em um único aparelho são alguns dos artefatos que os nossos alunos vêm acessando e que proporcionam experiências que modificam seus comportamentos, valores e maneiras

## “Em tempos de cibercultura, o problema não é obter informações, mas saber lidar com elas e avaliá-las”

de ser. Embora isso possa ser especialmente evidente entre alunos de classes mais privilegiadas, também isso está presente entre aqueles oriundos de famílias com menores recursos. Seja porque encontram alternativas para tomar contato com essas tecnologias, como, por exemplo, por meio de *lan houses* (cybercafés), seja porque as transformações culturais atingem uma maior abrangência do que apenas o grupo que vivencia de modo mais intenso o uso das tecnologias avançadas.

**IHU On-Line - A partir disso, como se dá a questão da sujeição do indivíduo, tomando em consideração o conceito de modernidade líquida de Zygmunt Bauman<sup>1</sup>?**

**Karla Saraiva** - A meu ver, na modernidade líquida, a sujeição também se torna líquida. Não mais as pesadas instituições de sequestro, com sua vigilância, sua imobilização do corpo, seus regulamentos a serem obedecidos. A sujeição do indivíduo na modernidade líquida se dá de modo muito mais sutil e, por essa razão, mais eficaz. O poder microfísico, de que nos fala Foucault, torna-se, possivelmente, nanofísico hoje. Cada vez mais capilarizado e invisível, tirando daí sua força. E nessas novas formas de sujeição, a contribuição da internet e das tecnologias digitais são inestimáveis. Por um lado, elas nos enredam em infinitas redes de comunicação que possibilitam nossa localização imediata a qualquer tempo e em qualquer lugar. A divisão moderna entre público e privado, trabalho

<sup>1</sup> Zygmunt Bauman: sociólogo polonês, professor emérito nas Universidades de Varsóvia, na Polônia e de Leeds, na Inglaterra. Publicamos uma resenha do seu livro *Amor Líquido* (São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2004), na 113ª edição do IHU On-Line, de 30-08-2004. Publicamos uma entrevista exclusiva com Bauman na revista IHU On-Line edição 181 de 22-05-2006, disponível para download em <http://bit.ly/agTfsn>. (Nota da IHU On-Line)

e lazer, empresa e lar, cada vez está mais pálida. Estamos sempre “logados”, sempre “online”. Seduzidos pela vantagem de podermos nos comunicar ininterruptamente e acessar informações quando quisermos, franqueamos nossa vida para um permanente controle. Esses artefatos eletrônicos, a que nos sujeitamos de modo tão alegre, dos quais já não nos permitimos nos afastar, por um lado, potencializam um gradativo avanço das relações de trabalho em nossas vidas. Já não é possível “fechar a porta do escritório e ir embora”. Por outro lado, essas redes nos submetem a uma avalanche de informações que nos tornam alvo cada vez mais fácil de campanhas de marketing e nos colocam em processos de subjetivação ativados pelas opiniões e conceitos normalizadores que aí circulam. No campo educacional, o uso da internet vem prolongando a jornada de trabalho de professores para além dos muros da escola: cada vez mais as instituições exigem que eles façam um sítio, atualizem um blog, respondam a e-mails, colocando-os em um fluxo comunicacional contínuo. Em nome da qualidade da educação, os professores estão sendo submetidos a uma sujeição sufocante por meio das tecnologias digitais. Também os alunos são capturados por essas redes sutis, que tecem comprometimentos que se estendem para além do horário de aula.

**IHU On-Line - Em que medida essas tecnologias aplicadas à educação se configuram em um controle biopolítico do indivíduo?**

**Karla Saraiva** - Conforme apresentei no minicurso do XI Simpósio Internacional IHU, entendo que a educação hoje vem atenuando o uso das tecnologias disciplinares, enfatizando cada vez mais as tecnologias de controle, que sujeitam professores e alunos. Essas tecnologias de controle oferecem um maior campo de possibilidades de ação, o que muitas vezes é tomado como uma maior liberdade. Mas cobram como contrapartida uma maior produtividade, um maior governo de si, um maior comprometimento. Considero que as tecnologias digitais aplicadas ao campo educacional produzem novas estratégias para conduzir

as condutas dos sujeitos mais alinhadas com a organização da sociedade contemporânea e com maior capacidade de produzir subjetividades que possam responder de modo mais adequado às suas demandas.

**IHU On-Line - Que relações podem ser estabelecidas entre as tecnologias na educação e a governamentalidade mencionada por Foucault?**

**Karla Saraiva** - De acordo com aquilo que já venho apontando nesta entrevista, o uso das tecnologias digitais na educação transforma os modos de sujeitar os sujeitos, produzindo estratégias para governar alunos e professores. No minicurso que conduzi, mostrei que, de modo geral, as tecnologias digitais são utilizadas dentro de estratégias pedagógicas que buscam tornar os alunos mais responsáveis por sua aprendizagem e que exigem um maior controle sobre si. Nesse sentido, o uso das tecnologias educacionais encontra-se articulado com iniciativas para fazerem do professor um *expert* nas artes de governar, o que é particularmente visível quando se trata do papel do professor na educação à distância. Também focando a educação a distância, mostrei que o perfil do aluno que se pretende formar é bastante condizente com as condições da governamentalidade neoliberal contemporânea, que vêm se impondo nas sociedades como uma racionalidade que atravessa os mais diversos campos sociais. Levando-se em conta que essa governamentalidade neoliberal busca tornar cada um empresário de si, segundo já apontava Foucault, pretendo mostrar como o modo que se tem pensado a educação a distância poderia contribuir para a formação daquilo que se vem chamando de comportamento empreendedor.

#### LEIA MAIS...

>> Karla Saraiva já concedeu outra entrevista à IHU On-Line. O material está disponível no sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br))

\* *Blogs, Flogs, MSN, Orkut: a emergência da cybercultura traz uma nova forma de pensar*, concedida em 10-05-2006 e publicada nas *Notícias do Dia*. Acesse no link <http://bit.ly/cl011s>.

## Modernidade: uma sociedade educativa

De acordo com Carlos Noguera, o indivíduo contemporâneo é visto como um aprendiz vitalício que habita em cidades educativas

POR MÁRCIA JUNGES E PATRÍCIA FACHIN | TRADUÇÃO BENNO DISCHINGER

Dois fatos analisados por Foucault nos cursos *O Poder Psiquiátrico e Segurança, Território, População* levaram o professor Carlos Noguera “a pensar na modernidade como uma sociedade educativa”. O primeiro, lembra, “tem a ver com o que Foucault denominou ‘parasitagem’ das disciplinas, quer dizer, a maneira como a disciplina utilizou determinadas práticas e instituições para expandir-se entre a população”. O segundo acontecimento “faz referência ao que ele chama a explosão do problema do governo no século XVII, quer dizer, a grande problematização que é possível reconhecer a propósito de diversas questões e múltiplos aspectos como, por exemplo, o governo de si mesmo, o governo das almas e as condutas, o governo do Estado pelos príncipes, o governo das crianças”.

Em entrevista concedida, por e-mail, à *IHU On-Line*, ele explica que a polícia está envolvida com distintos aspectos que vão desde a regulamentação da vida urbana até a regulamentação das manufaturas. Entretanto, enfatiza, “seu objetivo principal é o próprio homem, a população ou, em outro sentido, se poderia dizer que o alvo da polícia é a vida”.

Carlos Noguera é professor da Faculdade de Educação da Universidade Pedagógica Nacional, Colômbia. Pesquisador do Grupo de História da Prática Pedagógica na Colômbia e da equipe do Projeto Museu Pedagógico Colombiano. É mestre em História pela Universidade Nacional da Colômbia e doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Partindo da filosofia de Foucault, em que sentido a modernidade é uma sociedade educativa?**

**Carlos Noguera** - Dois fatos analisados por Foucault em seus cursos *O Poder Psiquiátrico e Segurança, Território, População*, me levaram a pensar na modernidade como uma sociedade educativa. O primeiro deles tem a ver com o que o professor Foucault denominou “parasitagem” das disciplinas, quer dizer, a maneira como a disciplina utilizou determinadas práticas e instituições para expandir-se entre a população. Esse processo

tem seu início em fins da Idade Média, quando os colégios, de hospedagens para estudantes que eles eram desde sua criação, se transformaram em internatos onde os estudantes foram, pouco a pouco, disciplinados e finalmente infantilizados, isto é, convertidos em sujeitos de cuidado e vigilância por parte dos mestres. Os estudantes que assistiam às cátedras das universidades de Bolonha e Paris eram reconhecidos nessas cidades por sua vida relaxada e tumultuada. Tratava-se de jovens de diversas idades que gozavam de grande autonomia e nomeavam inclusive os reitores da

universidade e sua vida licenciosa os levava pelas tabernas e casas de jogo e prostituição. As permanentes queixas e denúncias dos vizinhos levaram a tomar medidas iniciando-se um processo de moralização da juventude que incluiu, séculos depois, no encerramento e infantilização nos internatos. Uma segunda forma de “parasitagem” das disciplinas foi o processo de doutrinação ou cristianização dos nativos da América, processo que implicou numa maciça disciplinarização da população indígena. Tanto num caso como no outro, temos funcionando no centro certas práticas de ensino e instrução.

### Governo

O segundo acontecimento analisado pelo professor Foucault faz referência ao que ele chama a explosão do problema do governo no século XVII, quer dizer, a grande problematização que é possível reconhecer a propósito de diversas questões e múltiplos aspectos como, por exemplo, o governo de si mesmo, o governo das almas e as condutas, o governo do Estado pelos príncipes, o governo das crianças. Trata-se, em última análise, da aparição de perguntas como as seguintes: como governar-se, como ser governado, como governar os outros, por quem se deve aceitar ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível? Esta explosão do problema do governo no século XVI está associada à constituição moderna da razão de Estado, isto é, da racionalidade política moderna entendida como uma arte que permite saber como fazer para que a ordem e a paz reinem na república. Uma nova arte de governar fundamentada em dois tipos de tecnologias: o sistema diplomático-militar e a polícia. Esta última fazia referência ao conjunto de meios através dos quais é possível incrementar as forças do Estado ao mesmo tempo em que se mantém a boa ordem. Embora a polícia estivesse envolvida com distintos aspectos, como a regulamentação da vida urbana, a higiene da cidade, da população, dos costumes e os artigos de subsistência, os cuidados dos

edifícios, as manufaturas, o comércio etc., seu objetivo principal é o próprio homem, a população ou, em outro sentido se poderia dizer que o alvo da polícia é a vida. Pois bem, se a polícia consiste no exercício soberano do poder real sobre os indivíduos que são seus súditos, como diz Foucault, então poderíamos entender a polícia desde a perspectiva de um amplo processo de disciplinarização da população, dentro do qual se destaca o problema da instrução. Instrução das crianças, mas também instrução geral da população nos ofícios, na doutrina, na urbanidade.

### Disciplina

A expansão da disciplina para toda a população, ou seja, a disciplinarização da população que se inicia no século XVI, forma parte, então, do que Foucault chamou o processo de governamentalização do Estado e, nesse sentido, poderíamos reconhecer pelo menos três grandes momentos: um primeiro momento, o da aparição da polícia que chamaremos, com Foucault, o momento da governamentalidade disciplinar: um segundo momento, inaugurado em fins do século XVIII, o momento do desbloqueio da arte de governar que chamaremos governamentalidade liberal, e, um último momento, o da governamentalidade neoliberal, momento mais recente inaugurado em meados do século vinte. Cada um deles corresponderia, igualmente, a um momento particular do que se chamou de modo muito geral a sociedade educativa: a governamentalidade disciplinar é o momento da constituição de um novo saber que é a Didática, cujo propósito fundamental é “ensinar tudo a todos” (Comenius) e seria o período da sociedade do ensino. A governamentalidade liberal corresponde à constituição do conceito moderno de “educação” (a partir do *Emílio* de Rousseau) que estabeleceria as condições para a emergência, durante o século XIX, da Pedagogia moderna e de suas três tradições (a francófona, a

germânica e a anglo-saxônica). Seria o período da sociedade educadora ou do Estado educador. Finalmente, a governamentalidade neoliberal está relacionada à constituição e ao desenvolvimento dos conceitos de aprendizagem, educação permanente, capital humano e competências que levaram a pensar na sociedade contemporânea como uma “sociedade de aprendizagem” (*learning society*) e do indivíduo como aprendiz vitalício (*lifelong learner*).

### IHU On-Line - Qual é o espaço da subjetividade nessa sociedade educativa e biopolítica?

**Carlos Noguera** - A cada um dos três momentos que assinalei para essa sociedade educativa corresponderiam três formas distintas de subjetivação. A primeira delas, dado o lugar central que ocupa o problema do ensino e, portanto, da didática, corresponderia às características que Comenius definiu para o homem como “animal disciplinável”. Falo, dessa forma, de subjetivação como a constituição de um *Homo docilis*, dado que a docilidade é sua principal característica e se deve recordar que “dócil” significa um indivíduo susceptível de ser ensinado e capaz de aprender. Neste sentido, é sinônimo de disciplinado segundo a tradição cristã medieval.

Para o caso da sociedade educadora ou do momento do Estado educador, falo de um indivíduo caracterizado por sua possibilidade de ser civilizado ou ser susceptível de civilização. Igualmente, por sua possibilidade de chegar a ser, através da educação, um verdadeiro cidadão, segue daí que chame a essa forma a constituição de um *Homo civilis*. Finalmente, o indivíduo contemporâneo é visto como um aprendiz vitalício ou um aprendiz permanente que habita em cidades educativas: é o indivíduo da sociedade do conhecimento de Peter Drucker, ou da sociedade pedagógica de Michel Serres. Por essa condição, penso no indivíduo contemporâneo como um *Homo discendis*, quer dizer, um sujeito caracterizado por sua condição de ser um aprendiz permanente; um indivíduo que deve “aprender a aprender”.

## A articulação entre inclusão e biopolítica

Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann e Morgana Domênica Hattge acreditam que a inclusão pode ser entendida como uma estratégia biopolítica de gerenciamento dos riscos sociais e de manutenção da segurança da população

POR MÁRCIA JUNGES E GRAZIELA WOLFART

“**A** inclusão, para longe de leituras salvacionistas do termo ou para longe de experiências pontuais, pode ser entendida como uma estratégia biopolítica de gerenciamento do risco social. Ou seja, ao incluir todos os sujeitos, seja na escola, no mercado de trabalho ou no mundo do consumo, está-se, ao mesmo tempo, regulando e controlando suas formas de ser, agir e viver no mundo”. A definição é das professoras Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann e Morgana Domênica Hattge. Dessa forma, continuam elas, “a população é constituída como um conjunto que tem suas regularidades, seus riscos próprios, suas ameaças, mas que, estando perto e sendo conhecida, pode ser regulada, controlada e, portanto, governada”. Na entrevista que segue, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, elas abordam aspectos do tema apresentado no **XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Elas foram responsáveis pelo minicurso *Inclusão e Biopolítica*, que aconteceu na tarde de quinta-feira, 16 de setembro, na Unisinos.

Maura Corsini Lopes é professora no curso de graduação em Pedagogia e no PPG em Educação da Unisinos. É licenciada em Educação Especial pela UFSM e mestre e doutora em Educação pela UFRGS. É coordenadora do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (GIPES/CNPq) e vice-coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão (GEPI/ CNPq). Junto com Morgana Domênica Hattge, escreveu *Inclusão escolar: conjunto de práticas que governam* (Belo Horizonte: Autêntica, 2009).

Kamila Lockmann é professora na rede municipal de ensino de Novo Hamburgo. É licenciada em Pedagogia com habilitação em Supervisão e Administração Escolar pela Feevale e mestre em Educação pela UFRGS. Atualmente é doutoranda em Educação na mesma instituição.

Morgana Domênica Hattge é supervisora escolar na Escola de Educação Básica Feevale. É licenciada em Pedagogia e mestre em Educação pela Unisinos. Atualmente é doutoranda em Educação na mesma instituição. Confira a entrevista.

### **IHU On-Line - Qual é a relação existente entre biopolítica e inclusão?**

**Maura, Kamila e Morgana** - Pensar a relação existente entre biopolítica e inclusão necessariamente implica pensar no sujeito. Entendemos sujeito como uma invenção moderna, ou seja, como alguém produzido na Modernidade a partir de práticas historicamente localizadas que o subjetivam para tipos ou desenhos distintos de formas de vida. Partindo dessa compreensão de sujeito, vale pensarmos que entre as práticas que o subjetivam estão as de educação. Um tipo de educação cada vez mais determinada pelo neoliberal-

lismo e marcada por uma necessidade de ampliação constante de fluxos, de acessos e de um caráter empreendedor de ações que se dão nos limites do eu/outro. Pela via do sujeito - e se utilizando dos órgãos que os mapeiam, acompanham e atendem as necessidades educacionais, de saúde, de trabalho e de segurança -, o Estado agencia à inclusão ampliando o espectro de suas ações.

### **Subjetivar os indivíduos**

O agenciamento da inclusão por parte do Estado necessita e conta com

uma maquinaria eficiente no mapeamento e condução diferenciada de grupos humanos específicos que compõem a população. Produzir conhecimento sobre aquele que se quer governar é condição para que tipos de conduções das ações do outro sejam determinadas e para que pensemos em estratégias cada vez mais sofisticadas de subjetivar os indivíduos para que possam viver de acordo com um tempo onde não basta ocupar-se de si mesmo. Ocupar-se de si e ocupar-se do outro em nada têm a ver com o cuidar de si e o cuidar do outro sentido ético, como nos faz pensar Michel Foucault

em sua obra. Atravessados por uma lógica de mercado tais preceitos tomam o contorno da necessidade e utilidade de nos ocuparmos do outro. Com isso, não queremos dizer que estamos preocupados com o outro, mas que precisamos do outro para fazer movimentar uma engrenagem (cada vez mais sofisticada) de funcionamento em rede, de vigilância e de produção de corpos flexíveis e capazes de aprenderem a aprender e esquecer, com maior rapidez, dos ensinamentos que podem dificultar as ágeis e constantes mudanças de nossos tempos (Bauman, 2008)<sup>1</sup>. Para o neoliberalismo, ocupar-se de si e ocupar-se do outro em nada têm a ver com práticas da contemplação de si, mas têm a ver com a necessidade de que cada vez mais pessoas permaneçam no jogo do consumo.

### Biopolítica e inclusão

A discussão que trouxemos, mesmo que de forma resumida, para introduzir a relação entre biopolítica e inclusão, permite-nos afirmar que a inclusão, para longe de leituras salvacionistas do termo ou para longe de experiências pontuais, pode ser entendida como uma estratégia biopolítica de gerenciamento do risco social. Ou seja, ao incluir todos os sujeitos, seja na escola, no mercado de trabalho ou no mundo do consumo, está-se, ao mesmo tempo, regulando e controlando suas formas de ser, agir e viver no mundo. Dessa forma, a população é constituída como um conjunto que tem suas regularidades, seus riscos próprios, suas ameaças, mas que, estando perto e sendo conhecida, pode ser regulada, controlada e, portanto, governada. Assim, podemos dizer que a inclusão opera com objetivos bastante definidos: garantir a segurança da população e gerenciar os riscos produzidos pela vida social. É justamente nesse ponto que podemos compreender a articulação entre inclusão e biopolítica, uma vez que essa última pretende gerenciar, prevenir e potencializar a vida de uma população. A biopolítica é uma tecnologia

<sup>1</sup> BAUMAN, Zigmunt. *A sociedade individualizada. Vidas contadas e histórias vividas* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008). (Nota das entrevistadas)

## “A biopolítica é uma tecnologia que inaugura novos mecanismos de intervenção do poder e extração de saber, com a intenção de governar a população e os fenômenos produzidos pela vida na coletividade”

que inaugura novos mecanismos de intervenção do poder e extração de saber, com a intenção de governar a população e os fenômenos produzidos pela vida na coletividade. É, portanto, um poder massificante atuando no corpo social, gerenciando e defendendo a ordem pública, diminuindo os riscos produzidos, por exemplo, pela fome, pela miséria, pelo desemprego, pela doença, pela deficiência, etc. e aumentando a intervenção para intensificação da vida. Portanto, acreditamos que a inclusão pode ser entendida como uma estratégia biopolítica de gerenciamento dos riscos sociais e de manutenção da seguridade da população. Ou ainda, dependendo da posição que ocupamos para olhá-la, a inclusão pode ser um imperativo dentro de um Estado neoliberal sem a qual seria muito difícil manter a ordem garantida pela educação de sujeitos que, cada vez mais, se tornam autônomos, autossuficientes, autogovernados, solidários, benevolentes, flexíveis, participativos e voluntários nas ações de assistência social.

**IHU On-Line - De que forma a filosofia de Foucault oferece suporte para se pensar a questão da inclusão e da exclusão no sistema educacional?**

**Maura, Kamila e Morgana** - Embora Foucault não tenha se dedicado a olhar para a educação e não tenha tido tempo para desdobrar e adentrar mais na biopolítica, ele nos ofereceu

reflexões interessantes e úteis para pensarmos não só esses temas, como também, entre outros, a inclusão e a exclusão. Talvez, em sua obra, sejam dois os livros que mais diretamente nos fazem pensar a inclusão: *A verdade e as formas jurídicas* e *Os anormais*. As obras *Segurança, território e população* e *O nascimento da biopolítica* também foram muito importantes para as reflexões que buscam articular a governamentalidade, o neoliberalismo, a biopolítica, a inclusão e a exclusão nas suas mais variadas formas. Acreditamos que o filósofo nos fornece ferramentas para um tipo de problematização e análise que não parte de uma afirmação do tipo “a inclusão é boa para todos”. Nosso interesse em utilizá-lo está em entender como a inclusão e, na mesma matriz, a exclusão, se tornaram preocupações fundamentais no presente, principalmente no campo da educação. O estudo de sua obra e as pesquisas que temos realizado nos possibilitam compreender a escola como uma maquinaria que guarda com a sociedade moderna uma relação de imanência, ou seja, a escola é instituída na e pela Modernidade, porém, podemos dizer que a Modernidade também foi instituída, de certa forma, pela escola. Assim, Michel Foucault, ao nos mostrar que as relações de poder são fluidas, cambiantes, em constante movimento, nos ajuda a compreender que essas mesmas relações de poder estão presentes na escola assim como em todo o tecido social. A partir desse entendimento, o que podemos identificar são diferentes posições ocupadas pelos sujeitos, de forma que inclusão e exclusão passam a ser vistas, não como categorias fixas a partir das quais podemos classificar os excluídos e os incluídos. Temos argumentado, nas pesquisas do Grupo de Estudos e Pesquisa em Inclusão (GEPI/CNPq), que se torna muito mais produtiva a utilização de um termo único, “in/exclusão”, uma vez que a inclusão depende da exclusão para existir e vice-versa.

**IHU On-Line - Em que medida o sistema educacional reproduz mecanismos de exclusão e inclusão entre os indivíduos?**

**Maura, Kamila e Morgana** - Inclusão e exclusão são palavras que circulam intensamente em nosso vocabulário do presente, porém podemos vê-las circular desde o século XVI e XVII. Guardados os usos distintos dados às palavras em cada espaço e tempo social e histórico, torna-se interessante perceber a necessidade da existência desses termos para designarmos ou marcarmos limites de fronteira entre o dentro e o fora. Pela etimologia da palavra inclusão, sabemos que esta foi mencionada na Academia dos Singulares de Lisboa, em meados do século XVII, mais especificamente em 1665. Os usos dados para a palavra naquele tempo são distintos daqueles que, por exemplo, podemos encontrar na França dos anos 1990 e no Brasil dos anos 1990 e 2000. Atualmente, assistimos uma ampliação desenfreada dos usos da palavra inclusão. Usa-se a palavra para caracterizar distintas condições de vida e de participação social, cultural, escolar, política, etc. Parece que ao usá-la indistintamente, perdemos parte de sua força política de mobilização. Na mesma medida do alargamento do uso do termo inclusão, utilizamos o termo exclusão. A palavra exclusão vem do latim *exclusioónis*, que significa “exclusão, ação de afastar; exceção, fim”. Em 1550 a palavra exclusão aparece com a mesma grafia, sendo que em 1555 ela sofre mudanças e passa a ser grafada como -s (exclusão). Guardando as especificidades linguísticas, a noção de afastamento implicada na ação de excluir o outro, pode ser visualizada desde a Idade Média com as práticas de exclusão dos leprosos, como nos mostra Foucault em dois cursos distintos: *Os anormais e Segurança, território e População*. Tais práticas de exclusão, embora apresentem outras facetas ainda podem ser vistas nos dias atuais. Estar excluído é, entre outros significados, estar afastado dos espaços e ou posições consideradas de inclusão. É não pertencer ao espaço ou grupo dito de inclusão.

### O caráter excludente da educação

Castel (2007)<sup>2</sup> propõe olharmos

2 CASTEL, Robert. *As armadilhas da exclusão*. In: CASTEL, Robert. WANDERLEY, Luiz Eduardo W. BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. (Org). *Desigualdade e a questão social* (São Paulo: EDUC, 2007. p.17-50). (Nota das entrevistas)

com cautela para os usos da palavra exclusão. Diante do esfacelamento de seu uso, corremos o risco de ela não mais conseguir traduzir os embates e as injustiças sociais e econômicas de nosso tempo - tão marcado pela superficialidade, pelo presencialismo, pelo assistencialismo e pela folclorização das diferenças. Para o autor, na maior parte dos casos em que apontamos para alguns sujeitos e usamos, para caracterizá-los, a palavra *excluídos*, estamos falando de desfiliaados, ou seja, estamos falando daqueles que sofrem desligamentos tanto no campo do trabalho como no âmbito das relações sociais.

No que se refere aos usos das palavras inclusão e exclusão na educação, também vimos um desgaste das mesmas, pois ambas são utilizadas tanto para marcar aqueles (cada vez menos) que não possuem acesso aos bancos escolares, como aqueles que estão nos bancos escolares e não são atendidos em suas necessidades específicas de aprendizagem, bem como são desrespeitados em suas diferenças culturais religiosas, linguísticas, etc. Diante da variedade dos usos desses termos, talvez o mais comum seja o que coloca em oposição a inclusão e a exclusão. Em nosso Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão - GEPI, utilizamos ambos os termos como sendo faces de uma mesma moeda, ou seja, um não é a oposição do outro, mas a própria razão para a existência do outro. Partindo dos usos de ambos os termos que vimos circular na educação, entendemos a inclusão como um imperativo de Estado que estrategicamente conduz a educação dos indivíduos de forma a que todos desenvolvam subjetividades inclusivas (MENEZES, 2010)<sup>3</sup>. Muito mais do que o incluído querer estar com o outro, todos devem querer acolhê-lo fisicamente, mesmo que seja para excluí-lo relacionalmente e todos devem saber da ameaça que possuem de serem excluídos. Na maioria das

das)

3 MENEZES, Eliana da C. Pereira de. *A fabricação de subjetividades inclusivas: efeitos da aliança entre a racionalidade política neoliberal e a escola*. Texto inédito. 2010. (Nota das entrevistas)

escolas a inclusão ainda tem chegado por força de lei. Os professores, dentro de uma tradição platônica, localizam a inclusão como algo ou condição de perfeição a ser atingida somente depois de os professores estarem preparados para tal feito. Entendida dessa forma, como um lugar de chegada, a inclusão está cada vez mais longe de ser vivida como condição de luta permanente no presente. O caráter excludente da educação e, principalmente da escola, não foi invenção de nossos tempos - embora esteja sendo uma das maiores preocupações do presente - mas está presente na própria gênese da escola moderna.

### IHU On-Line - Quais são os maiores desafios, hoje, ao se falar de inclusão e biopolítica?

**Maura, Kamila e Morgana** - Talvez o maior dos desafios seja pensar a inclusão não como uma bandeira de luta, não como leis que garantam o acesso para todos aos espaços públicos e não como oposto da exclusão, mas como uma forma de resistência às práticas neoliberais de atingir e de conduzir a população. Outro desafio que poderia ser citado é a manutenção da luta, dentro de um contexto biopolítico, para que os investimentos feitos pelo Estado na melhoria da qualidade da vida de uns, não seja o descarte da vida de outros - daqueles não atingidos pelas políticas e pelos sistemas de proteção social. Nas palavras de Duarte (2005, p.19)<sup>4</sup>: “pensar os desvarios da política contemporânea sob o signo da biopolítica é pensar o estatuto ambíguo e paradoxal da vida e de sua politização em nosso tempo, visto que, sob tal processo, a vida é simultaneamente protegida e excluída, incentivada e massacrada pela própria política.”

4 DUARTE, André. *Biopolítica e sociedade de controle: notas para compreender o presente*. In: CASTELO BRANCO, Guilherme. (Org.) *Filosofia pós-metafísica* (Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2005. p.11-26). (Nota das entrevistas)

## Ciências, um conhecimento sempre inacabado

Vera Portocarrero analisa o surgimento das ciências da vida, contemporâneas das ciências empíricas do século XIX. Para Foucault, aponta, as ciências da vida têm relação indiscutível com o contexto político do capitalismo

POR MÁRCIA JUNGES

Longe de serem uma verdade universal, adequadas a objetos “naturais”, as ciências são concebidas como “processo de produção de conhecimento sempre inacabado”, pondera a filósofa Vera Portocarrero na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**. Sobre o surgimento das ciências da vida, em específico, ela explica que estas aparecem no contexto das ciências empíricas, “possível somente no início do século XIX, a partir de uma mudança radical no modo de conhecer o vivo; a partir do afastamento do cartesianismo, fundamento da filosofia e das ciências clássicas, inclusive a história natural, destes conhecimentos analíticos que se passam no nível da representação, cujos objetos são representações a serem ordenadas, nomeadas, classificadas”. Segundo ela, Foucault afirma que as ciências da vida têm imbricação direta com o “contexto político do capitalismo, da normalização e da medicalização da sociedade, situando-se como peças de relações de poder, de agenciamentos concretos, de dispositivos de segurança”. O tema foi objeto da conferência *O surgimento das ciências da Vida*, ministrado por Vera em 14-09-2010, dentro da programação do XI Simpósio Internacional IHU: o (des)governo biopolítico da vida humana.

Professora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Vera é graduada e mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, com a dissertação *Arquivos da loucura. Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria* (Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002). É doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ com a tese *O Dispositivo da Saúde Mental: Uma Metamorfose na Psiquiatria Brasileira*. Organizou as obras *Filosofia, História e Sociologia das Ciências: Abordagens Contemporâneas* (3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002) e *Retratos de Foucault* (2. ed. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004). É autora de *As ciências da vida. De Canguilhem a Foucault* (Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009). Confira a entrevista.

### IHU On-Line - O que podemos compreender por ciências da vida?

**Vera Portocarrero** - Há um leque de compreensões possíveis - desde a de sistema teórico e neutro, comprovado por experimentação, até a de prática política. Este leque diz respeito às várias formas de analisar a biologia, a fisiologia, a anatomia patológica, integrantes do quadro geral das ciências da vida. Considero muito interessantes as concepções históricas da epistemologia de Canguilhem<sup>1</sup> e seu vitalismo (incontornável no momento de formação de uma ciência irredutível à física e à química), da ar-

queologia e da genealogia de Foucault que as concebe como saberes constituídos numa relação de imanência com os poderes, correlacionando-as com os conceitos de vida, morte, norma, relações de forças, governo e biopolítica. Também as de Bruno Latour<sup>2</sup>, como a da microbiologia, como relações de forças múltiplas, simétricas, humanas e não-humanas, ex. Pasteur<sup>3</sup> e os micróbios. As

<sup>2</sup> Bruno Latour (1947): filósofo francês. (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> Louis Pasteur (1822-1895): cientista francês. Suas descobertas tiveram enorme importância na história da química e da medicina. É lembrado por suas notáveis descobertas das causas e prevenções de doenças. Suas descobertas reduziram a mortalidade de febre puerperal, e ele criou a primeira vacina para a raiva. Seus experimentos deram fundamento para a teoria microbiológica da doença. (Nota da IHU On-Line)

ciências são concebidas como processo de produção de conhecimento sempre inacabado, não como verdade universal nem como adequação a objetos “naturais”. A epistemologia e a arqueologia as compreendem como ciências empíricas que só se constituíram com o surgimento do conceito de vida, no início do século XIX, ao se formar a noção de objeto concreto, com existência própria e externa ao conhecimento. A arqueologia as define - no nível de sua positividade que é o das condições de possibilidade de sua existência - como saber co-extensivo à filosofia, às outras ciências empíricas (economia e filologia) e às ciências humanas, só constituídas na modernidade;

dentre estas condições de possibilidade, situam-se condições políticas, o que permite a Foucault considerá-las como produção a ser investigada em termos dos efeitos operados sobre os indivíduos e as populações.

#### IHU On-Line - Qual é o contexto do seu surgimento?

**Vera Portocarrero** - Restringindo-o ao contexto epistemológico para relacioná-lo com o político, podemos dizer, com Foucault, que se trata de um contexto de ruptura nos níveis do saber e do poder. Ruptura entre o poder soberano e o da modernidade; entre o saber da época clássica (história natural, estudo dos seres vivos, e medicina das espécies ideais) e o da modernidade (biologia, estudo da vida, e medicina clínica). É no contexto do surgimento das ciências empíricas, possível somente no início do século XIX, a partir de uma mudança radical no modo de conhecer o vivo; a partir do afastamento do cartesianismo, fundamento da filosofia e das ciências clássicas, inclusive a história natural, destes conhecimentos analíticos que se passam no nível da representação, cujos objetos são representações a serem ordenadas, nomeadas, classificadas. A história natural não pode se constituir, progressivamente, como biologia. Pois, até o final do século XVIII, não existem nem a noção de vida como objeto empírico, nem a própria noção de objeto empírico. Existem apenas as representações: os seres vivos são representações, espécies ideais.

#### Saber fraturado

Na modernidade, seu primado é contornado; com Kant<sup>4</sup>, a uniformidade do

<sup>4</sup> Immanuel Kant (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo, indiscutivelmente um dos seus pensadores mais influentes da Filosofia. Kant teve um grande impacto no Romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, tendo esta faceta idealista sido um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A IHU On-Line número 93,

## “As formas de poder que se exercem em nossa sociedade ligam-se à sua medicalização, estabelecendo uma distinção permanente entre o normal e o patológico”

saber clássico é fraturada em dois níveis: o empírico, das ciências empíricas, e o transcendental, da filosofia. É no contexto desta fratura que surge o objeto das ciências da vida que é empírico, pesquisado como mecanismo e como função dos organismos, com leis próprias e um espaço interno próprio que é exterior à representação. A função é invisível e será definida a partir do efeito produzido pelos órgãos. Esta mudança é coetânea de uma mudança no olhar médico e científico: do olhar voltado para diferenças justapostas às identidades visíveis dos seres vivos, passa-se para o olhar moderno dirigido a elementos sem identidade visível, ligados por uma unidade funcional que sustenta o organismo em segredo - a vida. Segundo Foucault, as ciências da vida ligam-se cada vez mais ao contexto político do capitalismo, da normalização e da medicalização da sociedade, situando-se como peças de relações de poder, de agenciamentos concretos, de dispositivos de segurança, cujo alvo é a gestão da vida dos indivíduos e da população tomados como entidades biológicas, por meio da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e de um ajustamento dos fenômenos de população ao exercício do poder, que não é mais do tipo soberano.

#### IHU On-Line - Em que aspectos a obra de Foucault dialoga com as ciências

de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível para download em <http://migre.me/uNrH>. Também sobre Kant foi publicado este ano o Cadernos IHU em formação número 2, intitulado *Immanuel Kant - Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNrU>. (Nota da IHU On-Line)

#### da vida?

**Vera Portocarrero** - O principal aspecto resume-se na relação, por ele estabelecida, do campo biomédico com o político, a partir da qual questiona a medicalização e a normalização efetuadas em nossa sociedade. Esta relação fornece importante fundamentação (arqueológica e genealógica) para uma crítica tanto ao pensamento antropológico da modernidade, centrado no conceito moderno de homem, quanto ao biopoder em seu caráter de agenciamento biomédico-jurídico e de governamentalidade. Esta relação é estabelecida, principalmente, a partir de algumas hipóteses: que as ciências do homem são um prolongamento das ciências da vida, porque se fundam biologicamente; que os conceitos biológicos não são pensados apenas por meio da estrutura interna do ser vivo organizado, mas se articulam com dispositivos de poder diretamente ligados a processos fisiológicos; que o nível biológico e o histórico se ligam, de acordo com uma complexidade crescente, à medida que se desenvolveram tecnologias modernas de poder, cujo alvo é a gestão da vida dos indivíduos e da população, e que se ampliaram em práticas patológicas de poder de morte (holocaustos, racismos). Trata-se de um diálogo crítico interessado em pontos de resistência possível e de práticas políticas inovadoras.

#### IHU On-Line - Em que sentido esse pensador propõe uma nova compreensão sobre o normal e o patológico?

**Vera Portocarrero** - De um modo geral, no sentido de crítica à normalização e à medicalização, que integra seu projeto de crítica da atualidade cuja meta é constituir-se em contra-poder. Para ele, as formas de poder que se exercem em nossa sociedade ligam-se à sua medicalização, estabelecendo uma distinção permanente entre o normal e o patológico; são práticas de restituição do sistema de normalidade, que operam por meio de uma função médico-política, que estende indefinidamente os limites de intervenção do saber médico, a partir do surgimento do problema da saúde em diferentes pontos da sociedade. De um modo muito específico, no sentido em que esta crítica se refere à normalização, atacada por ele e por Canguilhem, do ponto de vista

“O que caracteriza a saúde é a possibilidade de transcender a normalidade, de tolerar as infrações da norma habitual e instituir novas normas em situações novas”

dos procedimentos das ciências da vida e de uma medicina positivistas. Trata-se da inversão do pressuposto médico que privilegia o normal, considerando a doença um desvio de normas fixas, que seriam as constantes. Neste sentido, podemos pensar numa nova compreensão, afastada da prática médica hegemônica que busca estabelecer cientificamente estas normas, para seguir a teoria e trazer de volta ao estado de saúde, de normalidade, o organismo doente, através do restabelecimento da norma.

Como explica Foucault, parece que essa patologia baseada na normalidade caracterizou, durante muito tempo, todo o pensamento médico. E ele ressalta, a partir de *O Normal e o Patológico* de Canguilhem, que a normatividade - a instituição de novas normas - é própria do ser vivo, é constitutiva da vida. A normalidade consiste, assim, na capacidade de adaptação, de variação, do organismo às mudanças circunstanciais do meio externo e interno que, por sua vez, é variável. A normalidade é a própria capacidade de normatividade. A doença, ao contrário, é uma redução a constantes. O que caracteriza a saúde é a possibilidade de transcender a normalidade, de tolerar as infrações da norma habitual e instituir novas normas em situações novas.

#### LEIA MAIS...

>> Confira outra entrevista concedida por Vera Portocarrero à IHU On-Line.

\* *Foucault e a antipsiquiatria, um vínculo possível*. Edição número 13, *Cadernos IHU Ideias*, de 03-01-2007, disponível em <http://bit.ly/b3i9pB>.

## Agenciamentos imunitários e biopolíticos do direito à saúde

Para José Roque Junges, a consciência da universalidade do direito à saúde e a insuficiência dos recursos para aceder a determinados meios, tidos como necessários para a cura, estão na origem da judicialização da saúde

POR MÁRCIA JUNGES E GRAZIELA WOLFART

“P ara Foucault, a Modernidade significou o surgimento da gestão e normatização da vida e da saúde das pessoas pelo Estado. Essa é a origem da medicina social ou da saúde pública pela qual o Estado normatizou os corpos dos indivíduos e a saúde das populações a serviço do bom funcionamento do capitalismo, que necessitava de força de trabalho sadia e controlada. Essa gestão da saúde e da vida introduziu um controle biopolítico configurado num biopoder”. A reflexão é do professor no PPG em Saúde Coletiva da Unisinos, José Roque Junges. Em entrevista concedida por e-mail à *IHU On-Line*, ele aborda o tema que tratou no minicurso *Agenciamentos biopolíticos e direito à saúde*, dentro da programação do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana, realizado na semana passada. Roque explica que “hoje são as grandes corporações industriais e financeiras que não só produzem mercadorias, mas também subjetividades. Produzem subjetividades agenciais dentro do contexto biopolítico, produzindo necessidades, relações sociais, corpos e mentes ou, em outras palavras, produzem produtores do sistema”.

Junges possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidad Católica de Chile e doutorado em Teologia Moral pela Pontifícia Università Gregoriana de Roma, Itália. Tem experiência na área de Teologia, Filosofia e Ética, com ênfase em Bioética. Entre seus livros publicados citamos *Bioética: perspectivas e desafios* (São Leopoldo: Unisinos, 1999); *Ecologia e Criação: resposta cristã à crise ambiental* (São Paulo: Loyola 2001); *Ética ambiental* (São Leopoldo: Unisinos, 2004); *Bioética: Hermenêutica e Casuística* (São Paulo: Loyola, 2006). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Quais são os aspectos que refletem mais evidentemente a judicialização da saúde?**

**José Roque Junges** - Quando a maioria dos países, movidos pela onda neoliberal, desmontava os sistemas públicos de saúde, o Brasil optou, na Constituição cidadã de 1988, por um sistema público e universal, consa-

grando a saúde como um direito de todos e um dever do Estado. Essa foi a base para a constituição do Sistema Único de Saúde - SUS<sup>1</sup> que assegurou

<sup>1</sup> Sistema Único de Saúde (SUS): criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis n.º 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde) e n.º 8.142/90, com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à Saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qual-

a todos, independente da contribuição previdenciária que imperava até esse momento, o acesso a serviços, procedimentos e tecnologias necessários para responder aos agravos da doença e às necessidades de saúde. Os princípios do Sistema Único de Saúde são: a universalidade e equidade no acesso, a integralidade das ações, a descentralização dos serviços, a relevância pública das ações e dos serviços e a participação da comunidade, enquanto efetivação do direito à prestação de bens e serviços que concretizam a saúde como um direito de todos e um dever do Estado.

### Descentralização do atendimento

Uma das mudanças fundamentais foi a descentralização e a municipalização do atendimento, aproximando o usuário dos serviços de saúde. Leis complementares definem o orçamento e asseguram os repasses de verbas da saúde para os municípios. Mas o montante dos recursos destinados à saúde não corresponde às exigências da lei e, por outro lado, está muito aquém das necessidades. A consciência da universalidade do direito à saúde e a insuficiência dos recursos para aceder a determinados meios, tidos como necessários para a cura, estão na origem da judicialização da saúde. Já que não se consegue os meios pela via normal, recorre-se à via jurídica para ter acesso a eles por mandato judicial. O juiz, diante da solicitação, referendada pelo médico do paciente, só pode dar ganho de causa, fundado na interpretação do conteúdo do direito à saúde e porque ele não tem condições de avaliar a necessidade, já que precisa pautar-se pela avaliação do médico. O que parece algo justo e de acordo com as exigências do direito à saúde não é tão simples, porque muitas vezes o médico solicita por via judicial prin-

quer cidadão, sendo proibidas cobranças de dinheiro sob qualquer pretexto. Do SUS fazem parte os centros e postos de saúde, hospitais - incluindo os universitários, laboratórios, hemocentros (bancos de sangue), além de fundações e institutos de pesquisa, como a FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Vital Brazil. Confira a edição 260 da Revista IHU On-Line, de 02-06-2008, intitulada *SUS: 20 anos de curas e batalhas*, disponível para download em <http://bit.ly/adKNT5>. (Nota da IHU On-Line)

## “Já que não se consegue os meios pela via normal, recorre-se à via jurídica para ter acesso a eles por mandato judicial”

cialmente medicamentos que ainda estão em experimentação ou para os quais existe remédio semelhante no Brasil. Geralmente são medicamentos importados e muito caros que o Estado é obrigado a fornecer por via judicial e, para responder a essa exigência jurídica de importação, terá que desembolsar recursos que serão retirados de outra área, muita vezes da atenção primária. Respondendo a esse problema, atualmente os juízes só incluem no mandato judicial medicamentos que constam da lista da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. O Rio Grande do Sul é o estado com maior desembolso de recurso para a saúde por via judicial. Isso pode significar que o Estado não cumpre com seus compromissos e, por outro lado, existe maior consciência cívica dos direitos.

### O que significa saúde

A discussão sobre a judicialização da saúde precisa explicitar em que consiste verdadeiramente o direito à saúde, ou, melhor ainda, o que significa saúde. O movimento sanitarista brasileiro, que foi o responsável pela introdução do direito à saúde na Constituição de 1988 e pela consequente criação do SUS, colocava o acento nos determinantes ambientais e sociais da saúde. Essa compreensão englobava emprego e salário justo, saneamento, boa alimentação, ambiente sadio, acesso aos bens culturais e ao lazer. Em última análise, identificava-se com qualidade de vida. A Declaração da Conferência, organizada pela Organização Mundial da Saúde - OMS em 1978 em Alma-Ata (Casaquistão) e que inspirou os sanitaristas brasileiros, considera a saúde como qualidade de vida. A qualidade de vida é uma no-

ção pluridimensional, envolvendo tanto aspectos individuais - como meios para usufruir de uma vida agradável e feliz - quanto coletivos - como usufruir não só de bens econômicos, mas políticos, culturais e demográficos. Essa dupla dimensão da qualidade de vida aparece quando se tem presente a interdependência do direito à saúde com os direitos explicitados pelos dois pactos internacionais, uns de cunho mais individual identificados com os direitos políticos e civis e os outros com os direitos econômicos, sociais e culturais de cunho mais coletivo. Tendo presente a interdependência e a indivisibilidade dos diferentes direitos, não se pode separá-los e muito menos opô-los em sua eficácia e efetividade, porque eles se exigem mutuamente, estando numa continuidade de lógica jurídica. Essa continuidade aparece quando se leva em consideração a dupla perspectiva jurídica presente nos dois tipos de direitos. Existem direitos de defesa, limitando o poder estatal, tutelando a liberdade dos indivíduos e impondo ao Estado uma obrigação de abstenção. Por outro lado, temos direitos de prestação, que obrigam o Estado à prestação de bens e serviços que, à primeira vista, parecem identificar-se apenas com os direitos sociais, mas engloba a criação de normas e de instituições coletivas que possibilitem a efetivação dos direitos tanto sociais quanto civis.

### O direito à saúde: dimensão de defesa e de prestação

O direito à defesa está mais enfocado no indivíduo em sua liberdade, enquanto o de prestação, mais na exigência da construção de instrumentos no coletivo como condição para a efetivação dos direitos. Assim, por sua inter-relação com os outros direitos, pode-se dizer que o direito à saúde tem também uma dimensão de defesa e de prestação. A saúde como qualidade de vida identifica-se, antes de mais nada, com a autonomia de decisão na sua busca, direito a ser garantido contra a interferência do Estado. Porém, por outro lado, compreende a prestação por parte do Estado de bens e serviços de cunho coletivo que oferecem

as condições e os meios para a efetivação da qualidade de vida. Portanto, o direito à saúde precisa conjugar a proteção da autonomia individual e a prestação coletiva de meios para efetivação desse direito. Assim o direito à saúde precisa conjugar tanto elementos individuais quanto coletivos, já que é tanto um direito de defesa quanto de prestação. A redução do direito à saúde ao acesso a medicamentos, procedimentos e tecnologias que prometem e vendem saúde transformou a saúde num bem de consumo entendido num enfoque individual. Perdeu-se a visão dos determinantes sociais da saúde, ofuscando a perspectiva coletiva. Até agora ninguém entrou na justiça para exigir esgoto e água tratada, o que certamente seria parte integral do direito à saúde. Para entender essa transformação é necessário introduzir o conceito de biopoder.

**IHU On-Line - Até que ponto essa judicialização da saúde reflete um controle biopolítico efetuado sobre os indivíduos?**

**José Roque Junges** - Para Foucault, a modernidade significou o surgimento da gestão e normatização da vida e da saúde das pessoas pelo Estado. Essa é a origem da medicina social ou da saúde pública pela qual o Estado normatizou os corpos dos indivíduos e a saúde das populações a serviço do bom funcionamento do capitalismo, que necessitava de força de trabalho sadia e controlada. Essa gestão da saúde e da vida introduziu um controle biopolítico configurado num biopoder. Michael Hardt<sup>2</sup> e Toni Negri<sup>3</sup>, no seu livro *Im-*

<sup>2</sup> Michael Hardt (1960): teórico literário americano e filósofo político radicado na Universidade de Duke. Com Antonio Negri escreveu os livros internacionalmente famosos *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003) e *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005). (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> Antonio Negri (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publica o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Atualmente, após a suspensão de todas as acusações contra ele, definitivamente liberado, ele vive entre Paris e Veneza, escreve para revistas e jornais do mundo inteiro e publicou recentemente *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também

## “O Rio Grande do Sul é o estado com maior desembolso de recurso para a saúde por via judicial”

*pério* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), insistem na dimensão produtiva do biopoder, pois o exercício do poder imperial acontece num contexto biopolítico. O sujeito é produzido dentro de um processo biopolítico de constituição social. Não existe apenas um controle sobre a vida, mas o próprio contexto biopolítico em que essa vida se desenvolve é constituído pela máquina imperial. A ontologia dessa produção mudou substancialmente na nova ordem mundial, pois não se trata mais de um controle do Estado. Hoje são as grandes corporações industriais e financeiras que não só produzem mercadorias, mas também subjetividades. Produzem subjetividades agenciadas dentro do contexto biopolítico, produzindo necessidades, relações sociais, corpos e mentes ou, em outras palavras, produzem produtores do sistema. As indústrias de comunicação jogam um papel de destaque, como legitimadoras da máquina imperial, nessa produção de subjetividades. Como fruto desse processo integrador, o império e seu regime de biopoder tendem a fazer coincidir produção econômica e constituição política.

### Agenciamentos simbólicos na saúde

Esse fenômeno analisado por Hardt e Negri é essencial para entender o direito à saúde. As grandes empresas multinacionais farmacêuticas e a indústria médica de biotecnologias exercem hoje um grande biopoder, de-

com Michael Hardt. Sobre essa obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da IHU On-Line, de 29-11-2004. O livro é uma espécie de continuidade da obra anterior da dupla, *Império*. Ele foi apresentado na primeira edição do evento *Abrindo o Livro*, promovido pelo IHU, em abril de 2003. Em 2003 esteve na América do Sul (Brasil e Argentina) em sua primeira viagem internacional após décadas entre o cárcere e o exílio. (Nota da IHU On-Line)

envolvendo dinâmicas biopolíticas de agenciamento simbólico muito mais potentes que a gestão do Estado analisado por Foucault. Eles não só produzem mercadorias e bens para a saúde, mas a própria subjetividade é agenciada simbolicamente para o seu consumo através das indústrias de comunicação. Os profissionais da saúde relatam que, nas segundas-feiras de manhã, muitos usuários chegam à Unidade Básica com exigências de medicamentos e de procedimentos miraculosos dos quais ouviram falar no programa *Fantástico* na noite anterior. Trata-se de agenciamentos simbólicos para o consumo de produtos identificados com a saúde. A subjetividade é moldada a tal ponto que a pessoa encontra o sentido da cura no consumo daquele produto para o qual foi agenciada. O médico muitas vezes é o intermediário desse agenciamento. Depois dessa análise, cabe ao menos a pergunta a respeito de se a judicialização da saúde não está sendo agenciada por essa dinâmica biopolítica das grandes corporações biotecnológicas farmacêuticas e médicas veiculadas pelo marketing e a indústria da comunicação. A elas interessa o direito à saúde, porque significa lucro à custa do sistema público de saúde.

**IHU On-Line - Por que a saúde tem sido reduzida aos direitos do consumidor?**

**José Roque Junges** - Quais são, hoje, as manifestações e as incidências do bio-poder na saúde? A proliferação de tecnologias médicas, sempre mais sofisticadas de diagnóstico e de terapêutica clínica, e as futuras possibilidades abertas pela medicina genômica, através das terapias genéticas, criam e alimentam aquilo que Lucien Sfez (*A saúde perfeita: crítica de uma nova utopia*. São Paulo: Loyola, 1996) chamou de utopia da saúde perfeita que se transforma, aos poucos, numa ideologia de consumo. Dessa utopia faz parte pensar que um dia será possível eliminar todas as doenças pela intervenção no gene. A saúde, na modernidade tardia, passou a ser mais do que cultivada; ela tornou-se uma mania cultural coletiva, chamada por R. P. Nogueira de “higiomania” (do grego *hugiês*: sadio,

saudável, robusto). O grande objetivo desta higiomania é apartar da noção de saúde toda associação possível com doença, morte e envelhecimento. Seu narcisismo não lhe permite encarar essas contingências da vida humana. A higiomania é mais uma expressão da *hubris* moderna na pretensão de criar seres humanos imortais. Mas Nogueira se pergunta: “imortais para quê? Talvez para continuarem a ser consumidores para todo sempre”. (Nogueira, R.P. *Higiomania: a obsessão com a saúde na sociedade contemporânea*. In: Vasconcelos E.M. (Org.) *A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 63-72). A realização dessa utopia acontece pelo consumo de tecnologias que oferecem a saúde. Em outras palavras, a saúde transforma-se numa mercadoria a consumir. Essa dinâmica consumista já foi muito bem explicitada por Hésio Cordeiro, tendo como referência o complexo médico-industrial da produção de medicamentos (*A indústria da saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985). Essa dinâmica consumista pode estar transformando o direito à saúde de um direito coletivo social (direito de prestação coletiva por parte do Estado) a um puro direito liberal de consumo (direito individual de defesa diante do Estado).

**IHU On-Line - Em que medida o Direito e a própria saúde contribuem**

**para o processo de normalização dos sujeitos?**

**José Roque Junges** - A visão consumista normaliza os sujeitos, porque os agencia simbolicamente a identificar saúde com o consumo de produtos e procedimentos que devolveriam por um artifício a normalidade, perdendo-se assim uma visão integral, auto-poietica e autônoma da saúde como muito bem demonstrou Ivan Illich em seu célebre livro *Nêmesis da Medicina*. O direito moderno normaliza os sujeitos, porque, ao se identificar com a defesa dos seus direitos individuais, os imuniza contra os encargos e deveres do coletivo. É o que R. Esposito<sup>4</sup> (*Immunitas: protección y negación de la vida*. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 2005) chama de dimensão imunitária do direito. Para explicar essa lógica imunitária da institucionalidade cultural, social e política da sociedade contemporânea, pano de fundo da sua obra, Esposito parte da explicação do funcionamento imunitário dos seres vivos como sistema biológico de defesa contra qualquer penetração, no próprio corpo, de um ser estranho e diferente do seu código genético, servindo este como tipagem para critério de rejeição. Mas a pura explicação biológica não vai ao fundo da questão. Por isso, Esposito procura interpretar a etimologia da palavra latina *immuni-*

tas e seu significado no direito. *Immunitas* é um vocábulo privativo de algo que se carece, o múnus, o encargo, a obrigação, o dever. Imune nesse sentido é aquele que está exonerado de encargos e serviços aos outros. Imune é aquele que não deve nada a ninguém. Mas, segundo Esposito, *immunitas* não é apenas uma dispensa, mas também um privilégio. Assim, imunidade é percebida como exceção a uma regra que todos outros devem seguir. Portanto, além de privativa, a imunidade é essencialmente comparativa, porque afirma uma diferença em relação à condição dos outros. Nesse sentido, Esposito propõe que “o verdadeiro antônimo de *immunitas* não é o *munus* ausente, mas a *communitas* daqueles que, ao contrário, se fazem seus portadores”. A imunidade é uma condição de particularidade de um indivíduo ou de um grupo em relação a algo “não comum”. Portanto, a imunidade tem um caráter antissocial e anticomunitário, pois interrompe o circuito social da doação recíproca de encargos e deveres, presente na *communitas*, o *cum munus* ou o *munus* comum a todos. Assim, o conceito de referência para entender a dinâmica da imunidade é a comunidade que ela nega. Essa dinâmica imunitária do direito ajuda a entender a redução do direito à saúde em um direito individual de consumo que imuniza contra o direito prestativo do coletivo, isto é, da *communitas*.

<sup>4</sup> Roberto Esposito: filósofo italiano, especialista em filosofia moral e política. (Nota da IHU On-Line)

## OUTRAS EDIÇÕES DA IHU ON-LINE EM WWW.IHU.UNISINOS.BR



## A literatura de testemunho e a afirmação da vida

Local de resistência e rearticulação das identidades, a literatura de testemunho tem caráter político e luta contra o reducionismo da vida à mera vida, considera Márcio Seligmann-Silva. Desde o romantismo, a literatura vem apresentando os recalques da humanidade

POR MÁRCIA JUNGES

É somente no século XX que a literatura de testemunho aparece “como um elemento importante no sistema literário e cultural”, revela o historiador e crítico literário Márcio Seligmann-Silva, na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**. O testemunho, afirma, “é um local de resistência e de rearticulação das identidades”. Segundo ele, “a literatura de testemunho expressa o processo de esmagamento daquilo que é expelido pela sociedade como se fosse um resto. Ela é afirmação da vida, contra a redução desta à mera vida, ou à simples sobrevivência. Ela é, portanto, eminentemente política”. E completa: “A literatura, sobretudo desde o romantismo e do romance gótico, tem se especializado em apresentar o recalcado e aquilo que a cultura resiste em olhar de frente: a violência onipresente e sobretudo seus resultados terríveis, como a própria noção de vida nua”. O tema foi objeto do minicurso *O testemunho na era biopolítica: reflexões sobre violência e a vida nua*, ministrado em 13-09-2010, dentro da programação do **XI Simpósio Internacional IHU: o (des)governo biopolítico da vida humana**.

Seligmann-Silva é graduado em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, mestre em Letras, pela Universidade de São Paulo - USP, e doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada, pela Freie Universität Berlin. É pós-doutor pelas seguintes instituições: PUCSP, Zentrum Für Literaturforschung Berlin e Yale University. Também é professor livre-docente da Universidade Estadual de Campinas e coordena o projeto temático Fapesp Escritas da Violência. Entre as obras que publicou, estão *Ler o livro do mundo. Walter Benjamin: romantismo e crítica poética* (São Paulo: Iluminuras/FAPESP, 1999), *Adorno* (São Paulo: PubliFolha, 2003) e *O local da diferença. Ensaio sobre memória, arte, literatura e tradução* (São Paulo: 34, 2005). Organizou também os livros *História, Memória, Literatura. O testemunho na era das catástrofes* (Campinas: Editora da Unicamp, 2003) e *Palavra e imagem, memória e escritura* (Chapecó: Argos, 2006). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Em que aspectos a literatura de testemunho reflete a era biopolítica em que vivemos?**

**Márcio Seligmann-Silva** - Antes de mais nada, é importante fazer algumas precisões conceituais. Hoje em dia utiliza-se o conceito de “biopolítica” como se ele fosse idêntico em Foucault e Agamben. Mas isto não é verdade. Foucault pensa a era biopolítica como uma virada de paradigma político que teria ocorrido na Modernidade, sobretudo a partir do século XVIII, com a entronização da gestão da vida como núcleo da política. A biopolítica, para Foucault, não necessariamente tem um valor negativo. Agamben, por sua vez, foi influenciado pela

noção de Foucault de biopolítica, mas também por Hanna Arendt e sua teoria política que defende um modelo clássico da política em oposição à política como administração da vida e das necessidades. Para Arendt, esta preocupação era parte da gestão do lar, da esfera privada, e essa noção de política reduzida às necessidades e à sobrevivência passou, sobretudo desde a revolução francesa, a dominar nossa ideia da política.

**Literatura de testemunha como afirmação da vida**

Além disso, Agamben também bebeu fartamente na fonte benjaminiana. Wal-

ter Benjamin, em seu conhecido ensaio de 1921 sobre a crítica da violência e do poder (*Zur Kritik der Gewalt*), detectara que o direito seria apenas um tentáculo do poder e no direito podemos ver uma continuidade da força do mito (que, supostamente, a esfera jurídica deveria superar). Para Benjamin, o direito se alimenta e se fortalece do poder decisório sobre a vida e a morte. Aqui Benjamin detectou “um elemento de podridão dentro do direito”. Nesse mesmo texto, o filósofo especula sobre a origem do ser sagrado da vida e afirma que o poder mítico é poder sangrento sobre a “vida nua”. Agamben toma como sua missão o estudo da construção desta noção de

sacralidade da vida. Ele vai estudar em que medida, na era biopolítica, a vida nua torna-se um dos núcleos que ordenam toda a ação política. Sua visão da biopolítica é totalmente condenatória.

Pois bem, agora respondendo à sua pergunta, apenas no século XX a literatura de testemunho surge como um elemento importante no sistema literário e cultural. Este desenvolvimento do testemunho em um século pontuado por terríveis e enormes guerras, por genocídios, campos de concentração e de extermínio e ditaduras sangrentas não é casual. A literatura de testemunho expressa esse processo de esmagamento daquilo que é expelido pela sociedade como se fosse um resto. Ela é afirmação da vida, contra a redução desta à mera vida, ou à simples sobrevivência. Ela é, portanto, eminentemente política. Prefiro utilizar o conceito de “teor testemunhal” ao de literatura de testemunho, conceito que gera mal-entendidos, pois não existe um gênero “literatura de testemunho”, mas, antes, o século XX revelou que todo documento de cultura tem seu teor de testemunho. Aprendemos a ler a cultura como inscrição testemunhal. Por outro lado, é claro, existem obras que são programaticamente compostas como testemunho. A estas podemos denominar de “literatura de testemunho”, mas levando-se em conta que não se trata de um conceito rigoroso de gênero literário.

**IHU On-Line - Como a literatura na era da biopolítica pode nos ajudar a compreender a relação entre os campos estético e político?**

**Márcio Seligmann-Silva** - A literatura com forte teor testemunhal se opõe ao processo de aniquilação da vida nua, que parece estar no cerne da nossa cultura política. O testemunho é um local de resistência e de rearticulação das identidades. Ele põe em movimento o dispositivo trágico para tentar reverter o eterno espetáculo sacrificial da vida nua. É importante ter em conta que a literatura de um modo geral é um espaço de representação e de reflexão. Ela permite uma tomada e um distanciamento. Com isso, evidentemente, não se trata de reduzir a literatura a uma tarefa edificante. Antes, trata-se de explicitar sua capacidade de abrir nossos olhos para os conflitos sociais, políticos e psicológicos de cada

presente. O fascinante do espaço literário é a sua liberdade, que não pode ser reduzida a nenhum tipo de doutrina moralizante. Assim, através dela podemos perceber não apenas de que modo a biopolítica atua, mas também ver como não podemos separar de modo estrito o campo político do estético. Benjamin já detectara o movimento fascista de estetização da política. Hoje este processo aprofundou-se muito, sendo que não podemos distinguir a política da representação midiática e da publicidade.

**IHU On-Line - Quais são as principais reflexões surgidas dessa literatura a respeito da violência e da vida nua?**

**Márcio Seligmann-Silva** - Ao longo do século XX, sobretudo a partir da antropologia e dos estudos de Freud<sup>1</sup>, a violência passou a ser reconhecida como um traço central da cultura e, portanto, da literatura também. Podemos ler todo o sistema psicanalítico como uma das mais profundas investigações sobre a violência e o fenômeno da vida nua. Não por acaso acima falava do testemunho como *resistência*, um conceito-chave (e ambíguo) dentro da psicanálise. Freud foi talhar um dos conceitos basilares de sua teoria, o de *Unheimlich* (sinistro, estranho), a partir de obras de literatos do romantismo alemão, sobretudo de E.T.A. Hoffmann<sup>2</sup>. A literatura, sobretudo desde o romantismo e do romance gótico, tem se

especializado em apresentar o recalcado e aquilo que a cultura resiste em olhar de frente: a violência onipresente e sobretudo seus resultados terríveis, como a própria noção de vida nua. A literatura e as artes funcionam como um escudo de Perseu, no qual miramos a face da violência e de suas consequências. Figuras como o Fausto<sup>3</sup>, Frankenstein<sup>4</sup>, Drácula<sup>5</sup>, Mr. Hyde, Charles Marlow (da novela de Conrad, *Heart of Darkness*), o K dos romances de Kafka<sup>6</sup>, Riobaldo e Diadorim<sup>7</sup>, enfim, trata-se de uma vasta galeria de personagens, representam de modo concentrado vários aspectos dessa era biopolítica. Tudo é uma questão de aprender a ler a literatura como uma máquina

**3 Fausto:** protagonista de uma popular lenda alemã de um pacto com o demônio, baseada no médico, mágico e alquimista alemão Dr. Johannes Georg Faust (1480-1540). O nome Fausto tem sido usado como base de diversos romances de ficção, o mais famoso deles do autor Goethe, produzido em duas partes, tendo sido escrito e reescrito ao longo de quase sessenta anos. A primeira parte - mais famosa - foi publicada em 1806 e a segunda, em 1832 - às vésperas da morte do autor. Considerado símbolo cultural da modernidade, Fausto é um poema de proporções épicas que relata a tragédia do Dr. Fausto, homem das ciências que, desiludido com o conhecimento de seu tempo, faz um pacto com o demônio Mefistófeles, que o enche com a energia satânica insufladora da paixão pela técnica e pelo progresso. (Nota da IHU On-Line)

**4 Frankenstein ou o Moderno Prometeu:** mais conhecido simplesmente por Frankenstein, é um romance de terror gótico com inspirações do movimento romântico, de autoria de Mary Shelley, escritora britânica nascida em Londres. O romance relata a história de Victor Frankenstein, um estudante de ciências naturais que constrói um monstro em seu laboratório. Mary Shelley escreveu a história quando tinha apenas 19 anos, entre 1816 e 1817, e a obra foi primeiramente publicada em 1818, sem crédito para a autora na primeira edição. Atualmente costuma-se considerar a versão revisada da terceira edição do livro, publicada em 1831, como a definitiva. (Nota da IHU On-Line)

**5 Drácula:** romance de 1897 escrito pelo autor irlandês Bram Stoker, tendo como protagonista o vampiro Conde Drácula. Sem dúvida trata-se do mais famoso conto de vampiros da literatura. (Nota da IHU On-Line)

**6 Franz Kafka** (1883-1924): escritor tcheco, de língua alemã. De suas obras, destacamos: *A metamorfose* (1916), que narra o caso de um homem que acorda transformado num gigantesco inseto, e *O processo* (1925), cujo enredo conta a história de um certo Josef K., julgado e condenado por um crime que ele mesmo ignora. (Nota da IHU On-Line)

**7 Riobaldo e Diadorim:** personagens da obra *Grande sertão: veredas* (1956), escrito por João Guimarães Rosa (1908-1967). Sobre essa obra, confira a edição 178 da IHU On-Line, de 02-05-2006, intitulada *Sertão é do tamanho do mundo. 50 anos da obra de João Guimarães Rosa*, disponível para download em <http://bit.ly/bxzLgc>. (Nota da IHU On-Line)

**1 Sigmund Freud** (1856-1939): neurologista e fundador da Psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudava pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da Psicanálise. Freud, além de ter sido um grande cientista e escritor, realizou, assim como Darwin e Copérnico, uma revolução no âmbito humano: a ideia de que somos movidos pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século XIX, e continuam muito debatidos hoje. A edição 179 da IHU On-Line, de 08-05-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível para consulta no link <http://migre.me/s8jc>. A edição 207, de 04-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível para download em <http://migre.me/s8jf>. A edição 16 dos Cadernos IHU em formação tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível para download em <http://migre.me/s8iU>. (Nota da IHU On-Line)

**2 Ernst Theodor Amadeus Wilhelm Hoffmann** (1776-1822): escritor, compositor, caricaturista e pintor alemão. Um dos maiores nomes da literatura fantástica mundial. (Nota da IHU On-Line)

de inscrições de traços mnemônicos da barbárie. Na literatura e nas artes, podemos ler esta ambígua escritura de traços, na qual esquecimento e memória se misturam.

**IHU On-Line - E como a literatura, a teoria literária e a literatura comparada apreendem essas ideias em seus campos de saber?**

**Márcio Seligmann-Silva** - A literatura não existe, ainda bem, como uma figura abstrata: ela é constituída da infinidade de obras do passado e do presente. Nela simplesmente, como indiquei, o biopolítico e a vida nua se expressam, inscrevem-se e manifestam-se e permitem um olhar em distância e um olhar crítico. Já na teoria literária e na literatura comparada também percebemos a mencionada resistência a mirar esse aspecto eminentemente político do campo artístico-literário. Existe até hoje uma tendência a tentar-se resguardar a literatura e as artes como parte de um campo descolado do real e da história. Atua aí a ideologia (do século XIX!) da arte pela arte e da autonomia da esfera estética. Outras vezes a literatura é vista de modo mecânico como reflexo do histórico, mas aplica-se aí tanto um conceito positivista de representação como a noção de histórico, que é simplista e justamente não leva em conta esta teoria da violência e a perspectiva aberta pelo conceito de biopolítica. Trata-se de um discurso conservador que reflete a mente conservadora de onde emana. Por outro lado, já há umas duas décadas, existe também toda uma linhagem da teoria literária e da literatura comparada que atua dentro dos estudos culturais e dá muito valor ao testemunho. Mas aí o risco é o de se adotar um tom paternalista e meramente autocomplacente. Atua aí um politicamente correto perigoso que, na verdade, apenas reproduz as hierarquias que aparentemente quer desconstruir.

#### LEIA MAIS...

>> Confira outra entrevista concedida por Márcio Seligmann-Silva à IHU On-Line.

\* *A fragmentação do discurso como estética literária do Pós-Guerra*. Edição número 265, revista IHU On-Line, de 21-07-2008, disponível em <http://bit.ly/bv4h02>.

## O juízo absoluto e a paralisia da linguagem

Violência impessoal é a fonte da paralisia da linguagem, avalia o filósofo Ricardo Timm, a partir das obras de Franz Kafka. Ele estabelece, também, nexos com a pura violência e a vida nua

POR MÁRCIA JUNGES

**K**afka pode ser considerado um “hermeneuta de um ‘tempo patológico’”, conceito esse que pode ser compreendido como o “paradoxo de uma temporalidade sem vitalidade, um tempo semiparalisado, interdito, inercial, quantificável em infinitas partes intercambiáveis como mero jogo pretensamente inconsequente”. As afirmações fazem parte da entrevista a seguir, concedida por e-mail pelo filósofo Ricardo Timm à **IHU On-Line**. Ele explica que a paralisia da linguagem é “a situação na qual a vitalidade da linguagem que diz o novo é substituída pela lógica de seus enunciados”. E continua: “é quando o núcleo da violência não é um ser vivo, perverso ou poderoso, que poderia falar mas não fala, mas, sim, é - como em várias obras de Kafka - uma máquina, o aparelho, o impessoal, o status quo, a multiplicação de imagens e fantasmas e promessas fútuas de felicidade, a quantidade que fala absolutamente, ou fala de forma absolutamente violenta, porque se cala absolutamente”. Esse tema foi objeto do minicurso *O juízo absoluto e a paralisia da linguagem: a pura violência e a vida nua*, ministrado em 16-09-2010, dentro da programação do **XI Simpósio Internacional IHU: o (des)governo biopolítico da vida humana**.

Timm é graduado em Instrumentos, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e em Estudos Sociais e Filosofia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Também cursou o mestrado em Filosofia, pela mesma universidade, e doutorado em Filosofia, pela Universität Freiburg (Albert-Ludwigs) com a tese *Wenn das Unendliche in die Welt des Subjekts und der Geschichte einfällt - Ein metaphänomenologischer Versuch über das ethische Unendliche bei Emmanuel Lévinas*. Escreveu inúmeros livros, entre eles, *Sujeito, Ética e História - Lévinas, o traumatismo infinito e a crítica da filosofia ocidental* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999), *A condição humana no pensamento filosófico contemporâneo* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004) e *Em torno à diferença - Aventuras da alteridade na complexidade da cultura contemporânea* (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007). É também um dos organizadores de *Alteridade e Ética - Obra comemorativa dos 100 anos do nascimento de Emmanuel Lévinas* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Qual é a relação entre o juízo absoluto e a paralisia da linguagem?**

**Ricardo Timm** - Utilizemos para en-

caminhar uma possível resposta a esta questão o exemplo privilegiado proposto à contemporaneidade pela obra de Franz Kafka. Temos defendi-

do, ao longo de alguns de nossos estudos sobre Kafka, que este autor pode ser lido, sob vários aspectos, como um refinado hermeneuta de um “tempo patológico”, e que sua obra pode ser compreendida também desde o viés condicionado por esta posição frente à realidade. Por “tempo patológico” entendemos o paradoxo de uma temporalidade sem vitalidade, um tempo semiparalisado, interdito, inercial, quantificável em infinitas partes intercambiáveis como mero jogo pretensamente inconsequente. Assim, a partir de tal hipótese, podemos avançar um pouco mais: não se trata somente da temporalidade que, detida em seu processamento, em sua vitalidade própria, é substituída por estruturas parasitárias do mundo que configuram sua doença. Trata-se agora da própria linguagem que, detida em seu processar, em sua verbalização, paralisada em seu decorrer constituinte de realidade, em seu Dito, fixada em termos de mera cadeia de enunciados, acaba por se recriar em seus reflexos formais, em seus Ditos, ocasião em que tais reflexos se substituem à linguagem propriamente considerada, dando lugar à pura violência - outro nome para o que temos chamado em outros lugares de “paralisia da linguagem”.

Em outros termos, entendemos por paralisia da linguagem a situação na qual a vitalidade da linguagem que diz o novo é substituída pela lógica de seus enunciados e - para falar com Lévinas<sup>1</sup> - quando o sentido do Dizer em processo sempre inacabado acaba sendo substituído pelo sentido haurido da interpretação particular ou particularizada do já dito, cristalizado em si mesmo - ou seja, quando o núcleo da violência não é um ser vivo, perverso ou poderoso, que poderia falar mas não fala, mas, sim, é - como em várias obras de Kafka - uma máquina, o aparelho, o impessoal, o *status quo*,

1 Emmanuel Lévinas (1906-1995): filósofo e comentarista talmúdico lituano, naturalizado francês. Foi aluno de Husserl e conheceu Heidegger, cuja obra *Ser e tempo* o influenciou muito. “A ética precede a ontologia” é uma frase que caracteriza seu pensamento. Escreveu, entre outros, *Totalidade e Infinito* (Lisboa: Edições 70, 2000). Sobre o filósofo, conferir a edição número 277 da IHU On-Line, de 14-10-2008, intitulada *Lévinas e a majestade do Outro*, disponível para download em <http://mi-gra.me/Dsy6>. (Nota da IHU On-Line).

a multiplicação de imagens e fantasmas e promessas fâtuas de felicidade, a quantidade que fala absolutamente, ou fala de forma absolutamente violenta, porque *se cala* absolutamente. Entende-se aqui por “violência” a detenção do tempo da linguagem, ou seja, da linguagem enquanto “tempo que se diz”, e que nunca se disse completamente.

### IHU On-Line - Como essa problemática é impactada pela pura violência e vida nua?

Ricardo Timm - A catástrofe difusa em termos benjaminianos e como bem desenvolve M. Seligmann-Silva<sup>2</sup>, ou seja, a forma difusa de expressão da catástrofe, é o mundo dos indivíduos dispersos, das qualidades transformadas em mera quantidade infinitamente multiplicada, das trocas irrestritas de todos por todos e de tudo por tudo sem que nada mude - pois cada um é apenas o que seu sentido define numa sociedade de amortecimento tão completo quanto possível. Mundo que não pode senão acabar assumindo a feição de um mundo (em qualquer acepção que se tome essa palavra, pois todas as acepções remetem finalmente a uma designação socioecológica) inumano. Essa seria, para nós, uma boa definição contemporânea de “violência” à qual a vida nua está exposta, que constitui seu inóspito habitat. A esse mundo inumano, no qual a violência maciça reina em todas as direções e sentidos imagináveis, esse paraíso da injustiça no qual o in-suportável é suportado (se quisermos utilizar esse jargão, na maior de todas as contradições lógicas, a contradição impossível, porém real), chamamos exatamente, na tripla de Benjamin e de seu intérprete Agamben, de estado de exceção tornado regra, o “estado de exceção em que (todos, sem exceção) vivemos”. O “estado de exceção tornado regra” é a condição de acontecimentos quotidianos que chamamos “violentos” e que diuturnamente ocupam as consciências e penetram as sensibilidades.

2 Confira a entrevista concedida por Márcio Seligmann-Silva nesta edição, intitulada *A literatura de testemunho e a afirmação da vida*. (Nota da IHU On-Line)

### IHU On-Line - Qual é a contribuição de Foucault e Agamben para compreendermos o (des)governo biopolítico ao qual estamos submetidos?

Ricardo Timm - Permanece, na tripla dos autores citados e ressalvadas suas especificidades e distinções, a constatação incômoda e reiterada da “grande recusa” de Blanchot<sup>3</sup> e Marcuse<sup>4</sup>, a saber, a de que vivemos uma era opaca, na qual impera “(...) uma razão que nós não aceitamos mais, (...) uma aparência de sabedoria que nos causa horror, (...) uma oferta de acordo e de conciliação que nós não entendemos(...)”, em que “uma ruptura se produziu (e) (...) fomos lançados a esta franqueza que não mais tolera a cumplicidade”. Esta constatação expressa por si só a necessidade da tarefa filosófica por excelência a realizar, a saber, uma *crítica da razão opaca*. Pois permanece completamente válido o que outrora escrevemos, que “(o essencial) da questão, aquilo que quer ser repetido *ad nauseam* (é): nem tudo é como parece. No grande e colorido universo da indiferença, nem tudo é indiferente; em meio às promulgações da inelutável neutralidade, nada é realmente neutro. A sociedade supermoderna e suas caricaturas (...) conservam em si, como seu segredo mais reservado, exatamente a mesma essência dos períodos mais obscuros da história. A mediocridade, a infinita disseminação, a multiplicação aparente do vazio, não é mais do que a ardilosa e supremamente inteligente expressão que a hegemonia - a totalidade - encontrou para preservar seu verdadeiro núcleo de olhares indiscretos.” Essa é, igualmente, uma descrição crível da racionalidade instrumental que em todo lugar se encontra, e que se confunde, de algum modo, com a própria ideia de racionalidade, pela confusão

3 Maurice Blanchot (1907-2003): filósofo, romancista e crítico literário francês, autor de *O espaço literário* (Rio de Janeiro: Rocco, 1987), *Pena de morte* (Rio de Janeiro: Imago, 1991) e *El paso (no) más Allá* (Barcelona: Paidós, 1994). (Nota da IHU On-Line)

4 Herbert Marcuse (1898-1979): sociólogo alemão naturalizado norte-americano, membro da Escola de Frankfurt. Estudou Filosofia em Berlim e Freiburg, onde conheceu os filósofos e professores de filosofia Husserl e Heidegger e se doutorou com a tese *Romance de artista*. Algumas de suas obras: *Razão e Revolução*, *Eros e Civilização*, *O Homem Unidimensional*. (Nota da IHU On-Line)

que estabelece com seus produtos e produções nos quais vivemos todos, de algum modo, semi-imersos. Aliás, é a semi-imersão - ou a semi-emersão - que permite a percepção do entre-lugar, dos entre-espacos de profunda crise que intentamos transformar em crítica, o que consiste, no modelo de argumentação aqui proposto, no primeiro passo da crítica da razão opaca propriamente dita. A estranha distância, ou o intervalo que separa a diferença (lógica) da indiferença (moral), é o verdadeiro entremeio no qual se dará o ensaio para a percepção futura da justiça como distância entre seu conceito e sua realidade ou, o que de modo mais sutil conflui finalmente ao mesmo ponto, justiça como frágil consciência da distância infranqueável entre o conceito mesmo de morte e a morte irrepresentável como tal. Cremos, aliás, poder afirmar que esta hermenêutica particular que realizamos das obras de Foucault e Agamben é compartilhável com uma vasta gama de autores, tais como Adorno<sup>5</sup>, Lévinas e Derrida<sup>6</sup>.

**IHU On-Line - A partir de suas filosofias, poderíamos aventar a hipótese de que a vida humana foi reduzida à mera "vida nua"? Por quê?**

**Ricardo Timm** - Seu mérito principal consiste exatamente em mostrar como há uma causalidade necessária - fática, e não apenas teoricamente - entre

<sup>5</sup> Theodor Wiesengrund Adorno (1903-1969): sociólogo, filósofo, musicólogo e compositor, definiu o perfil do pensamento alemão das últimas décadas. Adorno ficou conhecido no mundo intelectual, em todos os países, em especial pelo seu clássico *Dialética do Iluminismo*, escrito junto com Max Horkheimer, primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Social, que deu origem ao movimento de ideias em filosofia e sociologia que conhecemos hoje como Escola de Frankfurt. (Nota da IHU On-Line)

<sup>6</sup> Jacques Derrida (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com frequência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973), *A farmácia de Platão* (São Paulo: Iluminuras, 1994), *O animal que logo sou* (São Paulo: UNESP, 2002), *Papel-máquina* (São Paulo: Estação Liberdade, 2004) e *Força de lei* (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007). Dedicamos a Derrida a editoria Memória da IHU On-Line edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://migre.me/s8bA>. (Nota da IHU On-Line)

a quantificação e a transformação do vivo em mera quantidade, ou seja, em "vida nua", pelas razões que aduzimos anteriormente. Trata-se de um *insight* que a imensa maioria dos filósofos significativos da contemporaneidade cultiva com muito cuidado, pois é o real fulcro de compreensão do momento no qual vivemos em termos, por assim, dizer *eco-sociopolíticos*.

**IHU On-Line - Qual é o espaço da subjetividade e da liberdade numa sociedade altamente controlada em seus mais variados aspectos, como a nossa?**

**Ricardo Timm** - A tarefa ético-política da geração que vem inicia, como já sugerimos a partir da referida análise da obra de Kafka e pelo aparato categorial que Lévinas nos fornece, pela (re)apropriação da linguagem em sua verbalização, em seu tempo próprio, ou seja, pela renúncia ao abandono de todas as esperanças no nível de meras análises de sentenças mortas que só dizem algo a um mundo morto; em outros termos, e novamente na inspiração de Lévinas, os ditos, os ritos do culto totalizante, signos do grande Dito em que se constituem as realidades pretensamente improfanáveis que permitem que o insuportável seja suportado no corpo de seu culto, devem dar lugar, pelo tempo levado a sério, ao Dizer que diz infinitamente mais do que qualquer (já) dito, pois tem todo tempo para fazê-lo. Assim, para falar com Benjamin e Agamben, profanar o opaco ou, o que dá no mesmo - na esteira de Derrida -, a procura obsessiva pela justiça, é o início de toda crítica filosófica e a qualificação de toda atividade racional. É por ela que se dá a metamorfose do indivíduo - quantidade - em sujeito ético - qualidade, ou seja, a condição de toda esperança, buscada, no tempo, pela realização tão plena quanto possível da *liberdade ética* levinasiana. Em suma: a distância incommensurável que separa o mero *conceito* de morte do *corpo* morto é *tudo* o que se tem da realidade e, portanto, é o espaço onde se pode dar a obsessiva busca pela justiça, ou seja, a vida. É neste *intervalo* que o exercício da dignidade - dignidade humana, expressão de dignidade do mundo, dignidade do

mundo, transbordamento generoso da dignidade humana - é unicamente possível; é neste *intervalo* que o humano pode se reencontrar consigo, apesar de tudo. A busca obsessiva pela justiça inicia pela fissura do opaco, pela compreensão do dito de Adorno de que "só existe uma expressão para a verdade - o pensamento que nega a injustiça", *pois a filosofia é, essencialmente, uma questão moral*; segue pelas sendas infinitas do tempo instituído em recriação de sentido; e culmina logo além do im-possível, no ponto de fuga que a perspectiva da redenção significa. Este arco vital - o único possível, no que se refere a questões de vida e morte - é a expressão da justiça em seus termos filosóficos mais próprios.

### LEIA MAIS...

>> Confira outras entrevistas concedidas por Ricardo Timm à IHU On-Line.

\* *Os desafios de uma nova ética*. Edição 264, revista IHU On-Line, de 30-06-2008, disponível em <http://bit.ly/9lQLfC>.

\* *A Filosofia mudou muito depois de Auschwitz*. Edição 265, revista IHU On-Line, de 21-07-2008, disponível em <http://bit.ly/9lQLfC>.

\* *A contribuição de Lévinas à humanização da sociedade*. Edição 277, revista IHU On-Line, 14-10-2008, disponível em <http://bit.ly/b0lGAW>.

### BAÚ DA IHU ON-LINE

A revista IHU On-Line já publicou outras edições relacionadas com a temática do biopoder. Confira.

\* *Michel Foucault. 80 anos*, número 203, de 06-11-2006, disponível em <http://migre.me/SOCf>;

\* *Michel Foucault e as urgências da atualidade. 20 anos depois*, número 119, de 18-10-2004, disponível em <http://migre.me/SODd>;

\* *Uma sociedade de mulheres?*, número 210, de 05-03-2007, disponível em <http://migre.me/SOHY>;

\* *Frida Kahlo - 1907-2007. Um olhar de teólogas e teólogos*, número 227, de 09-07-2007, disponível em <http://migre.me/SOjn>;

\* *Mulheres e a sociedade contemporânea. Conquistas e desafios*, número 249, de 03-03-2008, disponível em <http://migre.me/SOKB>;

\* *União homoafetivas. A luta pela cidadania civil e religiosa*, número 253, de 07-04-2008, disponível em <http://migre.me/SOLA>;

\* *A pílula. 50 anos depois*, número 332, de 07-06-2010, disponível em <http://migre.me/SOnc>.

\* *Corpo e sexualidade. A contribuição de Michel Foucault*, número 335, de 28-06-2010, disponível em <http://bit.ly/akyixX>;

\* *O (des)governo biopolítico da vida humana*, número 343, de 13-06-2010, disponível em <http://bit.ly/bi5U9g>.



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

# B.

## Destques da Semana

# Brasil em Foco

## O Brasil deve apostar mais no setor de serviços

Interferências macroeconômicas como a concentração de crédito podem afetar o crescimento a longo prazo, adverte Pedro Cavalcanti Ferreira, economista da Fundação Getúlio Vargas

POR PATRICIA FACHIN

**P**olíticas econômicas que favorecem um setor em detrimento de outros são “contraproducentes”, defende o economista Pedro Cavalcanti Ferreira, ao mencionar que o Brasil deve apostar mais no setor de serviços, o qual vem ganhando peso nas economias modernas. Para ele, a consolidação de gigantes nacionais é um equívoco porque grandes empresas não garantem maior produtividade para a economia nacional. “Essa política pode levar a uma estratégia de, ao alavancar alguns setores, aumentar a margem de lucro deles e, com isso, transferir renda da sociedade para esses grupos específicos”, aponta. Além do mais, para financiar esses empreendimentos, “o Tesouro está tomando dinheiro emprestado a uma taxa alta e o BNDES empresta a uma taxa barata. Esse tipo de transferência é muito ruim do ponto de vista tanto das finanças públicas como do ponto de vista social”.

Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, o economista explica que a ideia keynesiana está sendo usada, na conjuntura atual, “fora do contexto” porque o BNDES concedeu investimentos depois que a crise já estava sendo resolvida. “De qualquer modo, isso teve um impacto e fez com que a crise acabasse mais rapidamente. Mas, a crise já acabou há muito tempo. Então, agora, a decisão de gastos é política, uma visão de governo, diferente do cenário anterior”. A atual política nacional-desenvolvimentista “não tem nada a ver com o keynesianismo; é uma volta das ideias dos anos 1950”, ressalta.

Questionado sobre a relevância dos bancos de desenvolvimento para elevar o potencial das economias atuais, ele rebate: “O Brasil estaria melhor sem eles?” Com certeza não, enfatizou. Entretanto, embora o aporte do BNDES tenha garantido o crescimento econômico, “deveríamos estar pensando em substituir esses mecanismos sociais por mecanismos de mercado. Se as economias são desenvolvidas, não precisam de um banco como o BNDES intervindo nos negócios, decidindo quem é o vencedor e o perdedor”, conclui.

**O Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010**, aborda atualmente as concepções teórico-analíticas e as proposições de políticas econômicas de Keynes - John Maynard Keynes, 1883-1946. Informações sobre o evento no link <http://migre.me/1kpmX>.

Pedro Cavalcanti Ferreira possui graduação e mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio e PhD pela University of Pennsylvania. Desde 1993 é professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Por que o Brasil deve apostar na economia de serviços? Quais as vantagens, e desafios nesse sentido? É possível acelerar o crescimento econômico do país a partir desse setor?**

**Pedro Cavalcanti Ferreira** - Uma política para o setor de serviços é quase uma política de educação. Sou contrário a uma política centrada em seto-

res e subsetores específicos. No artigo que escrevi para o jornal Valor (04-09-2010), em parceria com o professor Renato Fragelli<sup>1</sup>, lançamos um desafio porque as pessoas têm estudado pou-

<sup>1</sup> Renato Fragelli Cardoso: doutor em Economia, é docente na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, da qual é diretor desde 2003. Atualmente ministra cursos de Microeconomia, Macroeconomia, Economia Monetária e Desenvolvimento Econômico. (Nota da IHU On-Line)

co o setor de serviços, dedicam-se à agricultura e à indústria. Como a tendência das economias modernas é virar economia de serviços, deveriam estar estudando mais intensamente essa área. Então, isso diz respeito claramente a uma política de educação, porque o setor de serviços é muito intensivo em mão de obra. Assim, quanto mais educada for a mão de obra, mais

produtivo seria o setor de serviços.

**IHU On-Line - Então, investir em industrialização é uma prática de economias menos desenvolvidas? Essa política faz parte do passado?**

**Pedro Cavalcanti Ferreira** - A indústria é um setor relevante e fundamental em todas as economias modernas. O ponto é que ao centrarem políticas de industrialização, privilegia-se um setor em detrimento de outros; isso por si já é contraproducente, porque nenhum estudo mostra que o setor industrial é mais forte em pesquisa e desenvolvimento do que outros.

De certa maneira, políticas de industrialização transferem renda de um setor para o outro. A partir delas, a economia pode até crescer, mas, como o setor de serviços é muito maior que o industrial, fazer uma política centrada apenas em um setor menor, por mais importante que ele seja, vai gerar um impacto menor do que se a economia fosse pensada como um todo ou se valorizassem mais o setor dominante. Uma política econômica ampla seria mais agressiva. Grandes inovações tecnológicas modernas, como a área de informática e software pertencem ao setor de serviço. Então, talvez uma política de pesquisa mais agressiva - não necessariamente na área de software - seria um subsídio para a adoção de tecnologias de ponta, e geraria impactos fortes a longo prazo.

**IHU On-Line - Qual é o atual panorama do setor de serviços no Brasil? Quais as razões de a produtividade estar quase estagnada?**

**Pedro Cavalcanti Ferreira** - Vejo que o setor de serviços brasileiro é pouco produtivo quando comparado aos setores das economias modernas. Obviamente há uma parcela, como os serviços financeiros, que é muito produtivo e moderno. Provavelmente o nosso setor financeiro, por ser mais informatizado, é tão ou mais produtivo que setores financeiros dos países desenvolvidos. Por outro lado, tem uma gama de serviços na informalidade, como os vendedores ambulantes, ou seja, são serviços pouco produtivos. Então, existe esta dicotomia. Mas, como as pessoas precisam trabalhar e

**“O BNDES escolheu o setor de carne como prioritário; não me pergunte sob quais critérios. Isso é um equívoco”**

têm pouca qualificação, elas procuram atividades com baixa remuneração - como é o caso da empregada doméstica, a qual representa uma atividade muito significativa no setor de serviços do Brasil -, o que faz com que o setor de serviços seja pouco produtivo. Nessa perspectiva, de novo, percebo uma relação muito forte com educação.

**IHU On-Line - O Brasil investe na consolidação de grandes grupos econômicos públicos, privados e mistos. Qual é a estratégia política econômica do governo a partir desses empreendimentos?**

**Pedro Cavalcanti Ferreira** - Sou um opositor desse tipo de política. Essa visão de consolidação e criação de grandes grupos nacionais e empresas campeãs é um equívoco. O aumento da produtividade não está relacionado a essa política. Ao contrário, a evidência é que monopólios não são, necessariamente, mais produtivos que empresas pequenas e dinâmicas. Essa política pode levar a uma estratégia de, ao alavancar alguns setores, aumentar a margem de lucro deles e, com isso, transferir renda da sociedade para esses grupos específicos. Não existe nenhum trabalho científico que mostre que concentração e consolidação geram mais produtividade ou bem-estar. A política do governo Lula é equivocada tanto do ponto de vista de política de desenvolvimento e crescimento quanto do ponto de vista social, porque está colaborando para piorar a distribuição de renda no Brasil.

**IHU On-Line - Quais os efeitos da política de crédito para o crescimento econômico e a distribuição de renda a longo prazo?**

**Pedro Cavalcanti Ferreira** - A política de crédito oficial está centrada em grandes grupos e setores específicos. Obviamente, isso terá impacto na criação de emprego e crescimento porque se está dando dinheiro para as pessoas produzirem mais. No entanto, isso tem impactos distributivos e não é a direção mais adequada para gerar empregos e crescimento. É uma política de exoneração, de crédito consignado, de reforma de leis do setor imobiliário, que teve impacto gigantesco sobre a expansão do crédito e sobre o emprego. Observa-se hoje um grande crescimento no setor imobiliário como nunca aconteceu antes. Isso tem a ver com toda a reformulação do setor de crédito. A economia como um todo, dadas essas medidas que relatei, tem um impacto positivo com o crescimento do crédito.

**IHU On-Line - O atual crescimento econômico é sustentável a longo prazo?**

**Pedro Cavalcanti Ferreira** - Acho que não, pelo menos não 7,5%. A conta que temos de fazer é em relação à taxa de crescimento do ano passado, que foi 0%. Estamos crescendo abaixo de 3,8%. Acho sustentável crescer 4, 4,5% ao ano se levarmos em conta que a população cresce quase 1,5%. Foram introduzidas muitas distorções microeconômicas, recentemente, com todo esse movimento de concentração de crédito e uma intervenção nas agências regulatórias, as quais podem afetar o crescimento a longo prazo.

**IHU On-Line - Bancos públicos de desenvolvimento são fundamentais para garantir o crescimento das economias atuais?**

**Pedro Cavalcanti Ferreira** - O Brasil estaria melhor sem eles? Se tirassem os bancos de desenvolvimento hoje, com certeza o Brasil não estaria melhor. De qualquer modo, deveríamos estar pensando em substituir esses mecanismos sociais por mecanismos de mercado. Se as economias são desenvolvidas, não precisam de um banco como o BNDES intervindo nos negócios, decidindo quem é o vencedor e o perdedor. Hoje o BNDES é importante, mas queremos que o mercado de crédito, a

longo prazo, funcione muito bem sem essas transferências. Esse aporte do Tesouro Nacional significa que o BNDES está distribuindo subsídios de 10 a 15 bilhões ao ano, dependendo da conta. O Tesouro está tomando dinheiro emprestado a uma taxa alta e o BNDES empresta a uma taxa barata. Esse tipo de transferência é muito ruim do ponto de vista tanto das finanças públicas como do ponto de vista social; é mais uma distorção. A meta é o Brasil conseguir produzir, crescer sem necessidade de intervenção estatal no setor financeiro.

**IHU On-Line - Os EUA e a Inglaterra estão estudando a possibilidade de criar bancos de desenvolvimento...**

**Pedro Cavalcanti Ferreira** - Se constituírem um, vai acabar virando um banco de política industrial para distribuir renda para os escolhidos ou vencedores. No caso do Brasil, obviamente o BNDES não faz só isso, o banco tem uma política de crédito, embora tenha colaborado para a concentração econômica e transferência de renda. Se os EUA optarem pela criação de um banco de desenvolvimento, isso tem de ser feito com muito cuidado para não favorecer um grupo específico.

**IHU On-Line - O BNDES tem alguma política direcionada ao setor de serviços? O Banco deveria incentivar mais esse setor?**

**Pedro Cavalcanti Ferreira** - Imagino que, antigamente, o banco não emprestava dinheiro para esse setor, mas hoje em dia já empresta para vários setores de serviço. O Brasil tem potencial no setor de turismo, de tecnologia. Obviamente, o banco não deveria escolher o setor de carnes contra o setor de turismo, por exemplo. O BNDES escolheu o setor de carne como prioritário; não me pergunte sob quais critérios. Isso é um equívoco. O banco precisa ter linhas de créditos para todas as empresas, não para determinados setores. Enfim, acho que o BNDES deveria apoiar o setor de serviços em linhas que apoiassem todos os setores.

**IHU On-Line - O Estado pode ser considerado keynesiano, uma vez que**

**está financiando empresas nacionais em função da crise econômica internacional?**

**Pedro Cavalcanti Ferreira** - A ideia keynesiana está sendo usada fora do contexto. Em momentos de crise, quando o setor privado não quer gastar, o Estado pode (deveria) entrar gastando. Quando há uma crise, a demanda cai e a crise aumenta. Nesse contexto, o Estado interfere gastando mais, resolvendo um problema de demanda no curto prazo. Agora, o que acontece no Brasil é que o BNDES entrou depois que a crise já estava sendo resolvida. De qualquer modo, isso teve um impacto e fez com que a crise acabasse mais rápido. Porém, a crise já acabou há muito tempo. Então, agora, a decisão de gastos é política, uma visão de governo, diferente do cenário anterior. Neste momento, a ideia é nacional-desenvolvimentista: aumentar a participação do Estado e a articulação entre o Estado e os grandes grupos privados e públicos. Isso não tem nada a ver com keynesianismo; é uma volta das ideias dos anos 1950.

**IHU On-Line - Qual sua avaliação da economia brasileira nos últimos 16 anos? Percebe diferenças e semelhanças entre o governo Fernando Henrique Cardoso e o governo Lula na condução da política econômica? Nesse sentido, quais as evoluções e os limites econômicos das últimas décadas?**

**Pedro Cavalcanti Ferreira** - As diferenças são menores do que ambos gostariam. A coluna básica macroeconômica foi mantida nos dois governos, os quais trabalharam com a inflação muito baixa, com câmbio flutuante, regimes de meta de inflação, superávit fiscal alto.

Essa visão nacional desenvolvimentista não estava presente no governo Fernando Henrique e nem no primeiro mandato do atual presidente. O governo Lula inovou na política social, radicalizou alguns projetos que já existiam no governo Fernando Henrique Cardoso, como o Bolsa Família, que tinha outro nome, além de desenvolver uma política de aumento mais radical do salário mínimo.

A grande diferença entre os dois

é esse sinal do governo Lula de reimplantação de um projeto nacional-desenvolvimentista e a aliança entre setor público, grandes grupos privados e o Estado. O final do governo Lula mostra uma inflexão em relação ao que observamos antes, que considero ruim e, a longo prazo, essa política será custosa.

**IHU On-Line - Que modelo de desenvolvimento se consolida a partir da atual política econômica? Na sua avaliação, ainda vigora no Brasil a ideia de um projeto nacional?**

**Pedro Cavalcanti Ferreira** - Toda vez que ouço uma pessoa falar em nacionalismo, desconfio. Tenho um interesse particular bem definido: nacionalista somos todos porque gostamos do nosso país e queremos o melhor para ele. Quando vejo setores do governo Lula falarem de projeto nacional, vejo-os transferindo renda para grupos econômicos específicos. Vejo essa ideia de nacional-desenvolvimentismo como um projeto nacional muito particular: alguns setores e grupos sendo beneficiados, mas não acho que seja um projeto nacional. Um projeto nacional poderia não gastar 30 bilhões com o trem bala, mas investir esse valor em transporte urbano, que está um caos, em educação, saúde ao invés de criar empresas campeãs de metalurgia, carne, siderúrgica ou química. Esse seria um projeto nacional popular que beneficiaria a população.

**IHU On-Line - As eleições deste ano sinalizam alguma mudança?**

**Pedro Cavalcanti Ferreira** - Se a candidata do PT for eleita, essa política tende a ser mantida. Os outros dois candidatos, Marina Silva e José Serra, iriam adotar uma política mais parecida com o segundo mandato de Fernando Henrique e o primeiro governo Lula, com uma política social, talvez, mais agressiva.

#### LEIA MAIS...

>> Confira na página eletrônica do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)) um artigo de Pedro Cavalcanti Ferreira.

\* *Desindustrialização e o Pato Donald*. <http://migre.me/1kpeU>

# Livro da Semana

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael; *Commonwealth* (Harvard University Press, 2009)  
Em italiano: *Comune* (Milão: Rizzoli, 2010)

## *Commonwealth* e o horizonte de uma alternativa pós-capitalista

Giuseppe Cocco reflete sobre a terceira obra da trilogia de Negri e Hardt, precedida por *Império* e *Multidão*

POR CÁSSIO PEREIRA, CESAR SANSON E GRAZIELA WOLFART

**A**caba de ser publicado na Itália o mais recente livro de Antonio Negri e Michael Hardt, *Comune*. O título original da obra, lançada nos Estados Unidos no ano passado, é *Commonwealth*, e pode ser traduzido como bem-estar comum, segundo o professor Giuseppe Cocco, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. A IHU On-Line aproveitou a presença do professor Cocco na Unisinos, na última semana, enquanto participava do XI Simpósio Internacional IHU: o (des) governo biopolítico da vida humana, para entrevistá-lo sobre esta importante obra. A partir do livro, Cocco entende que “é preciso pensar em outra forma de propriedade que seria comum. Não mais nem a propriedade individual, nem absoluta, nem a propriedade que é de todos porque não é de ninguém, mas a propriedade de todos, porque é de todos”.

Giuseppe Cocco possui graduação em Ciências Políticas pela Universidade de Paris VIII e pela Università degli Studi di Padova. É mestre em Ciências Tecnológicas e Sociedade pelo Conservatoire National des Arts et Métiers e em História Social pela Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne). Doutor em História Social pela Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne), atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Publicou com Antonio Negri o livro *Global: Biopoder e lutas em uma América Latina globalizada* (Ed. Record, 2005). Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Qual a principal novidade do livro de Negri e Hardt, *Commonwealth*?**

**Giuseppe Cocco** - A principal novidade está logo no título, que é a discussão sobre o conceito de *commonwealth*, de bem-estar comum. O fato é que esta novidade, ao mesmo tempo, é o terceiro momento de uma trilogia: *Império* (Rio de Janeiro: Record, 2001), uma reflexão política sobre a forma da soberania na pós-modernidade; *Multidão* (Rio de Janeiro: Record, 2005), uma análise material das formas de trabalho e dos processos de subjetivação no capitalismo contemporâneo; e *Commonwealth*<sup>1</sup>, que

<sup>1</sup> Sobre o livro leia nas Notícias do Dia do sítio do IHU de 23-06-2010 a matéria *Commonwealth: amor e pós-capitalismo*, disponível em <http://bit.ly/91XC7x> (Nota da IHU On-Line)

é o horizonte do possível, a definição de um horizonte de alternativa pós-capitalista, e a relação entre os movimentos anticapitalistas e um horizonte pós-capitalista. Então, podemos definir a trilogia assim: a soberania, o sujeito e a alternativa.

**IHU On-Line - Qual a importância desta obra no atual cenário econômico e político mundial?**

**Giuseppe Cocco** - Não é uma importância objetiva, mas subjetiva. Depende se ela consegue dialogar de maneira efetiva com os movimentos atuais, com dificuldade ou não, e se consegue atravessar e lutar dentro da crise do capitalismo global, do capitalismo cognitivo, globalizado. E é preciso ver como ela pode dia-

logar com esses movimentos, como ela pode ser um conceito adequado aos movimentos de resistência hoje, na medida em que ela propõe um terreno político que, primeiro, define um horizonte pós-capitalista, e, segundo, uma alternativa radical ao binarismo composto fundamentalmente pela oposição entre esfera pública e privada, entre mercado e estado. O comum é algo que não é nem público, nem privado.

**IHU On-Line - O comum é disputado pelo capital e pelo trabalho? Como ele se manifesta?**

**Giuseppe Cocco** - Para o capitalismo existir, é preciso propriedade privada. A proposta do comum é exatamente atacar e reatualizar o debate sobre a crítica

## “Podemos definir a trilogia assim: a soberania, o sujeito e a alternativa”

do capitalismo a partir da questão da propriedade privada. E, desse ponto de vista, dizer que a alternativa à propriedade privada não é a propriedade estatal, porque esta é especular à propriedade privada. É preciso pensar em outra forma de propriedade que seria comum. Não mais nem a propriedade individual, nem absoluta, nem a propriedade que é de todos porque não é de ninguém, mas a propriedade de todos, porque é de todos.

**IHU On-Line - Como entender a relação que se estabelece entre a obra *Comune* e o Manifesto do Partido Comunista, numa versão atualizada?**

**Giuseppe Cocco** - Não sei se Negri tem a pretensão disso, mas é uma contribuição não no sentido de ser o manifesto, mas de revisar e adequar o marxismo no novo contexto. Então ele participa de um manifesto que hoje, por definição, tem uma dinâmica pós-autoral, em rede.

**IHU On-Line - Então a obra pode discutir um “marxismo para o século XXI”?**

**Giuseppe Cocco** - No caso do Negri, é um marxismo para o século XXI, um marxismo bem diferente do tradicional.

### LEIA MAIS...

>> Giuseppe Cocco já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. O material está disponível na página eletrônica do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)).

\* *“MundoBraz”*: a brasilianização do mundo. Entrevista especial com Giuseppe Cocco, publicada nas *Notícias do Dia*, em 21-01-2010. Acesse no link <http://bit.ly/7wWPht>;

\* *O Império e a Multidão no contexto da crise atual*. Entrevista especial com Giuseppe Cocco, publicada nas *Notícias do Dia* de 18-05-2009. Disponível no endereço eletrônico <http://bit.ly/cHmraS>;

\* *Uma renda universal. Trabalho e vida tendem a coincidir*. Entrevista especial com Giuseppe Cocco, publicada em 10-01-2007, nas *Notícias do Dia* e disponível no link <http://bit.ly/bNzmgU>;

\* *O dever-Brasil do mundo e o biopoder*. Entrevista publicada na IHU On-Line número 343, de 13-09-2010 e disponível em <http://bit.ly/aDpN7E>.

# Deus Morto no Pampa - Erico, Jung e Nietzsche no CTG

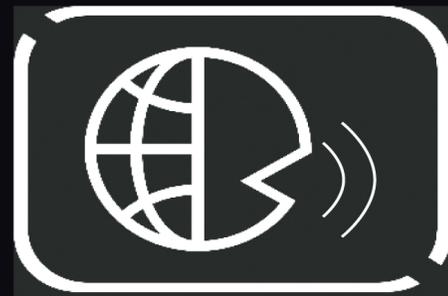


Prof. MS Nivaldo Pereira

Dia 2/9/2010

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Informações: [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)



## Mercado e Espaço Público: modelos alternativos para os Mídia na União Europeia

POR LUIS MARTINS\*

Na União Europeia (UE), os principais debates sobre o papel dos mídia referem-se aos méritos/deméritos de dois modelos alternativos: por um lado, o chamado Modelo do Espaço Público, no qual os mídia são vistos como servidores do interesse público/interesse dos cidadãos; por outro lado, o Modelo do Mercado, no qual os meios de comunicação social são considerados como produtores/distribuidores de bens e serviços úteis, destinados a satisfazer a procura dos consumidores.

Um dos principais vetores de diferenciação é a forma como são vistas as audiências. (Ver tabela).

O Modelo do Mercado vê as audiências como um conjunto de consumidores. As audiências são valorizadas pelo seu poder de compra, uma vez que o fundamental é garantir que o público adquira os *outputs* dos mídia e seja também potencial comprador dos produtos e serviços dos anunciantes.

No Modelo do Espaço Público, a audiência não é concebida como mercado, nem as pessoas vistas como meros consumidores. Pelo contrário, a audiência é entendida como um público a ser educado e informado para poder desenvolver a sua capacidade de exercer direitos e deveres democráticos.

Os defensores do Modelo do Espaço Público salientam que a atividade dos mídia tem um impacto significativo na

coesão social e na capacidade de os cidadãos tomarem decisões esclarecidas sobre a sua vida política, económica e social. O sucesso dos meios de comunicação social não deve, assim, ser monitorizado através de indicadores financeiros, mas através da satisfação do interesse público.

No Modelo do Espaço Público, uma das principais formas de servir o interesse público é garantir a representação, nos mídia, da diversidade de experiências e ideias de uma determinada sociedade. Ao privilegiarem um padrão de diversidade que permite a manifestação de desacordos e divergências, os mídia dão um contributo significativo para o funcionamento dos sistemas democráticos.

Para os defensores deste modelo, satisfazer o interesse público requer um sistema inovador e diversificado, tanto na substância como no estilo. Mesmo na sua função de entretenimento, os mídia mais inovadores e empreendedores (sobretudo os que promovem novas perspectivas, novos formatos e novos espaços de discussão/controvérsia), são aqueles que melhor servem o interesse dos cidadãos. No entanto, do ponto de vista do Modelo do Mercado, esta abordagem revela-se bastante arriscada. A homogeneização é muitas vezes preferível, porque garante lucros estáveis.

\* Luis Martins é professor e doutorando na Universidade Nova de Lisboa e membro do Grupo Cepos. Email: lf.martins@fcsh.unl.pt.

Muitos defensores do Modelo do Mercado salientam que os milhões de pessoas que enchem as salas de cinema, compram CD/DVD e veem programas de televisão provam que os mídia estão a oferecer ao público aquilo de que ele necessita. No entanto, o risco associado a esta visão é que somente o que é popular acaba por ser considerado valioso. Algumas contribuições importantes, afastadas das preferências/gostos majoritários, acabam por ficar excluídas dos mídia.

Por outro lado, o principal risco do Modelo do Espaço Público é criar-se um sistema de mídia em que apenas os conteúdos e formatos aprovados pelas elites podem ser considerados valiosos, deixando de lado contribuições que são ao mesmo tempo populares e importantes.

Na UE, o Modelo de Mercado tem assumido uma predominância crescente. Observou-se uma virada importante a partir da década de 1980, de onde resultou o estabelecimento de num novo equilíbrio no que respeita ao jogo de influências no binômio Estado/mercado sobre os mídia: o poder do dinheiro como dispositivo central de regulação reforçou-se enormemente (PISSARRA ESTEVES, J., 2003 (p. 155), *Espaço Público e Democracia*, Colibri.)

As orientações da Comissão Europeia, influenciadas pelo paradigma do liberalismo econômico, deram um impulso determinante à privatização e

### Principais características do Modelo do Espaço Público e do Modelo do Mercado

	Espaço Público	Mercado
Como os mídia são vistos?	como recursos públicos ao serviço da sociedade	como empresas privadas vendedoras de produtos
Qual é a principal missão dos mídia?	promover ativamente a cidadania através da informação, educação e integração social	gerar lucros para os proprietários e accionistas
Como é que as audiências são vistas?	como cidadãos	como consumidores
O que é que se pode considerar interesse público?	conteúdos diversificados, inovadores e rigorosos (mesmo que não sejam populares)	tudo aquilo que é popular
Qual é o papel da diversidade e da inovação?	a inovação é fundamental para promover a cidadania; a diversidade é um vetor fundamental da missão dos mídia de representar um leque alargado de vozes e preferências	a inovação pode ser oportunidade mas também ameaça para a rentabilidade empresarial; a diversidade pode ser uma estratégia para explorar novos nichos de mercado
Como é vista a regulamentação?	é vista como uma ferramenta útil para proteger o interesse público	essencialmente vista como perturbadora dos mecanismos dos mercados
A quem é que os mídia prestam contas?	ao público e a representantes governamentais	aos proprietários e acionistas
Como é medido o sucesso?	satisfação do interesse público	vendas, quotas de mercado e taxas de rentabilidade

Adaptado de CROTEAU, D. e HOYNES, W. 2006, p. 39, *The Business of Media - Corporate Media and The Public Interest*, 2nd Ed., Pine Forge Press.

desregulamentação das indústrias dos mídia. No entanto, os méritos do Espaço Público continuam a ser defendidos por académicos e políticos, principalmente no quadro das atividades do Parlamento

Europeu e do Conselho da Europa. Por isso, é provável que os próximos anos continuem a ser caracterizados por acessos debates entre os defensores dos dois modelos apresentados.



**Ouçá o programa!**

**Sexta 20h**  
**Domingo 21h**

**PERISCÓPIO DA MÍDIA**  
**Unisinos Fm 103.3**

periscopiodamidia@gmail.com  
A indústria da Comunicação  
Social de cabeça para baixo

**Fone: 3591.1122**  
**Ramal:1356**



## Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

**Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)) de 14-09-2010 a 17-09-2010.**

**Falta de ação política e as mudanças climáticas**  
Entrevista especial com Osvaldo Canziani, climatologista argentino membro do IPCC

Confira nas Notícias do Dia de 14-09-2010

Disponível no link <http://migre.me/1kpxf>

A frequência entre eventos climáticos tem aumentado, assim como sua potência. Segundo Osvaldo Canziani, esse fenômeno se deve às mudanças do clima, entretanto, as consequências graves desses fenômenos estão relacionadas a falta de ação política.

**Os caminhos do etanol**

Entrevista especial com Antonio Juliani, pesquisador do Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS - da Universidade de Brasília

Confira nas Notícias do Dia de 15-09-2010

Disponível no link <http://migre.me/1kpHz>

Segundo Antonio Juliani, o etanol e o biodiesel carecem

de pesquisas que investiguem a sustentabilidade de suas cadeias produtivas.

**A criminalização dos quilombolas**

Entrevista especial com Onir de Araújo, advogado representante do Quilombo Família Silva

Confira nas Notícias do Dia de 16-09-2010

Disponível no link <http://migre.me/1kpYw>

Em entrevista à **IHU On-Line**, realizada por telefone, Onir de Araújo explica a atual situação degradante imposta pela Polícia Militar aos quilombolas moradores do Quilombo da Família Silva, localizada em Porto Alegre.

**A medicina que está aí pode ser humanizada?**

Entrevista especial com Roberto Passos Nogueira, doutor em Saúde Coletiva e técnico do IPEA

Confira nas Notícias do Dia 17-09-2010

Disponível no link <http://migre.me/1kqiL>

A medicina atual é fundamentada em questões e métodos que se aplicam tanto ao animal quanto ao homem, assinala Roberto Passos Nogueira, que é estudioso de Ivan Illich.

## XII SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU - A EXPERIÊNCIA MISSIONEIRA: TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE



**DATA DE INÍCIO: 25 DE OUTUBRO DE 2010**

**INFORMAÇÕES EM**

**WWW.IHU.UNISINOS.BR**



UNISINOS



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

IHU **ON-LINE**

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

# Agenda da Semana

Confira os eventos desta semana realizados pelo IHU.  
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)).

<b>Data: 20-9-2010</b>
<b>Evento: EAD - Jesus e o Reino no Evangelho de Marcos</b> Terceira Etapa - Conviver com Jesus (Mc 3,14-6,6)
<b>Dia 21-9-2010</b>
<b>Evento: Ciclo de Estudos em EAD: Sociedade Sustentável</b> Por um novo paradigma civilizacional
<b>Dia 23-9-2010</b>
<b>Evento: Ciclo de Palestra Jogue Roayvu: História e Histórias dos Guarani. Pré - evento do XII</b> <b>Simpósio Internacional IHU: A Experiência Missioneira: território, cultura e identidade</b> <b>Xamanismo guarani e práticas de cura nas missões</b> <b>Palestrante: Profa. Maria Cristina dos Santos - PUCRS - FFCH - PPGH</b> <b>Horário: 19h30min às 22h30min</b> <b>Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU</b>
<b>Evento: IHU Ideias - setembro 2010</b> <b>Deus Morto no Pampa - Erico, Jung e Nietzsche no CTG</b> <b>Palestrante: Prof. MS Nivaldo Pereira - Jornalista e Mestre em Letras</b> <b>Horário: 17h30min às 19h</b> <b>Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU</b>

**CICLO DE PALESTRA JOGUE ROAYVU: HISTÓRIA  
E HISTÓRIAS DOS GUARANI. PRÉ - EVENTO DO XII SIMPÓSIO  
INTERNACIONAL IHU: A EXPERIÊNCIA MISSIONEIRA:  
TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE**

**INFORMAÇÕES [WWW.IHU.UNISINOS.BR](http://WWW.IHU.UNISINOS.BR)**

# Eventos

## Práticas xamanísticas nas missões

De acordo com a historiadora Eliane Fleck, conscientes dos efeitos que as curas exerciam sobre os indígenas, os jesuítas adotaram estratégias de apropriação de saberes para garantir a devoção e piedade cristãs por eles almeçadas

POR PATRÍCIA FACHIN

Quando tiveram conhecimento das práticas terapêuticas xamanísticas, os missionários jesuítas as condenaram, “ressaltando sua inadequação, em decorrência do caráter demoníaco e mágico-supersticioso implícito nos rituais de cura”, explica a historiadora Eliane Cristina Deckmann Fleck, à IHU On-Line. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, ela esclarece que a perseguição que os missionários empreenderam aos xamãs “devem ser compreendidas como uma disputa de saberes e poderes, pelo controle do universo místico-simbólico, bem como da capacidade de manipulação das curas e não-curas”.

Eliane Cristina Deckmann Fleck ressalta também que a negociação e aproximação “entre ‘modos de percepção e intelecto’ cristãos-ocidentais e indígenas (...) garantiu o êxito da experiência missionária junto aos guarani”. Segundo ela, foi em razão deste modo de proceder jesuítico que “os guarani conseguiram salvaguardar - no espaço reducional - as manifestações tradicionais de sua espiritualidade”.

O tema xamanismo guarani e práticas de cura nas missões será apresentado pela professora Dra. Maria Cristina dos Santos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, na próxima quinta-feira, 23-9-2010, às 19h30min, na sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU. O evento faz parte do **Ciclo de Palestra Jogue Roayvu: História e Histórias dos Guarani. Pré-evento do XII Simpósio Internacional IHU: A Experiência Missionária: território, cultura e identidade**. Informações sobre o evento podem ser acessadas no link <http://migre.me/1ko4Q>.

Eliane Cristina Deckmann Fleck é graduada e mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. cursou doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, com a tese *Sentir, adoecer e morrer - sensibilidade e devoção no discurso missionário jesuítico do século XVII*. Ex-coordenadora do curso de História da Unisinos, é docente na mesma universidade. Confira a entrevista.

**IHU On-Line - Qual a reação dos jesuítas diante das crenças e práticas curativas empregadas pelos guarani no período das reduções jesuíticas?**

**Eliane Cristina Deckmann Fleck** - A reação inicial dos missionários foi de condenação das práticas terapêuticas xamanísticas, ressaltando sua inadequação, em decorrência do caráter demoníaco e mágico-supersticioso implícito nos rituais de cura. Os registros jesuíticos, contudo, nos revelam que práticas terapêuticas que previam prescrições, o uso de relíquias, rezas, ervas, sopros e sucções, condenáveis quando executadas pelos xamãs, foram largamente aplicadas pelos missionários nas

reduções com uma justificativa igualmente mágico-religiosa. Estes, assim como os xamãs, valiam-se da imaginação e do misticismo dos indígenas para que, em situações de epidemias, os sintomas fossem amenizados e houvesse a predisposição para a cura. Considerando que alguns dos procedimentos terapêuticos e, em especial, as plantas medicinais, não sofreram a contestação dos missionários, constata-se que, ao longo do século XVII e da primeira metade do século XVIII, ocorreu uma apropriação cada vez maior da farmacopeia nativa (ervas, resinas e folhas) e das terapêuticas curativas empregadas pelos indígenas, como nos casos

dos ferimentos expostos, das otites e conjuntivites decorrentes da varíola. O crescente emprego da farmacopeia indígena na cura de determinadas doenças não só ampliou as possibilidades de manipulação das curas pelos missionários, como reduziu, significativamente, o caráter depreciativo e condenatório inicialmente atribuído a ela. Além disso, revela que, conscientes dos efeitos que as curas e a condução da “boa morte” - em face da não-cura - exerciam sobre os indígenas, os jesuítas não hesitaram em adotar *estratégias de apropriação de saberes* que garantissem a devoção e a piedade cristãs por eles almeçadas.

**IHU On-Line - E como os guarani reagiram diante do processo de inculturação religiosa proposto pelos jesuítas?**

**Eliane Cristina Deckmann Fleck** - As referências feitas aos xamãs - líderes espirituais dos guaranis - na documentação jesuítica setecentista se caracterizam pela sua caracterização como sacerdotes do Diabo, ministros do Demônio. Em razão disso, a contestação e perseguição que os missionários empreenderam aos xamãs (*hombres-dioses*) que *profieren amenazas apocalípticas*, como escreveu Haubert, devem ser compreendidas como uma disputa de saberes e poderes, pelo controle do universo místico-simbólico, bem como da capacidade de manipulação das curas e não-curas. Desacreditada e afastada esta ‘ameaça’ - materializada nos movimentos xamanísticos de resistência - ao projeto de civilização-conversão, os missionários dedicaram-se a estratégias de negociação e à aproximação entre “modos de percepção e inteligência” cristãos-ocidentais e indígenas, o que garantiu o êxito da experiência missionária junto aos guarani. Foi, também, em razão desta aplicação efetiva do “modo de proceder” jesuítico que os guarani conseguiram salvaguardar - no espaço reducional - as manifestações tradicionais de sua espiritualidade, como fica demonstrado na resignificação do chorar copioso e dos lamentos fúnebres que conformaram, de maneira peculiar, a sensibilidade religiosa própria das reduções jesuítico-guaranis.

**IHU On-Line - Em que medida o medo da não-cura, da morte e dos mortos foram essenciais no processo de conversão dos guarani ao cristianismo?**

**Eliane Cristina Deckmann Fleck** - A introdução e a propagação de doenças desconhecidas afetaram intensamente a dinâmica populacional guarani, provocando a desestruturação e a desterritorialização tribal que levou à desnutrição, às mudanças de dieta que, por sua vez, produziram novos distúrbios de saúde devidos à fome ou à introdução de novos alimentos. Enquanto resultantes do contato, as epidemias colocaram, portanto, os guarani frente a uma necessária reformulação de

**“Considerando que alguns dos procedimentos terapêuticos e, em especial, as plantas medicinais não sofreram a contestação dos missionários, constata-se que ao longo do século XVII e da primeira metade do século XVIII, ocorreu uma apropriação cada vez maior da farmacopeia nativa”**

atitudes diante da doença e da morte. As doenças trazidas pelos espanhóis colocaram, portanto, estes indígenas frente a uma necessária reformulação, não somente de percepções, mas também de práticas, o que pode ser observado tanto no *Tesoro de la Lengua Guarani*, quanto no *Bocabulário de la Lengua Guarani*, organizados pelo Pe. Antônio Ruiz de Montoya<sup>1</sup>, e que registram, entre outras, as expressões ligadas às doenças, às epidemias e às reações dos guarani frente às suas desastrosas consequências. As epidemias, definidas como *peste* ou *enfermedad* pelos jesuítas, foram denominadas pelos guarani como *mbaba*, *taçai*, *maraa*, *mbae açi*. Entre as doenças epidêmicas, destacam-se: *tepotí ugui* ou *tepoti pyta* = *camaras de sangre*/desintéria; *mbirua* = *ampollas*/sarampo; *acanundu yrundi ara* - *naboguara* = *quartãs*/malária. Como expressões reveladoras da percepção e dos efeitos das epidemias destacamos: *nache*

<sup>1</sup> Antonio Ruiz de Montoya: padre jesuíta encarregado de se queixar ao rei de Portugal dos bandeirantes paulistas. O famoso autor de *Tesouro da Língua Guarani* vivia no Paraguai, onde os jesuítas haviam construído quase uma república teocrática e mantinham incontestemente a jurisdição sobre os indígenas, no Vice-Reinado do Peru. (Nota da IHU On-Line)

*mo amongueri taci* = “a enfermidade levou minha gente”; *chembotiabo mbar raci* = “a enfermidade acabou com a minha gente”; *y pichibi tabaa oupa hacipabamo* = “está a aldeia espantada com tantos enfermos”; *mbae aci oqui rucu ore rehe* = “chove a enfermidade sobre nós”.

Cabe observar que em alguns registros os padres admitem que as doenças não decorriam, exclusivamente, da *divina justicia*, mas que “a consecuencia de la transmigración y el cambio de clima aparecieron frecuentes dolencias en el pueblo”, oportunidade para “experimentalismos”, como na referência a que “aplicaron las medicinas del campo de aquella región, pero sin ningún resultado”, e ainda para recrutar enfermeiros entre os índios são, “para investigar si los había [enfermos] en las casas, campos y selvas” e vigiar “contra la antigua superstición de los hechiceros” (Maeder<sup>2</sup>, 1984, p. 88). Várias são as passagens das Cartas Anuais que ilustram o senso de observação prática dos missionários e a relação que eles estabeleceram entre as doenças e as condições de assentamento das populações indígenas. A cura das epidemias e a oferta de alimentos e segurança diante da expansão das frentes de conquista são, em razão disso, apresentadas como determinantes para a permanência dos guarani nas reduções e para o abandono das antigas práticas.

**IHU On-Line - Quais as diferenças entre os guarani pré-cristãos e os cristãos?**

**Eliane Cristina Deckmann Fleck** - Alguns registros jesuíticos do século XVII, referentes à Província Jesuítica do Paraguai, permitem dimensionar as alterações introduzidas pelos missionários, em relação, especialmente, aos rituais funerários, evidenciadas na referência aos andores, ao cortejo, à mortalha e às louvações. Através desses relatos, percebe-se a normatização que passou

<sup>2</sup> O Prof. Dr. Ernesto Maeder, do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - CONICET, da Argentina, estará na Unisinos no próximo mês de outubro participando do XII Simpósio Internacional IHU - A Experiência Missionária: território, cultura e identidade. Mais informações em <http://bit.ly/bXofkf> (Nota da IHU On-Line)

a orientar os rituais fúnebres, destinada a introduzir procedimentos sucedâneos de práticas rituais anteriores, como na clara referência à substituição das “lamentações fúnebres” no cortejo em direção à igreja, pela louvação a Deus. Nas reduções - de acordo com estes mesmos registros -, as expressões da sensibilidade guarani diante da morte assumiram uma uniformidade e publicidade bastante distantes das espontâneas manifestações originais. Algumas das descrições, no entanto, apontam para a sobrevivência de determinadas práticas rituais tradicionais guaranis, pois, apesar de os enterros nas reduções ocorrerem ao final da tarde - como recomendado pelos missionários -, o cortejo fúnebre era acompanhado de “rezos y cantos de los músicos, pero también ‘desentonados’ lamentos de indias viejas - antigua costumbre que muchos años de misión no han podido desarraigar - y en los que lloran y elogian al difunto por lo que ha sido ya hecho o al menos por lo que hubiera podido hacer y hubiera podido ser, de haber seguido viviendo.” (Melià, 1986, p. 207). Vale ressaltar, ainda, que o uso recorrente nas Ánuas de expressões como “con que se van aficionando a las cosas de nra. santa fé”, “q. Dios le havia sanado por medio del sto. baptismo” e “con mucha fe i devoción”, mais do que revelar a estreita relação entre cura e conversão, refletem a aceitação dos novos saberes e terapêuticas curativas pelos indígenas, sem, no entanto, promover a descaracterização do componente mágico tradicional próprio da terapêutica guarani.

#### LEIA MAIS...

>> Eliane Cristina Deckmann Fleck já concedeu outras entrevistas à IHU On-Line. Elas estão disponíveis no sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)).

• *Hans Staden: um tupinambá?* Edição 212, intitulada *Rock 'n' Roll na Veia*, de 19-03-2007. Confira no link <http://migre.me/1knkk>;

• *A psicologia do povo brasileiro*. Edição 205, de 20-11-2006, intitulada *Raízes do Brasil. 70 anos interpretando o Brasil*. Acesse no endereço <http://migre.me/1knr0>.

• *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não-cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)*. Cadernos IHU ideias n° 66, de 2007, disponível para download em <http://bit.ly/b20ja0>

## Perfil

### Carlos Lessa

POR GRAZIELA WOLFART, GREYCE VARGAS E RAFAELA KLEY

“**E**u sou oligarca de família tradicional”. Assim se define o professor Carlos Lessa. Na entrevista que segue, concedida pessoalmente, ele conta à IHU On-Line os aspectos mais marcantes de sua trajetória pessoal e profissional. E admite: “Eu nasci em berço de ouro”. Lessa considera sua mãe “uma pessoa absurdamente deslumbrante”. E relata que cresceu no meio da elite, mas em contato com o povo. Na adolescência, seus heróis eram “os garotos da favela que eram vizinhos nossos”. Lessa se considera uma pessoa profundamente politizada, pois seu interesse intelectual “está todo a serviço de um sonho, que é o da civilização brasileira”.

Carlos Lessa é formado em Ciências Econômicas pela antiga Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) e doutor em Ciências Humanas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas - Unicamp. Em 2002, foi reitor da UFRJ e, de janeiro a novembro de 2003, foi presidente do BNDES. Confira a entrevista.

#### IHU On-Line - O senhor poderia nos contar um pouco da suas trajetórias acadêmica, militante e política?

**Carlos Lessa** - Uma vez eu disse para alguém, de brincadeira, que eu sempre fui candidato, sempre estive em campanha. No entanto, nunca me apresentei como candidato a nada, mas fui militante de campanhas o tempo todo. Até não é bem verdade assim, porque eu fui obrigado a ser candidato a deputado federal, mas substituindo um candidato nosso para que a chapa não ficasse incompleta. Mas nunca tive pretensões neste sentido. Cada pessoa tem a sua verdade e a minha é muito singela: eu sou oligarca de família tradicional. Meus antecedentes fazem parte da família que trouxe os açorianos para o Brasil.

Eu nasci em berço de ouro, sou carioca e filho de cariocas. Eu tenho muito carinho pelo Rio de Janeiro. Estudei num colégio considerado o mais sofisticado do estado, mas eu tinha minha mãe, que era uma pessoa absurdamente deslumbrante. Ela

sempre dizia que as pessoas tinham que se empenhar e se interessar pelo próximo, pelo outro. Mamãe trabalhava de graça para os pobres. Ela tinha seus pobres que almoçavam conosco. Eles tinham regras, cada um tinha seu prato, seu copo, seus talhares, tinham que devolver limpos. Eles comiam em uma mesinha no jardim. Eu estou contando isso para dizer o seguinte: minha mãe me fez ter um contato, desde cedo, muito próximo com o chamado povão brasileiro, que era um povo feliz. Minha família contava histórias muito bonitas da nossa relação com os pobres. O primeiro general totalmente negro do exército brasileiro, João Batista de Matos, por exemplo, é irmão de leite da minha avó. Se a senhora tinha pouco leite e se tinha uma escrava que tinha muito leite dava o filho para a escrava amamentar e aqui havia, querendo ou não, o espírito de que esse irmão de leite deveria ser o primeiro a ser libertado. Outra regra é que ele deveria ser tratado como

se fosse da família. Eu cresci no meio da elite, mas em contato com o povo e segui nessa postura quando adolescente. Quando eu estava nessa fase, meus heróis eram os garotos da favela que eram vizinhos nossos.

#### IHU On-Line - Por que eles eram seus heróis?

**Carlos Lessa** - Primeiro porque eles jogavam futebol muito melhor do que eu, que era um “perna de pau”. Segundo, pelo menos em nível de papo, eles tinham sexo e eu não tinha, porque as minhas gerações viviam essas privações. Então, eles eram meus heróis no esporte e nas aventuras sexuais. Eu nunca tive, na minha cabeça, que a pobreza fosse uma condição degradante da pessoa. Lá no colégio em que eu estudava havia uma política muito interessante de dar bolsas de estudos aos populares. E eu fui para a faculdade de Economia, onde “engolia” tudo o que me diziam. Eu nunca tinha me metido em políticas estudantis. Mas, no terceiro ano, fui a Recife onde visitei as favelas e tive um choque brutal. Não é possível deixar as pessoas nas condições em que elas estavam. As favelas de Recife se estendiam por trás da principal avenida da cidade. As pessoas viviam em condições subumanas, no meio do lixo e da lama. Foi conhecendo essas populações que percebi a mentira na qual acreditava.

Eu sou uma pessoa que conheceu o povo muito de perto, que tinha pelo povo um carinho que não era abstrato, mas sim pessoal. Inclusive eu batia papo com alguns dos pobres de minha mãe. Tinha a Carmelita, que era filha da antiga ama, e o marido dela, que me ensinou a lutar capoeira. Eu tinha pelo povo uma relação afetiva emocional próxima e achava que o povo era pobre e ponto. Eu não tinha as dimensões do que era a pobreza. E os economistas, aqueles que me ensinaram, diziam que tudo isso era assim mesmo.

#### Esquerda política

Nunca fui contra partido de esquerda nenhum. Tenho muitos amigos de partidos de esquerda, mas nunca aceitei a proposta comunista, muito comum na minha juventude, pois acreditava que ela produziria uma sociedade com

## “Minha mãe me fez ter um contato, desde cedo, muito próximo com o chamado povão brasileiro, que era um povo feliz”

patologias terríveis. Havia, na época da minha juventude universitária, uma série de movimentos progressistas. Escolhi a Economia para me converter em um economista e ajudar a todos aqueles que nada têm, ou seja, o grupo que não está no poder. Quando estava terminando a faculdade, fui convidado a fazer parte das Nações Unidas, que abriu um escritório no Brasil. Lá tinha um grupo de pensadores economistas muito interessantes, liderados por um argentino. Eles haviam feito uma revisão profunda da economia política clássica, fazendo uma releitura do mundo em termos de centro e periferia. Isso me parecia verdadeiro e realista e eu fui para lá trabalhar. Acredito que já tinha talento para ser professor. Eu me considero uma pessoa profundamente politizada, pois o meu interesse intelectual está todo a serviço de um sonho que é o da civilização brasileira.

Eu entendo que o povo continua sendo uma paixão, mas também comecei a me apaixonar pelo Brasil, enquanto um espaço que tinha, em função de suas potencialidades e até mesmo de seus defeitos, a possibilidade de ser um espaço de civilização. O que mais me impressiona no brasileiro é exatamente o fato dele ser mulato. Eu achava fascinante a ideia de que nós seríamos a única civilização mestiça nos trópicos. E, então, fui me apaixonando pelo Brasil, pelas potencialidades brasileiras, fui me convertendo muito rapidamente como um macro-economista e um sucesso como professor, e comecei a ser chamado por todos os veículos de comunicação. Fui assessor da Comissão de Assuntos Territoriais do Ministério da Justiça e fiz o primeiro Plano de Desenvolvimento Territorial sobre onde hoje é Roraima.

Quando veio o golpe, resolvi fazer um contragolpe sozinho e saí denunciando o golpe. Com isso, foram expedidos mandatos de prisão contra mim. Como sempre tive condições excepcionais em função do salário que recebia em dólar das Nações Unidas, fui para o Chile, onde dei aula na Universidad de Chile. Por um período relativamente longo, pensei que o choque autoritário iria nos fazer um mal. Na primeira brecha que deu, pedi demissão das Nações Unidas, onde, modéstia à parte, eu havia feito uma carreira brilhante. Assim, voltei para o Brasil em condições complicadas, porque pouco tempo depois aconteceu o AI-5<sup>1</sup>. Com isso, fui um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro - MDB, buscando tentar reagir ao golpe militar. Não foi fácil.

Fui ser professor na Fundação Getúlio Vargas. Daí, resolvi retornar à Universidade Federal Fluminense. Mas minha vida virou um inferno, tanto que cheguei ao ponto de pedir demissão da universidade e fui trabalhar como consultor. Depois disso, em função dessa experiência, cheguei até a ser presidente de uma empresa petrolífera, de novo ganhando em dólar. Sempre tive sorte. Mais tarde, em São Paulo, resolvemos fazer uma nova universidade, que hoje é a Unicamp, uma universidade que ganhou muito prestígio porque, no departamento de Economia, houve uma concentração de pessoas que tinham repensado o Brasil, principalmente a partir do exílio, e que não eram nem reprodutores do que se pensava fora do país, nem do que se dizia antes. Então, surgiu uma espécie de núcleo intelectual muito ativo. Éramos eu, Maria da Conceição Tavares, José Serra, que tinha sido discípulo meu no Chile e que também foi professor na Unicamp, entre outros.

1 O Ato Institucional Nº5 ou AI-5 foi o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro nos anos seguintes ao Golpe militar de 1964 no Brasil. O AI-5 sobrepondo-se à Constituição de 24 de janeiro de 1967, bem como às constituições estaduais, dava poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendia várias garantias constitucionais. Redigido pelo ministro da justiça Luís Antônio da Gama e Silva em 13 de dezembro de 1968, entrou em vigor durante o governo do então presidente Artur da Costa e Silva. (Nota da IHU On-Line)

## Vida de professor universitário

Trabalhar na Unicamp era muito cansativo, porque eu morava no Rio de Janeiro e dava aula em Campinas-SP, indo e vindo toda a semana. Aí tanto eu quanto a Maria da Conceição Tavares resolvemos fazer um concurso no Rio de Janeiro. Havia duas únicas vagas e as conquistamos. Nesta universidade eu continuei sendo o que sempre fui como pessoa. Houve um momento de tensão onde os alunos invadiram o prédio da reitoria, que chamou a polícia. Eu fui até lá para defender os alunos e virei herói na universidade. Com isso, acabaram me fazendo reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; tive uma votação espetacular. Aí cheguei aos 70 anos e me deram um pontapé na bunda, porque é a idade limite para ser reitor.

Desde que entrei no MDB, para mim, o sonho era a democracia brasileira, mas uma democracia que passasse a limpo o nosso autoritarismo. Eu realmente achava que isso ia acontecer, mas não aconteceu porque as chamadas eleições indiretas impediram qualquer discussão em profundidade. Por que o Brasil era autoritário? Nós do MDB dizíamos que o Brasil era autoritário e que o autoritarismo era o responsável por todas as mazelas brasileiras. Agora, por que razão o Brasil era autoritário ninguém dizia e eu achava que esta era a questão que ia entrar em discussão se houvesse uma campanha após a queda dos militares. Eu acreditava que o próximo presidente da República teria nas mãos uma nação com a democracia passada a limpo. Ao invés disso, houve um acordo e Tancredo<sup>2</sup> foi eleito presidente. Depois dessa trapalhada toda, não vejo surgir uma democracia profunda no Brasil, estou assistindo coisas assustadoras.

## O povo brasileiro

Enfim, sou um velho muito triste com o resultado da campanha eleitoral até agora, mas se há sociedade com capacidade de construir uma civilização única no mundo é o Brasil. Por razões muito importantes, a primeira é óbvia: de cer-

<sup>2</sup> Tancredo de Almeida Neves (1910-1985): político brasileiro. Foi eleito presidente do Brasil por um colégio eleitoral em 1985, mas não chegou a tomar posse no cargo. (Nota da IHU On-Line)

**“O que mais me impressiona no brasileiro é exatamente o fato dele ser mulato. Eu achava fascinante a ideia de que nós seríamos a única civilização mestiça nos trópicos”**

ta maneira, nós não temos preconceito. O povão brasileiro é de uma criatividade espetacular, por uma razão muito simples: sobrevive. O simples fato é o de conseguir sobreviver à elite brasileira (e a pior elite do planeta é a brasileira, porque não pensa no futuro, no filho, no neto, é uma elite irracional, muitas vezes, desnacionalizante). O nosso povo sobrevive nestas condições, por isso é um herói, porque desenvolveu qualidades curiosas. Ele é absolutamente conservador, é tradicionalista, e, por outro lado, também é um povo aberto a tudo de novo que aparece, se adapta em velocidade enorme a novas condições. Nenhum povo do mundo faz isso.

Segundo: nosso povo só tem orgulho mesmo é do futebol, não tem mais orgulho nenhum, não tem orgulho de nada, não tem orgulho de si mesmo, não é arrogante com terceiros, acolhe qualquer um com sorrisos. Nosso povo ama muito o Brasil. Tem uma teoria que ajudei a desenvolver que é a teoria do lugar. Ela diz que o povo brasileiro não tem cidadania, pois ela não é garantida ao povo brasileiro. Dessa forma, nosso povo sobrevive no lugar onde é conhecido, porque se diz que “nascido e criado em tal lugar, lá todo mundo me conhece, eu conheço todo mundo”. Assim, ele está dizendo que lá ele tem carteira de identidade. E isso apareceu até na letra de um funk: “eu só quero é ser feliz na favela onde eu nasci”. Isso acontece porque o lugar é sempre característico, o lugar tem uma referência territorial, não é

uma ação da bolsa, não é uma aplicação financeira. O lugar é uma realidade física. E quem ama o lugar, ama o lugar maior que é o país.

Eu sou muito esperto, mas sou analfabeto digital, não lido com computador nem com celular, nada. Porque ele inferniza a vida das pessoas que possuem, sempre dão problemas. Tenho um pequeno problema: não aceito erro; se eu erro quero saber por que razão errei e onde errei e se eu me enfiasse nisso eu iria acabar estudante de Engenharia de Sistemas. Faço parte da última geração de intelectuais bem sucedidos que é analfabeto digital. Vou fazer um manifesto para o povão: não lutem pela digitalização do ensino primário, porque nós mal e porcamente superamos o analfabetismo. A qualidade de ensino está péssima, e não podemos reproduzir analfabetismo na área digital.

## IHU On-Line - Quem o senhor citaria como um importante pensador econômico, que seja referência na atualidade?

**Carlos Lessa** - Parece pedante dizer isso. Para mim, os pensadores econômicos, aqueles que continuam me ajudando, já estão todos no cemitério. Eu continuo tirando partido importante dos economistas clássicos. Obviamente, dou enorme importância a Karl Marx e gosto dos principais discípulos dele. Esses são as figuras que me dão solidez, pois me movo conhecendo-os.

## IHU On-Line - E uma obra significativa, qual seria?

**Carlos Lessa** - Eu estou lendo tudo sobre o Padre Cícero<sup>3</sup> atualmente, porque

<sup>3</sup> Cícero Romão Batista, dito Padre Cícero (1844-1934): religioso e político brasileiro. Exerceu grande influência entre a população sertaneja do interior nordestino. Ordenado padre em 1870, foi designado em 1872 vigário de Juazeiro do Norte, lugarejo no município de Crato. Desde cedo exerceu sua liderança entre o povo. Em 1889, sua popularidade aumentou ainda mais, pois começou a ser atribuída a ele a prática de milagres. Apesar de suspenso pela Igreja Católica, foi ampliando progressivamente seu poder, tornando-se o chefe político de maior prestígio do interior do Ceará. Envolvido nas lutas travadas entre as oligarquias agrárias, influiu decisivamente nas eleições de presidentes do estado, deputados e senadores. Graças à sua atuação, quando morreu, Juazeiro havia se transformado em capital religiosa e econômica do sertão, e principal centro de romaria de todo o Nordeste. O padim Ciço (padrinho Cícero), como é chamado por muitos,

o fenômeno religioso deu origem a um arranjo produtivo de enorme vigor. Ele criou muitos empregos. Então quero ter uma noção de quem ele foi. Quero muito orientar uma tese sobre o Padre Cícero, sobre a devoção ao padre e o significado econômico desta devoção. Estou com muita vontade de pegar um aluno bom para fazer isso. Seria uma tese magnífica, espetacular.

#### IHU On-Line - Um filme...

**Carlos Lessa** - Quando eu era garoto, havia os filmes cômicos, o Gordo e o Magro, Charles Chaplin; e tinha filmes de faroeste. Eu me nauseei com filmes de faroeste porque ninguém fica sujo naquele ambiente e com aquelas brigas. Por isso, só vejo comédia. Mas, às vezes, aparece algum filme que me toca muito, como os filmes da vida do Villa Lobos. Quando os vejo, não me aguento. Acho Villa Lobos<sup>4</sup> uma figura deslumbrante. Ele era um sonhador, um maluco, que queria fazer a civilização brasileira juntando todas as crianças em um único coro. Ele colocou o coral em todas as escolas primárias. É uma das figuras mais bonitas que o Brasil teve e também era muito criativo.

#### IHU On-Line - E qual é o seu time?

**Carlos Lessa** - Olaria. Eu vi o Brasil perder a Copa do Mundo de 1950, e vi o povo chorando. O estádio do Maracanã foi esvaziado com filas de pessoas chorando, chorando. Se o povo torcendo para o Brasil chora dessa maneira, para que eu vou me meter no Flamengo, Fluminense ou Botafogo? Assim, eu vou pegar simplesmente um time que não tem possibilidade de nada e eu nunca vou chorar por ele.

é considerado até hoje santo e protetor pelos humildes do sertão. Em 1924, foi-lhe erguida uma estátua que se tornou objeto de devoção. Em 1973, foi proclamado santo pela Igreja Católica Brasileira. Leia a entrevista *Padre Cícero: o santo dos nordestinos pobres*, com Antônio Braga, publicada na IHU On-Line número 290, de 20-04-2009, disponível em <http://bit.ly/dL4ITS> (Nota da IHU On-Line)

<sup>4</sup> **Heitor Villa-Lobos** (1887-1959): compositor brasileiro. Aprendeu as primeiras lições de música com seu pai, Raul Villa-Lobos, funcionário da Biblioteca Nacional. Ele lhe ensinara a tocar violoncelo usando improvisadamente uma viola, devido ao tamanho de "Tuhu" (apelido de origem indígena que Villa-Lobos tinha na infância). Sozinho, aprendeu violão na adolescência, em meio às rodas de choro cariocas, às quais prestou tributo em sua série de obras mais importantes: *Os Choros*, escritos na década de 1920. (Nota da IHU On-Line)

# IHU Repórter

## Wilson Engelmann

POR PATRICIA FACHIN

**A**ntes de sonhar em ser professor, Wilson Engelmann foi aluno da Unisinos. Com um jeito de ser reservado e compenetrado nas atividades que desenvolve, logo nos primeiros semestres do curso de Direito, ele tomou a decisão de se dedicar à carreira acadêmica. Professor do curso de graduação e do PPG em Direito, Wilson faz parte do quadro de docentes da universidade há 20 anos. Ex-coordenador do curso, hoje ele coordena uma pesquisa sobre direitos humanos e nanotecnologias. Confira a trajetória de Wilson Engelmann na entrevista a seguir.

**Origens** - Nasci no município de Dois Irmãos, em 1964. Meus pais são agricultores e, ainda hoje, mesmo aposentados, continuam trabalhando. Meu pai sempre disse que o trabalho agrícola era pesado e gostaria que seus filhos tivessem outra profissão. Eu cursei Direito na Unisinos e meu irmão formou-se em Administração - Comércio Exterior.

Na infância, ajudava meus pais na agricultura, mas dos 13 aos 15 anos trabalhei em uma fábrica de calçados. Depois, trabalhei em um escritório de contabilidade por mais dez anos. Durante esse período, conclui o Ensino Médio e ingressei na universidade. Trabalhava oito horas por dia e estudava à noite, de segunda a sexta-feira.

**Direito** - Sempre fui bastante tímido, por isso escolhi um curso de graduação mais dinâmico, desafiador e que exigisse a necessidade de expressão.

Durante o curso, tive vontade de seguir a carreira acadêmica. O professor Antonio Carlos, da Universidade Federal de Santa Catarina, foi meu paradigma porque era uma pessoa reservada; o modo como ele tratava os estudantes e a maneira como ensinava o conteúdo, foram aspectos marcantes na minha

formação docente. Essa experiência serviu de inspiração para eu ser professor.

Dois anos depois de concluir a faculdade, retornei à universidade para conversar com padre Bruno Hammes<sup>1</sup> sobre o meu sonho de ser professor. Na época, ele era chefe de departamento e aceitou a minha proposta. Na década de 1990, ingressei na Unisinos como professor de uma disciplina. Foi uma experiência diferente: senti medo de ser responsável por 40 alunos, mas foi um semestre desafiador. Dois anos depois, fiz concurso para ser professor. Nesses 20 anos, cursei uma especialização, o mestrado e o doutorado. Mesmo atuando como professor, advogo porque acho importante ter conhecimento da realidade para ensinar a teoria.

**Família** - Estou casado há vinte anos. A família é um porto seguro. Tenho um filho de 11 anos, meu companheiro. Ele nasceu prematuro e exigiu bastantes cuidados. Esse foi um período difícil, mas superamos. Para ajudar o desenvolvimento do filho, disseram que era importante

<sup>1</sup> **Bruno Hammes**: padre jesuíta e professor da disciplina de Direito da Propriedade Industrial, no curso de Direito da Unisinos. Faleceu em dezembro de 2004. (Nota da IHU On-Line)

ter um cachorro. Adotamos, então, o primeiro filhote. Um tempo depois, minha esposa adotou um Pincher. Em outra ocasião, ela encontrou mais três cachorrinhos e os trouxe para casa.

**Lazer** - Gosto de fazer atividade física. Duas vezes por semana faço hidroginástica. Gosto de assistir a filmes, mas sobra pouco tempo para outros afazeres. Ainda realizo muitas atividades de trabalho em casa. Não vejo isso como uma coisa ruim porque gosto de pesquisar, ler e transformar ideias.

**Unisinos** - A universidade se transformou nesses 20 anos. Quando eu era aluno, os professores faltavam e os alunos ficavam sem aula. Ninguém dava satisfação e nós não tínhamos a quem reclamar. O comprometimento que a Unisinos exigiu dos professores representou um crescimento, "um controle positivo", porque hoje, quando um professor falta, ele se preocupa em enviar uma atividade para os estudantes. Esse trânsito entre a coordenação, os alunos e a universidade não existia no passado. Percebo que a universidade vem se profissionalizando nesse objetivo de formar pessoas e qualificar a mão-de-obra. Isso é altamente positivo.

**Docência** - Fui coordenador do curso de Direito durante oito anos, me tornei professor no PPG e, em 2009, tive de assumir a carga horária no PPG e me dedicar à pesquisa. Foi um momento impactante, mas de alegria porque

convivi diretamente com alunos e colegas de graduação. Hoje leciono duas disciplinas na graduação e também trabalho atividades de metodologia da pesquisa nos cursos de especialização do Direito.

Sou o que sou profissionalmente graças à Unisinos. Recebi apoio da universidade para cursar a especialização, o mestrado e o doutorado. Tenho uma gratidão pela Unisinos e pelas oportunidades que ela me proporcionou. Hoje trabalho com um projeto de pesquisa sobre nanotecnologias, o qual surgiu a partir do [Simpósio Internacional Uma Sociedade Pós-Humana? Possibilidades e Limites das nanotecnologias](#), organizados pelo IHU. No final do ano passado, meu bolsista, André, e eu fomos convidados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a participar de um fórum sobre nanotecnologias. O governo, preocupado com as nanotecnologias, chamou profissionais de vários setores. André e eu somos os únicos participantes da área de Direito. É uma oportunidade impar para conhecer pessoas que estão estudando essas questões e contribuir com um tema que não se esgota agora porque é uma política que irá permanecer e será importante para o país.

**Religião** - Sou evangélico e não vou muito à igreja. Acredito e, isso basta, que existe uma força acima de nós, a qual conduz as coisas. Temos de acreditar em algo que transcenda o mundo material e para isso não é necessário ir todos os dias à igreja.

Acho que a questão da religião

está desacreditada por estar amarrada a alguns dogmas que, talvez, sejam importantes, mas que o jovem não entende e, às vezes, a Igreja não quer se fazer entender. Tem um movimento que precisa ser feito para aproximar as pessoas de crerem em alguma coisa.

**Sonho** - Ainda quero viajar, conhecer outros lugares. Em função da universidade, acompanho alunos em intercâmbios no exterior. Já fui a Lisboa, Chile, Argentina, Uruguai. Conheci professores e a estrutura de outras universidades. A partir dessas experiências é possível comparar as instituições. A Unisinos é diferente dessas universidades, por mais antigas e seculares que sejam, e pode ser considerada de vanguarda em relação à biblioteca, ao atendimento, à infraestrutura do câmpus.

**IHU** - O IHU é um espaço muito importante para discutir ideias novas e ousadas. É um local para despertar para novidades. Os temas dos simpósios permitem uma leitura transdisciplinar de assuntos de ponta que devem ser discutidos. Se há dois anos não tivesse sido realizado o simpósio das nanotecnologias, talvez o Direito não tivesse acordado para essa realidade. O IHU recebe o conhecimento que é produzido, mas também devolve para a comunidade acadêmica, alimentando-a com novos saberes. É um caminho de duas vias, que permite uma comunicação entre os conhecimentos. O IHU é um interlocutor potente.

Siga o IHU no Twitter  
[http://twitter.com/\\_ihu](http://twitter.com/_ihu)



# Destaques

## Lançado e-book do XI Simpósio Internacional IHU

Foi lançado na última quarta-feira, dia 15-09-2010, o e-book do XI Simpósio Internacional IHU: *O (des)governo biopolítico da vida humana*. O referido livro digital reúne textos apresentados por especialistas de diversas áreas de pesquisa científica, em minicursos simultâneos, comunicações e pôsteres apresentados durante o evento realizado na Unisinos na semana passada. Para ler, basta acessar o sítio do IHU ([www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br)) e clicar no último ícone das publicações, no final da página.



## Deus Morto no Pampa

No próximo dia 23-09-2010 o Prof. MS Nivaldo Pereira, jornalista e mestre em Letras, abordará o tema *Deus Morto no Pampa - Erico, Jung e Nietzsche no CTG*. A atividade acontece na Sala Ignacio El-lacuría e Companheiros - IHU, das 17h30min às 19h e tem entrada franca. Mais informações podem ser obtidas em <http://bit.ly/b7jpSD>

## 400 anos das missões guaraníticas

O Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em História, com o Colégio Anchieta - Porto Alegre, com o Instituto Anchietano de Pesquisas - IAP e com o Grupo de Pesquisa (CNPq) - Jesuítas nas Américas, promove o XII Simpósio Internacional IHU - *A experiência missioneira: território, cultura e identidade*, a ser realizado entre os dias 25 e 28 de outubro de 2010, em São Leopoldo/RS. O objetivo geral do evento é refletir sobre a experiência missioneira jesuítica nos 400 anos da fundação das primeiras reduções da Província da Companhia de Jesus do Paraguai numa perspectiva multidisciplinar. Mais informações e inscrições em <http://bit.ly/bXofkf>



Siga o IHU no



([http://twitter.com/\\_ihu](http://twitter.com/_ihu))

E também no



(<http://bit.ly/ihufacebook>)

Apoio:

